



HORIZONTE

1

ALMO E MARGARIDA

REVISTA TRIMESTRAL DA
UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAIBA

REVISTA TRIMESTRAL DA
UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAIBA

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA

Reitor
LYNALDO CAVALCANTI DE ALBUQUERQUE

Vice-Reitor
ORLANDO CAVALCANTI GOMES

Pró-Reitores

Planejamento:
Alvaro Braga de Abreu e Silva

Administração:
Serafim Rodriguez Martinez

Assuntos Comunitários:
Iveraldo Lucena da Costa

Assuntos de Pós-Graduação:
Antônio Maria Amazonas Mac Dowell

Assuntos de Graduação:
José Ferreira Ramos

Diretores de Centros

Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes:
Antônio de Sousa Sobrinho

Centro de Ciências Sociais Aplicadas:
Berilo Ramos Borba

Centro de Tecnologia:
Antônio Guilherme da Silveira e Silva

Centro de Ciências Exatas e da Natureza:
Kleber Cruz Marques

Centro de Ciências da Saúde:
Norberto de Castro Nogueira Filho

Centro de Ciências e Tecnologia:
Sebastião Guimarães Vieira

H O R I Z O N T E



Helder do Nascimento Viana

e Margarida Maria Santos Dias

Rua Israel Meira Lima, 77 Fone 247-1090

Altiplano Cabo Branco - João Pessoa - PB

HORIZONTE

João Pessoa

N.º 1

P. 1 / 84

Jul./Set. 76

ALMIR E MARGARIDA

Avenida Vasco da Gama, 530 - Jaguaribe

CEP 58.000 - JOÃO PESSOA - PB

HORIZONTE, revista trimestral da Universidade Federal
da Paraíba

I — 84 p; jul./set. 1976

João Pessoa, Universidade Federal
da Paraíba.



HORIZONTE

REVISTA TRIMESTRAL DA UFPB

ANO 1 — Setembro de 1976

CONSELHO EDITORIAL:

Prof. Francisco Pontes da Silva, Prof. José Elias Borges,
Prof. Antônio Guilherme da Silveira e Silva, Prof. José
Augusto de Souza Peres, Prof. Marco Aurélio Barros,
Prof. José Cleobaldo Chianca, Prof. Telmo Silva de Araújo,
Prof. Milton Ferreira de Paiva, Prof. Arsênio Oswaldo
Sevá Filho.

DIRETOR:

Prof. Francisco Pontes da Silva



ALMIR E MARGARIDA

Avenida Vasco da Gama, 530 - Jaguaribe
CEP 58.000 - JOÃO PESSOA - PB

A Revista HORIZONTE é uma publicação trimestral de professores e pesquisadores, editada pela Universidade Federal da Paraíba.

Os trabalhos assinados são da inteira responsabilidade de seus autores.

Correspondência e material para publicação:
Francisco Pontes da Silva, Editora Universitária,
Campus Universitário, 58.000 — João Pessoa — PB.

Assinatura 1977: Cr\$ 80,00

Número Avulso: Cr\$ 20,00

A P R E S E N T A Ç Ã O

A publicação da revista HORIZONTE, cujo primeiro número hoje é lançado, tem como objetivos principais o de servir como veículo dos artigos elaborados por professores e estudiosos, divulgando o que se faz presentemente na Universidade Federal da Paraíba e o de criar um ambiente de estímulo ao ensino e à pesquisa, incentivando a produção de trabalho sobre artes, ciências humanas, ciências naturais, ciências exatas e tecnologia. Será assim uma revista abrangente, que não se contenta apenas com uma faceta de conhecimento humano, mas com todos os elementos que interessem à cultura brasileira.

Essa cultura, aqui tomada "latu sensu", é diretamente vinculada ao processo de desenvolvimento social, econômico e tecnológico. No caso nordestino e mesmo nacional, esse desenvolvimento nos dias de hoje, freqüentemente se vê embargado ou mascarado por um mecanismo de desculturação, que conduz a uma crença cega em alguns processos de massificação cultural, cujos valores são discutíveis para uma formação genuinamente universitária.

Longe de nós, entretanto qualquer xenofobia ilegítima ou ortodoxia inconsciente. Acreditamos que o verdadeiro espírito universitário deve ser aberto à discussão, deve alcançar o universal a partir do individual, o abstrato através do concreto, o remoto através do próximo. Primeiro, precisamos conhecer a nós mesmos, divulgando, com a melhor das intenções, o que fazemos e o que somos.

Os processos de mudança cultural são, na verdade, iterativos e necessitam, para sua consecução, de tomadas periódicas de posição. Evidentemente, que não pomos em dúvida aqui a existência de valores universais e eternos dentro de uma concepção humanística. Acreditamos, conseqüentemente, que o objetivo principal da Universidade é o de formar o homem integral, consciente do sistema em que vive e atua, apto a desempenhar a sua tarefa social, mas também capaz de adaptar-se a novos papéis na sociedade futura, ou mesmo de adaptá-la a novos esquemas de valores que provem ser mais eficazes para o benefício do próprio homem.

ALMIR E MARGARIDA

Avenida Vasco da Gama, 530 - Jaguaribe
CEP 58.000 - JOÃO PESSOA - PB

Nada poderia fazer a nossa Universidade, nesse sentido, se desprovida dos elementos mínimos de comunicação social, a exemplo deste órgão típico de divulgação periódica, se não contasse com um plano editorial objetivo, que posto em prática, viesse facilitar a compreensão da nossa problemática cultural e existencial, das nossas aspirações e dos nossos propósitos.

Sentimo-nos realmente contentes com essa vitória do aparecimento do primeiro número de HORIZONTE, não só pelo simbólico de seu nome, como pela confiança de que será mais um órgão de divulgação da cultura paraibana nessa hora em que ela tanto necessita de revitalização.

HORIZONTE será inicialmente publicada quatro vezes por ano. Esperamos que não venha a ter sua circulação interrompida e que continue a contar com a colaboração dos estudiosos. Os beneficiados serão todos, professores, alunos e comunidade.

LYNALDO CAVALCANTI — Reitor

SUMÁRIO

- 9** A HISTÓRIA NO CONTEXTO DAS CIÊNCIAS HUMANAS
José Pedro Nicodemos
- 15** UNIVERSIDADE E QUALIDADE DO ENSINO
Prof. Carlos A. Jales Costa
- 23** O DINAMISMO CINEMATOGRAFICO DOS QUADRINHOS DE WILL EISNER
Antonio Barreto Neto
- 25** O NEGRO NO BRASIL
Prof. Aécio Villar de Aquino
- 41** ENSINO SUPLETIVO, O NOVO DESAFIO
Prof. José Loureiro Lopes
- 45** EVOLUÇÃO OU ABERRAÇÃO
Prof. Carlos Ovídio Lopes de Mendonça
- 55** O STF E A REVOLUÇÃO DE 64 NA VISÃO DE DE TRIGUEIRO DO VALE
José Octávio
- 61** O INDIO PARAIBANO SOB O PONTO DE VISTA DE HORACIO DE ALMEIDA
Maria das Dores Limeira Santos
- 75** FUNDAMENTOS DA GEOPOLÍTICA E GEOECONOMIA NO BRASIL
Eduardo Pazera Júnior

ALMIR E MARGARIDA

Avenida Vasco da Gama, 530 - Jaguaribe
CEP 58.000 - JOÃO PESSOA - PB

A História no Contexto das Ciências Humanas

José Pedro Nicodemos

A história é tão velha quanto a primeira cultura que haja transmitido aos pósteros os seus valores através da escrita. Na verdade, atingido esse estágio, nem sempre as sociedades humanas terão tido a consciência de que estariam fazendo história, isto é, preservando a sua memória. Muitas vezes, a captação das tradições orais era exercitada por inteligências superiores, com o objetivo pedagógico de transmitirem às gerações jovens a herança do seu passado ético-cultural. Feitos memoráveis, costumes, normas ético-religiosas e jurídicas — tudo isso deveria ser comunicado por um instrumento vivo, capaz de sensibilizar e comover quantos entrassem em contato com ele. Tal instrumento era a poesia — linguagem de ação por excelência — em que sempre se escreveram as primeiras manifestações literárias em toda parte.

Assim, a história das primeiras ações humanas geralmente se apresentou de forma poética. A epopéia se constituiu, desse modo, em fonte histórica dos povos antigos. Os VEDAS, por exemplo, testemunham as preocupações religiosas dos povos da Índia. Não menos importantes, como fontes de sua cultura primitiva, são os poemas épicos o MAHA-BHARATA e o RAMAYANA, os quais não apresentam apenas criações estéti-

cas dos seus primitivos tempos, porque traduzem, pelo estilo poético e metafórico, as crenças e as primeiras aventuras da velha civilização oriental.

Na *Ilíada*, o documento histórico se confunde com a beleza da poesia épica, em que se perpetuaram a mitologia, a moral, o direito, a estrutura sócio-econômica e a estratégia do povo grego. Na contemplação dessa simbiose é que Aristóteles era levado a afirmar:

“Com efeito não diferem o historiador e o poeta por escreverem verso ou prosa (pois que bem poderiam ser postas em verso as obras de Heródoto, e nem por isso deixariam de ser história, se fosse em verso o que era em prosa) — diferem, sim, em que diz um as coisas que sucederam e outro as que poderiam suceder”. (1)

Essas considerações não devem limitar-se aos povos antigos. A união da poesia e da história continuou pelos séculos afora, para repontar no Renascimento, quando obras como *A DIVINA COMÉDIA* e *OS LUSIADAS* vêm sendo citadas como fontes secundárias. Pois é sabido que Dante e Camões não poderiam deixar de valer-se da história para escreverem poemas de valor uni-

versal e, ao mesmo tempo, situados no tempo e no espaço em que viveram.

Mas a união da história não se dá tão-só com a poesia. Estende-se, realmente, a toda a literatura. Haja vista o caso das letras nacionais, em que a maior parte da produção colonial foi realizada por cronistas e historiógrafos. Cabe aqui lembrar aquela reflexão de Marc Bloch:

“Evitemos retirar à nossa ciência o seu quinhão de poesia. Evitemos sobretudo corar por isso, coisa que já surpreendi em alguns. Seria espantosa tolice julgar que pelo fato de exercer sobre a sensibilidade um apelo tão poderoso, a história fosse menos capaz de satisfazer também a nossa inteligência”. (2)

Quando, em meados do século XIX, se procurou discutir o caráter científico da história, não foi fácil reconhecer a validade de tal condição em favor de uma matéria que sempre se achara entre as letras. A corrente dos naturalistas, sob a influência do cartesianismo, recusava-se a considerar científicos, os fenômenos sociais, por lhes faltar a repetição e a lei universal. O suceder singular e a irreversibilidade dos fatos históricos permitiram-lhes a classificação diversa da de ciência natural, que recai sobre fatos universais e repetitivos. Coube a Wilhelm Dilthey estabelecer uma categoria especial para os fatos históricos, agrupados como objeto das “ciências do espírito”, em oposição aos das ciências naturais. Proporia, depois, Rickert a classificação de “ciências culturais” para aquelas que Dilthey chamara “do espírito”, usada esta expressão com o mesmo significado humano que lhe emprestara Montesquieu. (3)

Decorrido quase um século, e mau grado tanta divulgação da peleja entre naturalistas e historicistas, há que registrar uma nova oposição, por mais estranhos que possam parecer os seus argumentos. Desta vez a contenda se verifica entre as próprias ciências culturais ou sociais. É que há da parte de cada uma das ciências sociais a pretensão imperialista de dominar todo o campo social, sem compartilhar com as demais ciências do homem. Torna-se, destarte, evidente a invasão da área vizinha. Registre-se o conflito entre a Sociologia, a Economia, a Psicologia Social e a Antropologia. Curioso é que todas elas convergem para a história, onde buscam o passado para compreender o presente. Embora ciências novas, levam todas, porém, uma vantagem sobre a última: têm a sua linguagem instrumental, uma verdadeira nomenclatura científica, em franca opulência, por vezes em mais de um idioma. Toda essa terminologia se incorpora à história, que a utiliza sem preconceitos.

Vale a pena não perder de vista que, não obstante sua antiguidade como saber empírico, “a história é ainda uma ciência em gestação”, no dizer de Marc Bloch. (4)

A história está, portanto, aberta à recepção dessas diferentes linguagens, que trazem os seus respectivos sabores, isto é, o sociológico, o antropológico, o econômico, o psico-social, o filosófico, o estético e outras parcelas do conhecimento humano.

Procurando conceituar a compreensão do saber histórico, Lucien Febvre afirmou:

“Los hombres son el objeto único de la historia, de una historia que se inscribe en el grupo de las disciplinas humanas de todos los órdenes y de todos los grados, al

lado de la antropologia, la psicologia, la lingüística, etc.; una historia que no se interesa por cualquier tipo de hombre abstracto, eterno, inmutable en su fondo y perpetuamente idéntico a si mismo, sino por hombres comprendidos en el marco de las sociedades de que son miembros. La historia se interesa por hombres dotados de múltiples funciones, de diversas actividades, preocupaciones y actitudes variadas que se mezclan, chocan, se contrarían y acaban por concluir entre ellas una paz de compromiso, un **modus vivendi** al que denominamos vida." (5)

Dada a sua vasta abrangência, a história dificilmente poderá elaborar o seu próprio instrumental lingüístico. É pena que daí lhe advenha a desvantagem de tornar-se pouso fácil de manobras arrivistas.

Falando "sobre história e ciências humanas", em conferência para alunos do Departamento de História, da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de S. Paulo, em 1969, Joaquim Barradas de Carvalho se mostrou "surpreendido pelo menosprezo pela **História**, pelas **Ciências Históricas**, entre a juventude". E continuou, enfaticamente.

"Para a juventude paulista poderemos certamente dizer, para a juventude brasileira —, e seguramente para a juventude americana, a **História**, as **Ciências Históricas**, aparecem confundidas com a **tradição**, e a tradição aparece confundida com algo que se assemelha a **um peso morto**". (6)

Procurando explicação para o reduzido número de candidatos do curso de

história daquela Universidade, aventou a hipótese de que a juventude tinha pressa de participar do desenvolvimento brasileiro. E afirmava:

"Esta pressa leva a juventude brasileira para a Economia. Leva a juventude brasileira para a Sociologia. A Economia, a Sociologia, surge-lhe como ramos do conhecimento bem mais **operacionais** do que a História, as Ciências Históricas. A História surge-lhe como uma peça de museu, uma velharia de que há que nos libertarmos..." (7)

E continuando o seu raciocínio a respeito da preferência pela sociologia do desenvolvimento, o escritor Barradas de Carvalho se refere a dois paradoxos que envolvem a variável **tempo**:

"O primeiro aparente paradoxo que deveremos ter em conta é que os estudos sobre o desenvolvimento estão — ou devem estar — penetrados de história. A própria noção de desenvolvimento está ligada à noção de tempo, à noção de evolução.

O segundo aparente paradoxo que deveremos ter em conta é que a primeira e indispensável condição para nos libertarmos da **história**, do **passado**, está precisamente no estudo da **História**, no conhecimento do passado". (8)

A citação do autor é repetida por oportuna e franca, em matéria de tamanha importância e atualidade, qual seja o problema das fronteiras interdisciplinares, em que a história se situa como "ciência fundamental entre as ciências sociais, ciência fundamental entre as ciências humanas", no conceito do citado mestre.

ALMIR E MARGARIDA

Avenida Vesco da Gama, 530 - Jaguaribe
CEP 58.000 - JOÃO PESSOA - PB

A propósito dessa mesma questão é conveniente lembrar o pronunciamento de Fernand Braudel:

“Todas as ciências do homem, incluindo a história, estão contaminadas umas pelas outras. Falam ou podem falar o mesmo idioma”. (9)

A história se colocaria, pois, como ponto de convergência de sistematizações de fatos diversos na sua aparência, mas substancialmente comuns, visto como têm todos o mesmo centro de interesse — o homem, ou os homens, como preferia Marc Bloch. Todavia, longe da posição parasitariamente científica, a história tem algo a fornecer às ciências vizinhas, mesmo quando elas investigam elementos subjacentes no seu acervo e capazes de interessar a quantos pretendem o pré-histórico. A propósito disso, vale a pena transcrever este tópico do corifeu da “escola francesa”:

“A posição dos etnógrafos e dos etnólogos não é nem tão clara nem tão alarmante. É bem verdade que alguns deles sublinharam a impossibilidade (mas ao impossível estão submetidos todos os intelectuais) e a inutilidade da história, no interior do seu ofício. Esta rejeição autoritária da história apenas serviu para diminuir a contribuição de Malinowski e dos seus discípulos. De fato, é impossível que a antropologia, ao ser — como Claude Lévi Strausse costuma dizer — a própria aventura do espírito, se desinteresse da história.” (10)

Em harmonia com essas reflexões está o pensamento de Keesing, em cuja Antropologia Cultural, afirma que

“é cada vez maior o número de antropólogos contemporâneos que estão aplicando sua teoria e seus métodos de pesquisa a suas próprias comunidades e costumes, e às “grandes tradições” da civilização em geral”. (11)

Braudel examina toda a problemática da história, nas suas relações com as outras ciências sociais, nela evidenciando o caráter de convergência, e nunca o de oposição. Focalizando a união cada vez maior com a sociologia, mostra ele que a visão global do homem exigiu que a história, a partir do séc. XX, não ficasse circunscrita aos fatos singulares e irreversíveis. Essa hipertrofia do campo histórico resultou da campanha dos Annales, onde pontificaram humanistas do porte de Lucien Febvre e Marc Bloch.

“A história dedicou-se, desde então, a captar, tanto os factos de repetição como os singulares, tanto as realidades conscientes como as inconscientes. A partir de então, o historiador quis ser — e fez-se — economista, sociólogo, antropólogo, demógrafo, psicólogo, lingüista”. (12)

Do convívio da história com o complexo das ciências sociais derivaram novas perspectivas ao curso deste século. Começou-se a combater aquele tipo de história unicamente preocupada com o acontecimento, o episódio, o factual, **évenementielle** na designação dos franceses. A tal visão particularista, de curtos prazos, contrapunham-se enfoques de períodos menos curtos, cíclicos, como lhes chamam os economistas, que constituíam uma história conjuntural. E, numa perspectiva muito mais ampla se encontra a história estrutural, interes-

sada em transcender os fatos particulares, para gizar o arcabouço das civilizações. História de fatos cristalizados, permanentes, de costumes e instituições, de estados mentais estereotipados. Essa espécie de história encontrou em Fustel de Coulanges e Alexandre Herculano antecipadores dos mais notáveis.

A sociologia, a economia e a demografia são responsáveis em grande parte, pelas influências renovadoras acima citadas, o que comprova o caráter dinâmico da história, abandonando o descritivo, para surpreender o processo evolutivo das mudanças sociais.

Do contacto da economia e da estatística resultaria à história uma profunda reformulação metodológica: a quantificação dos fatos históricos. O aparecimento da história quantitativa suscitou, como era de esperar, uma subestima pela história tradicional, chamada de historizante. Entretanto, quase todas as ciências passaram por uma revolução epistemológica, que visa a substituir a aparência pela realidade mais profunda, o conhecimento do sensorial pelo do inteligível. Sobrevive, porém, a metodologia clássica, com a pesquisa do acontecimento singular e irreversível, ao lado da seriação de fatos repetíveis e quantificáveis, focalizados na história econômica e social, como na demografia.

Aplacado o radicalismo reformista, já proclamam, os adeptos da quantificação, a necessidade de coexistência dos historiadores historizantes, até porque nem tudo na história é quantificável.

Em decorrência do que se há dito, constata-se que a história viveu por séculos como um gênero literário — a história-crônica. Daí serem considerados documentos históricos antigos textos literários de conteúdo religioso como o Antigo Testamento. Bauer considera como fontes as próprias sagas e lendas, de tradição oral.

Através de séculos, a história se manteve narrativa. Com Tucídides, Tito Lívio e Tácito, tornou-se pragmática. Seu objetivo passara da simples informação para a edificação da vida pública. Persistia, no fundo desse pragmatismo, a convicção de que o fato era reversível, e o exemplo do passado deveria iluminar a conduta do presente e do futuro. (13)

No século XIX, afirma-se a história genética ou científica, cujos fatos particulares e irreversíveis diferiam daqueles universais e reversíveis de que se ocupavam as ciências naturais. Não só a história, como as demais ciências do homem, tiveram assegurada, no século passado, a sua categoria social ou espiritual, ao lado das ciências da natureza.

A vizinhança da sociologia e da economia veio trazer à história uma nova dimensão, notadamente depois dos estudos paneconômicos dos meados do século XIX, quando se desenvolveram em torno do **homo oeconomicus** as mais obsessivas preocupações das ciências sociais.

A história econômica penetrou no século XX cada vez mais fortalecida pelo estreito contato com a ciência econômica.

Na década de 30, neste século, a história econômica tomava novos rumos, mercê dos estudos que se voltaram para a grande crise do capitalismo, em 1929. As pesquisas se fazem a longo prazo, quantitativamente, em torno de salários e preços. A introdução de métodos estatísticos é responsável pelo advento da história quantitativa. O movimento tem início na França, com Simiand e Hauser. Na Inglaterra, coube a Beveridge secundar o movimento, ligado à Comissão Internacional de História dos Preços, a que se vinculam igualmente Lăbrousse e Hamilton. Não ficaram indiferentes outros países da Europa, tais

como a Itália, a Alemanha, a Polônia e a Holanda. É o que nos informa Magalhães Godinho, que se fez o único representante do quantitativismo em Portugal. (14)

A história quantitativa — repita-se — não suprime a história tradicional, episódica ou factual, a história da conjuntura e da estrutura, até porque a quantificação se interpõe particularmente nos domínios da história econômica, bem assim da demografia.

Vale ressaltar, portanto, a vitalidade da história no convívio com as outras ciências humanas, aspecto que este trabalho está longe de haver esgotado. Entretanto, já que se trata do concurso de outras ciências humanas ao âmbito da história, importa não esquecer Max Weber. Dele partiu a contribuição mais original à interpretação do espírito do capitalismo moderno, que teria sido impulsionado pela ética de seitas protestantes. Com efeito, nos Estados Unidos, onde realizou suas pesquisas, pôde observar que o “ethos das classes médias burguesas modernas” fora plasmado pela ascese de forças religiosas, responsáveis assim pelas bases históricas do individualismo moderno. (15)

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- (1) ARISTÓTELES, **Poética IX**, Os Pensadores, Abril Cultural, S. Paulo, 1973, p. 451.
- (2) MARC BLOCH, **Introdução à História**. Publicações Europa Améri- ca. Coleção Saber, Lisboa, 1965, p. 15.

- (3) JOSÉ HONÓRIO RODRIGUES, **Teoria da História do Brasil**, Cia. Editora Nacional, S. Paulo, 1957, 2.^a edição, vol. I, pp. 40-42.

- (4) Op. cit., p. 159.

- (5) LUCIEN FEBVRE, **Combates por la Historia**, Editorial Ariel, Barcelona, 1974, 3.^a edição, pp. 40-41.

- (6) JOAQUIM BARRADAS DE CARVALHO, **Da História-Crônica à História-Ciência**, Coleção Horizonte, Livros Horizonte, Lisboa, pp. 62-63.

- (7) Ibidem, p. 63.

- (8) Ibidem, p. 64.

- (9) FERDINAND BRAUDEL, **História e Ciências Sociais**, Editora Presença Ltda, Lisboa, 1972, p. 28.

- (10) Op. cit., p. 31.

- (11) FELIX M. KEESING, **Antropologia Cultural**, Fundo de Cultura, Rio de Janeiro, 1961, vol. I, p. 27.

- (12) Op. cit., p. 131.

- (13) JOSÉ HONÓRIO RODRIGUES, op. cit., pp. 33-34.

- (14) VITORINO MAGALHÃES GODINHO, **Introdução à História Econômica**, Coleção Horizonte, Lisboa, pp. 92-95.

- (15) MAX WEBER, **Ensaio de Sociologia**, Zahar Editores, Rio de Janeiro, 1963, pp. 369-370.

Universidade e Qualidade do Ensino

Prof. Carlos A. Jales Costa

OS FUNDAMENTOS

É fato indiscutível que toda inovação implica numa mudança de atitudes diante da realidade que nos cerca, numa visão diferente dos problemas e principalmente num comportamento novo diante de novas situações. Sem isso, as inovações passam a ser meras mudanças de nomenclatura para traduzir velhos hábitos.

No campo educacional, as mudanças têm em vista principalmente a adaptação de todo processo educativo às exigências de um mundo que se transforma assustadoramente, frequentemente à margem e às vezes mesmo contra a educação, ao menos no seu aspecto formal.

Na Universidade, por exemplo, as inovações de um modo geral, e as transformações tecnológicas de um modo particular, têm influenciado na formulação de questões como estas: Até que ponto os responsáveis pela política universitária são sensíveis às novas tecnologias educacionais e instrucionais, ou até que ponto têm condições internas e externas, de conhecerem e manipularem essas tecnologias? Tem a Universidade se preocupado em fazer do ensino, através dos seus docentes e administradores, não meros transmissores do pas-

sado, mas agentes do desenvolvimento global do educando? Como os currículos têm sido elaborados e implementados? Como um amontoado de disciplinas por áreas de conhecimentos, ou como um sistema em que as partes se interrelacionam e interagem? Como o conhecimento pode ser incrementado através da instrução formal, em vista da melhoria geral da própria sociedade?

Essas perguntas, sintomas de algumas preocupações, nos levam a pensar que se faz necessário um enfoque sistêmico (partes em perfeita interação) através do qual possa a Universidade saber até onde seu "projeto educacional", isto é, a formação integral do discente está sendo realizada. Para isso é preciso que no centro de suas preocupações esteja o binômio aluno-professor, em torno do qual as outras forças giram como suporte e apoio.

Apenas a título de comparação, e se pudéssemos falar em termos empresariais, a Escola seria a usina, o professor a máquina e o aluno o produto final, transformado pela linha de montagem, isto é, o currículo. Ora o produto não será aceito no mercado, falando ainda em termos de empresa, se a máquina (professor) não estiver ajustada (qualificada) no sistema produtivo. Donde se infere que o professor é um dos fun-

damentos da aprendizagem, o veículo através do qual o aluno visualiza o mundo e prepara-se para nele assumir suas responsabilidades.

Ora, todo esforço da Universidade estaria seriamente comprometido, se não possuísse objetivos bem definidos, seja em termos teóricos (por quê), seja em termos operacionais (estratégias) e se não procurasse contínua e sistematicamente avaliar a produtividade e a qualidade de suas atividades.

Isto poderia ser feito partindo-se da indagação: Como a Universidade se vê e como vê a cultura na qual e para a qual existe? Esta questão se relaciona diretamente com os objetivos da própria Universidade.

É evidente que não tem sentido a radicalização do projeto universitário em torno dos dois polos: a Universidade como formador de recursos humanos para o mercado de trabalho e a Universidade como agência de formação do ser humano completamente feliz. Pensamos que nenhuma instituição social, especialmente a Escola, pode subestimar um desses aspectos, pois o homem só se realiza como participante do universo do trabalho, onde encontra os meios necessários à sua participação no desenvolvimento particular e coletivo.

Por isso a Universidade não pode ser uma ilha, cercada de realidades que ela desconhece. A tentação de ser uma ilha ameaça as instituições, e a Universidade não poderia ser uma exceção. Aqui intervém o planejamento como um meio de retirar da Universidade este caráter isolacionista. Planejamento para todos, isto é, que envolva a comunidade universitária em todos os seus níveis: docentes, administradores, dirigentes, pessoal de apoio. Não teria sentido, por exemplo, um planejamento que desco-

nhecesse o papel e a importância das forças administrativas como suporte para as atividades do ensino.

O corpo universitário, não pode, pois, desconhecer os objetivos de sua instituição, as suas metas específicas e os recursos de que dispõe para alcançá-las.

O PROBLEMA

Durante muito tempo, o exercício das atividades inerentes à vida universitária, sobretudo a docente, foi vista como um simples processo de transmissão de conhecimento já consagrados pelo passado. A ênfase do ensino estava no acervo de informações que o discente deveria receber, transmitidas pelo professor. Era muito frágil a preocupação com a integração do conhecimento humano, ou com a participação das forças atuantes na educação vista como um todo.

As revoluções tecnológicas que o mundo conheceu, especialmente a partir da Segunda Guerra Mundial, repercutiram intensamente no ensino, e o professor perdeu, pelo menos em parte, sua função de veículo transmissor de conhecimento. A televisão, a difusão da imprensa, o aparecimento em larga escala de revistas especializadas, a utilização dos meios eletrônicos da divulgação do saber, o intercâmbio cultural entre povos diferentes colocaram o professor diante de uma nova realidade. Não tinha mais sentido transmitir erudição ou dar informações, quando isto era feito por meios infinitamente mais eficientes.

A tecnologia educacional e instrucional está a exigir uma mudança de atitude dos responsáveis pela Universidade Brasileira. A teoria dos sistemas invade a área do Ensino, e novos comporta-

mentos são esperados pelas estruturas universitárias. São muito importantes as descobertas da psicologia experimental, as pesquisas nos modelos extraídos das ciências matemáticas, as conclusões da antropologia na transformação do processo educativo.

Por outro lado, sem cair na tirania da planificação, esse processo não pode dispensar os dados que a economia oferece ao planejamento educacional. Por esta razão entendemos que toda inovação tecnológica aplicada ao Ensino-Aprendizagem, sem desprezar os outros agentes criadores de expectativa, deverá concentrar-se, tanto no seu conteúdo (conhecimento) quanto nos seus métodos e técnicas (didática no seu sentido restrito), no produtor-operador do sistema: o professor.

Quando falamos no professor como produtor-operador do sistema, não queremos dizer que ele seja um mero receptáculo de inovações, mas antes de tudo, uma pessoa sensível a uma reformulação contínua e permanente da própria educação, entendida como socialização atualizada e atualizante dos educandos.

Esta reformulação não visa apenas um acrescentar de novas noções à formação do professor, mas terá como meta principal provocar uma mudança de tal porte que abale sua área cognitiva, fundamentada numa metodologia específica.

Na realidade o conhecimento docente não poderá ser comportamentalizado, e sim integrado em centros de interesse, a fim de aprender a totalidade do mundo, não mais como uma simples repetição do passado, mas como uma forma de consciência crítica. Dentro desta diretriz, toda ação docente se converterá, como aliás toda ação universitária, nu-

ma ação completamente compatibilizada, através de conteúdos programáticos, atividades de extensão, a fim de ser preservada, acima de tudo, seu caráter globalizante, numa referência permanente a seus objetivos.

Referimo-nos mais acima à metodologia específica a esta nova visão da universidade. Com efeito, se não se atuar como um sistema, dificilmente serão alcançadas as proposições aqui apresentadas.

Para isso, o enfoque sistêmico deverá ser adotado. A literatura sobre o assunto já é abundante, mas não se pode esquecer que a abordagem das teorias de sistema evitará que esforços isolados se percam em ações individuais.

A compatibilização das tarefas inerentes ao processo educativo, na Universidade, será garantia que os aspectos mais importantes serão considerados: avaliação dos produtos finais da aprendizagem, construção de um modelo teórico visando o controle e a produtividade da qualidade do ensino. Como? Pela análise e adoção de critérios envolvendo variáveis diversas: estrutura econômica, perfil ocupacional, tipologia social, divisão do trabalho, aspirações familiares, etc, no plano sócio-cultural, e variáveis de conteúdo essencialmente pedagógico, consideradas mais adiante.

Para a avaliação da produtividade e da qualidade do processo Ensino-Aprendizagem, é essencial o estabelecimento de parâmetros que possam de alguma maneira, sugerir até onde produtividade e qualidade não são meras abstrações.

Assim, a produtividade de um docente não pode ser medida somente em termos de alunos atingidos por suas aulas, ou do número de disciplinas ministradas, mas deverá levar em conta pesquisas realizadas, livros e artigos publica-

dos em revistas especializadas, trabalho em comissões, participação em seminários, congressos, cursos realizados, etc, etc. Da mesma maneira, qualidade de ensino não se confunde obrigatoriamente com a eficiência desse ensino, pela utilização por exemplo, de bons recursos áudio-visuais, mas será muito mais função das necessidades culturais, da preservação do patrimônio histórico, sócio e cultural, em função dos objetivos que a Universidade se propôs.

Por sua vez, a qualidade de uma Universidade não pode ser inferida unicamente do número de técnicos que ela prepara, ou dos cursos que ela mantém, mas deverá considerar as respostas que esses cursos dão ao mercado de trabalho, assim como avaliar seu envolvimento com todas as formas de manifestação cultural da sociedade, através do incentivo e da transmissão e proteção às suas conquistas comunitárias: folclore, museus, monumentos e cidades históricas, artesanatos, culturas primitivas, são algumas dessas manifestações que a Universidade poderá estimular e desenvolver.

Concluiu-se que produtividade e qualidade do ensino só podem ser avaliadas se relacionadas e integradas aos objetivos a que já nos referimos. Os objetivos são o "Feedback" para toda formulação ou reformulação da política educacional e/ou instrucional universitária.

OS OBJETIVOS

A formulação de objetivos compatíveis com a realidade cultural que cerca a Universidade, através do conhecimento das múltiplas e diversificadas variáveis e suas consequentes implicações no universo pedagógico, é a garantia de que

o pensar sobre a Universidade não é um mero exercício intelectual, mas fundamenta-se nos dados que essa realidade nos oferece.

Dessa maneira, podia-se enumerar alguns objetivos, simples sugestões a serem redimensionadas em estudos mais aprofundados:

- Definir uma política de compatibilização entre as diversas forças atuantes na estrutura acadêmica.
- Despertar nessas forças a preocupação pelos problemas inerentes ao sistema universitário, em função da melhoria geral da performance docente-administrativa.
- Estabelecer estratégias visando o envolvimento dos professores nas teorias e práticas instrucionais, levando-os a um perfeito conhecimento das inovações tecnológicas aplicadas ao ensino.
- Incrementar no sistema universitário a responsabilidade em relação ao patrimônio cultural nacional, regional e local, seja em termos de incentivo, seja em termos de preservação e transmissão desse patrimônio.

AS ESTRATÉGIAS

A preocupação com a construção de um modelo teórico, pelo qual se possa chegar a atingir os objetivos já enumerados, acrescenta-se a de se saber que estratégias serão definidas para a perfeita rentabilidade, das sugestões apresentadas.

Na verdade, as melhores intenções e os objetivos mais ousados não teriam sentido se não se soubesse como chegar a esses objetivos. Conscientes da neces-

sidade de uma pedagogia para a ação, por ocasião do planejamento global, poderíamos sugerir estratégias, previamente definidas e escolhidas, como forma de se operacionalizar esses objetivos. À flexibilidade do planejamento estará confiado o poder de adaptação às realidades locais, de acordo com as tendências manifestadas pela população-alvo. As referidas estratégias poderiam ser desenvolvidas em forma de projetos específicos, a serem implementados de acordo com um cronograma estabelecido.

ESTRATÉGIA — I

“Criação de uma Comissão Interdisciplinar”

Embora constituída a nível institucional, essa Comissão deverá ser formada o mais simplesmente possível, a fim de se evitar a burocratização de suas atividades, e consequente lentidão de suas decisões. Seria desejável que seus membros fossem professores de tempo integral, dedicados a um trabalho que exige estudo, pesquisa e contínua avaliação.

Seria interessante que nesta equipe figurassem docentes de várias áreas de conhecimento, para uma sadia troca de idéias e visões diferentes do problema educacional.

À Comissão estaria afeta a política de integração, racionalização e avaliação das atividades específicas ao ensino, em consonância com as diretrizes emanadas da política global da Universidade Federal da Paraíba, através da Pró-Reitoria para Assuntos de graduação.

ESTRATÉGIA — II

“Ciclos de Informação Acadêmica”

No início de cada semestre letivo, e sempre por departamentos, seriam realizados Ciclos de Informação Acadêmica, atingindo docentes, discentes e administradores, sobre a estrutura universitária nos seus mais variados aspectos; currículos, pesquisas, sistema de promoção e avaliação, instalações físicas, serviços, enfim, sobre tudo que interesse à comunidade universitária.

Essa atividade deverá ter caráter institucional, figurando no calendário das atividades acadêmicas, como veículo de interação entre as diversas partes que compõem o sistema de ensino.

Um grupo permanente, a nível interdepartamental poderia ser formado, com funções de planejamento, coordenação e execução das atividades inerentes aos ciclos de informação.

ESTRATÉGIA — III

“Instalação de Seminários de Integração”

Partindo-se de um levantamento das exigências dos departamentos, poderia ser incentivada a criação de Seminários de Integração, seja a nível departamental, seja a nível interdepartamental. Esses Seminários poderiam evoluir, de acordo com as tendências manifestadas, para encontros de didática, de cunho, essencialmente pedagógico, onde seriam tratados temas como: produtividade e qualidade do ensino, estabelecimento de objetivos instrucionais, compatibilização de conteúdos programáticos, análise de notícias sobre problemas de educação em geral, etc.

A experiência atual do curso de Pedagogia, através de seus departamentos, realizando encontros pedagógicos no início de cada semestre, deveria ser ampliada, tomando uma dimensão mais profunda, servindo no entanto como ponto de partida para realizações mais abrangentes.

ESTRATÉGIA — IV

“Cursos de Metodologia do Ensino Superior”

A nível de aperfeiçoamento e/ou especialização, a Universidade deveria tentar uma experiência de disseminação de cursos de metodologia do ensino superior, tendo como agência treinadora os departamentos do curso de Pedagogia. Esses cursos seriam talvez o início de uma política efetiva de treinamento de docentes em larga escala, numa área pouco explorada, atingindo um grande número de professores, solução mais realista e a custo mais baixo do que a criação de mestrados, medida que exige estudos e planejamento a longo prazo.

O curso de Aperfeiçoamento em Metodologia do Ensino Superior, programado para este ano, pela UFPB, em convênio com a CAPES, já é um bom indício de que no treinamento do docente passa a ser considerado o ponto vital no processo de mudança na área instrucional.

ESTRATÉGIA — V

“Laboratório Pedagógico”

Experiência já tentada com êxito em algumas universidades brasileiras, como a Federal do Rio Grande do Sul e do Maranhão, o nascimento de um labora-

tório pedagógico não traduz o desejo puro e simples de importar soluções para nossos problemas, mas feitas as reduções sócio-antropológicas, proporcionar condições para que um grupo de professores voluntários possa desenvolver pesquisas no campo da criação de materiais de ensino, da organização e seqüência dos conteúdos da confecção de recursos áudio-visuais, através de um setor especializado, de estudo de inovações tecnológicas e sua repercussão no processo ensino-aprendizagem.

A Universidade do Maranhão desenvolveu um laboratório, ligado ao departamento de ciências sociais, com sessões semanais de 04 (quatro) horas, nas quais se discutiam experiências novas no campo metodológico, se apresentavam dificuldades em sala de aula, se avaliavam tipos de prova, se conheciam novas técnicas de ensino. Os resultados foram altamente compensadores, pelas repercussões que essas atividades tiveram sobre a comunidade acadêmica, levando outros departamentos a ampliarem essas experiências.

ESTRATÉGIA — VI

“Projeto Colonial”

A Universidade, dentro de sua missão de conservadora e transmissora de cultura, em todas as suas formas, poderia muito bem se voltar para as cidades históricas, por meio de um projeto específico, envolvendo outros organismos interessados no mesmo problema.

Na Paraíba, o acervo colonial de cidades como Areia, Mamanguape, Pilar, para citar algumas, a existência de engenhos de açúcar, símbolos de uma época e de uma economia, com seus equipamentos primitivos, deveriam ser obje-

to de atenções especiais por parte da comunidade universitária, a principal interessada na abertura de suas portas para todas as manifestações da criação humana.

O importante é que a Universidade Federal da Paraíba aceite o desafio de integrar, num todo coerente, os meios e os fins de sua missão principal, isto é, a educação integral dos seus alunos.

ESTRATÉGIA — VII

“Comissão de Avaliação de Novas Tecnologias Educacionais”

Tão importante quanto a aceitação de novas tecnologias educacionais é a sua avaliação contínua e sistemática. O professor não poderá ser um mero receptor de inovações no campo instrucional, mas deverá ser muito mais um agente livre e consciente das transformações tecnológicas aplicadas à educação, com todas as suas implicações.

A aceitação de uma nova tecnologia traz no seu conteúdo problemas para os quais nem sempre o professor está preparado, e contra os quais reage, numa atitude compreensível de auto-defesa.

A Comissão de avaliação dessas novas metodologias deverá estudar em profundidade as implicações antropológicas e culturais provenientes do choque que elas provocam, velando para que toda inovação nesse campo respeite profundamente o pensamento e as características de nossas realidades.

As sugestões de estratégias aqui apresentadas são meramente indicativas, ficando à criatividade e à flexibilidade do planejamento a liberdade da escolha de outros meios, na consecução dos objetivos propostos.

CONCLUSÃO

Qualidade de ensino não é um conceito abstrato, mas deve traduzir uma preocupação e o desejo de se tornar o ensino tão competente quanto qualquer outra atividade humana.

Se os professores têm melhores bibliotecas, se dispõem ou confeccionam materiais de ensino, se utilizam de recursos e empregam tecnologias novas, se estão envolvidos em projetos comunitários, se participam de seminários, congressos, comissões de estudos, se publicam artigos ou livros, se assinam ou dispõem de periódicos especializados, então se pode dizer que o ensino está melhorado.

Isso significa que para se avaliar a qualidade do ensino de uma universidade, é necessário que se definam parâmetros, que se criem indicadores, e sobretudo que se relacione o desempenho docente-administrativo com os grandes objetivos da universidade, sempre em função do contexto sócio-cultural que cerca esta universidade.

Falamos anteriormente, que nenhuma instituição pode ser ilha, sob pena de não sobreviver. E se esta instituição tem por finalidade a formação de pessoas, o desejo de integração deve presidir sua política. E uma universidade que se integra, já não começa a melhorar a qualidade de seu ensino?

BIBLIOGRAFIA

- ALBUQUERQUE, José Augusto Guilhon — **Cultura, Educação e Desenvolvimento**, Petrópolis, Editora Vozes, 1971, 41 p.
- OLIVEIRA, J. Batista Araújo — **Tecnologia Educacional**, Petrópolis, Editora Vozes, 2.^a edição, 1973, 158 p.
- WITTER, Geraldina Porto — **Ciência. Ensino e Aprendizagem**, São Paulo, Editora Alfa-Omega, 1975, 185 p.
- OLIVEIRA, J. B. Araújo e Oliveira, Mariza Rocha — **Tecnologia Instrumental**, São Paulo, Livraria Pioneira Editora, 1974 75 p.
- NAGEL, Thomas S. e RICHMAN, Paul T. — **Ensino para Competência**, Porto Alegre, Editora Globo, 1974, 100 p.
- SKINNER, B. F. — **Tecnologia do Ensino**, São Paulo, Editora Herder, 1972, 260 p.
- VARIOS — **Planejamento e Organização do Ensino**, Porto Alegre, Editora Globo, 1.^a Edição, 1975, 398 p.

O Dinamismo Cinematográfico dos Quadrinhos de Will Eisner

Antônio Barreto Neto

Will Eisner tem para as histórias em quadrinhos a mesma importância de Orson Welles para o cinema. Se Welles revolucionou a linguagem cinematográfica com **Cidadão Kane**, Eisner deu verdadeira dimensão artística à narrativa quadrinizada com as aventuras de Spirit. O fato de ambos serem criações do início dos anos 40 não deixa de ser significativo. Eisner, hoje com 59 anos, tornou-se desenhista de histórias em quadrinhos por haver se frustrado como escritor e como pintor, segundo ele mesmo confessa. Suas histórias — principalmente as de Spirit, sua maior criação — são frutos dessas duas frustrações nos enredos, a presença dominadora dos escritores de sua preferência, sobretudo Gogol e Tchecov; nos desenhos, a influência marcante da pintura expressionista.

Spirit é a identidade secreta do jovem criminologista Denny Colt, que todos acreditam haver morrido no encontro com um terrível cientista renegado. Misto de O Santo e X-9, não tem a sofisticada elegância do primeiro nem a postura clássica do segundo. Veste um prosaico terno azul, que completa com um chapéu e uma meia-máscara da mesma cor. Alto, de ombros largos e queixo quadrado, tem a boca constan-

temente retorcida num rictus sardônico, que lhe dá um ar debochado. Desaparecido há mais de vinte anos e revivido agora na onda da nostalgia, é um dos heróis de maior público nos Estados Unidos e na Europa. O sucesso tem levado produtores de cinema e televisão a procurarem Eisner para contratos. Fala-se em Jack Nicholson para o papel de Spirit. Para a direção, William (**Operação França/O Exorcista**) Friedkin.

Para Sérgio Augusto, excelente crítico de cinema e fanático exegeta dos quadrinhos, Fritz Lang seria o cineasta ideal para transportar à tela o fantástico e poético mundo de Eisner. Com efeito, há muitos pontos de contato entre o universo de Spirit e o mundo em que se agitam as personagens de Lang. As histórias de Eisner situam-se todas nos limites de uma realidade fantástica e absurda — um absurdo às vezes puxando para o terreno do mágico, mas geralmente desembocando pateticamente nas águas do trágico. Como nos filmes do expressionismo alemão — e Lang foi um mestre dessa escola — os temas básicos são a fatalidade, o destino, o conflito dialético entre o bem e o mal, o indivíduo e a sociedade. Os enredos, quase sempre variações (ou reflexões) em torno de uma situação-base, transcorrem

em locais estranhos, becos desertos, ruelas escuras, terrenos baldios, casarões lúgubres.

O interesse e a significação das histórias de Eisner não se esgotam nas insólitas tramas. A atenção se detém na definição dos tipos humanos, na psicologia e na atmosfera, sempre densa, em que se agitam as personagens. Mais do que o enredo em si, valem a ambientação, o clima, as sugestões visuais. Coisas e aspectos imediatos da realidade adquirem pela composição do quadrinho, pelo jogo de luz e sombra dos desenhos, uma misteriosa fluidez, dilatando-se até às fronteiras do sonho, não raro do pesado, quase sempre da alucinação. Seu estilo é marcado por sombreados negros, ângulos insólitos e vertiginosos, *closes* inesperados, num barroquismo delirante denunciando a influência do cinema expressionista alemão, via policiais classe B da extinta RKO, de onde, não por

mera coincidência, saiu o **Cidadão Kane** de Welles.

Apesar dos longos diálogos, dos monólogos reiterativos, e dos comentários à margem dos quadros, nas histórias de Eisner é flagrante a vitória do visual sobre o literário. Os quadrinhos têm a mesma força expressional de um enquadramento cinematográfico. E quase a mesma dinâmica. Eisner usa o **travelling**, o campo-contra-campo, os cortes, o plongê, a panorâmica e a profundidade de foco com a mesma funcionalidade de um cineasta, chegando a criar movimentos virtuais pela relação crítica (desencadeamento de estruturas, diria Moacir Cyrne) entre os planos. O planejamento visual da página é quase uma **decoupage**, com o cotejo dos quadros feito através de uma montagem semelhante à do cinema. Para filmar Eisner, portanto, não é preciso nem fazer roteiro.

O Negro no Brasil

Prof. Aécio Villar de Aquino

O negro chegou ao Brasil na condição de escravo. Conforme dizia Arthur Ramos, "não foi uma viagem espontânea de exploração e conquista: foi ao revés, uma migração passiva, uma migração forçada pela captura e escravidão, o maior movimento migratório passivo da história" (1:19).

Os negros africanos para aqui trazidos através do tráfico de escravos, já chegavam com a sua personalidade deformada pela escravidão e a permanência no continente para onde foram transplantados violentamente através da nefanda instituição, trouxe, como não poderia deixar de trazer, consequências desastrosas para aqueles indivíduos. A aviltante condição de escravo os impedia de exercer diversos traços essenciais das suas culturas, hoje manifestadas apenas em elementos dispersos, quase sempre em sincretismo com os da cultura que lhes foi imposta.

A introdução de escravos negros na Europa é anterior à descoberta do Novo Mundo, sendo Sevilha já então conhecida como grande empório deste comércio. Os exploradores portugueses são geralmente apontados como os primeiros a trazer para Portugal negros escravos capturados nas costas da África, já na década de 1440 (2:28). Mas

a primazia do tráfico de escravos continua a ser discutida entre Portugal e Espanha (1:35). Depois outros povos da Europa seguiram o exemplo daqueles dois países.

1. O TRÁFICO NEGREIRO E AS ORIGENS DOS ESCRAVOS INTRODUZIDOS NO BRASIL.

Não se sabe ao certo o número de escravos introduzidos no Brasil. Não se possui estatísticas precisas, sendo admitida uma variação entre quatro a dezoito milhões, o que bem demonstra a precariedade dos dados existentes. Calógeras calculou a entrada de negros em cerca de cinco ou seis milhões por século, o que daria cerca de dezoito milhões para os três séculos tráfico regular, número considerado exagerado por vários autores (1:45).

Joaquim Nabuco, quase acusado pelo seu exagero abolicionista, parece bastante modesto ao calcular o número de escravos trazidos pelo tráfico negreiro: "Até 1851, não menos de um milhão de Africanos foram lançados em nossas senzalas. A cifra de cinquenta mil por anno não é exagerada" (3:94).

Não se sabe com precisão a entrada dos primeiros escravos no Brasil, tudo indicando que nos primeiros engenhos de açúcar já trabalhavam negros africanos. Em 1538 chegava o primeiro carregamento regular de escravos num navio de Jorge Lopes Brixorda, conhecido como velho traficante.

Do século XVI até meado do século XIX o tráfico foi intenso, acompanhando primeiramente o desenvolvimento das plantações da cana-de-açúcar e do algodão; a exploração das minas no século XVIII e em época mais recentes, o cultivo do café. Outras lavouras, o pastoreio e o trabalho das cidades, também utilizaram mão de obra escrava.

Os principais mercados de escravos eram o Recife e a Baía, para as plantações da cana-de-açúcar; São Luiz do Maranhão, para as do algodão, e Rio de Janeiro, para a mineração e o cultivo do café. Destes centros principais dispersaram-se os escravos por todo o país.

Problema de difícil solução é o das origens tribais dos negros introduzidos no Brasil e dos seus remanescentes.

Parece certo que as diversas regiões e povos da África se fizeram representar através dos escravos aqui introduzidos, inclusive hotentotes e boschimanos (5: 524) e povos do norte, mestiços de hamitas e semitas (5:518).

Mas a discriminação dos stocks africanos vindos para o Brasil e suas origens étnicas é tarefa que ainda está a exigir muito trabalho dos estudiosos.

Diversos autores apontam os obstáculos encontrados que dificultam o encaminhamento do problema:

a — Os negros eram capturados em qualquer parte da África e levado para os portos da costa, recebendo denominações vagas,

geralmente dos pontos do Continente onde eram embarcados, tais como Nagô, Mina, Angola, Moçambique... ou “peça da Índia”, preto da Guiné”, “negro da Costa”.

René Ribeiro no seu excelente trabalho “culto Afrobrasileiros do Recife” refere-se à imprecisão destes termos, citando trecho de um ofício do Conde dos Arcos, que em pleno século XVIII se encontrava em dificuldade a respeito da palavra “Guiné”: “... porque a palavra Guiné, no sentido em que a tomam alguns autores, compreende não só as Ilhas de S. Tomé, mas também muitos dos portos da Costa de Mina: exclui porém todos os portos do Reyno de Angola...”, cita em seguida a conclusão de Beltran, sobre as constantes mudança dos limites daquela região: “Durante o século XV a Guiné se encontrava na atual Senegambia; no século XVI chegava até os baixos de Santa Ana na Serra Leoa; no seguinte havia alcançado Benin e no século XVIII o Gabão, donde a atual colônia espanhola do Rio Muni recebeu o nome de Guiné Espanhola” (4: 15).

b — A destruição deliberada dos arquivos da escravidão, mandada proceder pelo Conselheiro Ruy Barbosa, através da circular n. 29 de 13 de maio de 1891, “por motivos ostensivamente de ordem econômica”, segundo Gilberto Freyre (5: 515, vide tb. 6: 3 e 4).

Evidentemente a incineração, — livros de matrícula dos escravos, dos ingênuos, filhos li-

vres de mulheres escravas, libertos sexagenários e outros documentos existentes nas repartições do Ministério da Fazenda, veio a dificultar as pesquisas históricas e antropológicas a respeito da escravidão no Brasil transformando num trabalho árduo, a tarefa de reconstituir o número de escravos existentes, o sentido do tráfico Negreiro e a procedência dos escravos africanos aqui introduzidos.

- c — A política de não permitir que se juntasse grande número de escravos da mesma procedência, seguida pelos administradores e senhores de escravos.

Este critério adotado com o fim evidente de evitar insubordinações e revoltas de grupos étnicos, deve ter contribuído para que escravos das mais diversas procedências se concentrassem em uma mesma região.

Documento de grande importância a respeito da diversidade de procedência dos escravos de Pernambuco é o trecho da carta de Henrique Dias escrita aos holandeses em 1647 e transcrito por Gilberto Freyre: "De quatro Nações se compõe esse regimento: Minas, Ardas, Angolas e Creoulos: estes são tão malévolos que não temem nem devem; os Minas tão bravos que a todo não podem chegar com o braço, chegam com o nome; os Ardas tão fogosos que tudo querem cortar de um só golpe; e os Angolas tão robustos que nem trabalho os cança". E prosegue o autor de Casa-Grande & Senzala, "Ora, os "Ardas" ou

"Ardas" eram gege ou daomeanos do antigo reino de Ardia; Minas, Nagô; os Angolas, apenas, bantu" (5: 516).

Os estudos científicos a respeito das origens dos negros introduzidos no Brasil, datam de fins do século passado. Até então existiam os relatos e observações de cronistas, viajantes e missionários.

Martins admitia o exclusivismo dos grupos bantos, considerando que os negros entrados no Brasil, procediam principalmente dos povos congos, cabindas, angolas e angicos. Este domínio do grupo banto foi também admitido por João Ribeiro e Silvio Romero.

Nina Rodrigues estudando as populações negras da Bahia, levantou a idéia do exclusivismo sudanês entre os negros ali introduzidos (7:91).

Arthur Ramos, adotando "o critério inicialmente utilizado pelo Prof. Nina Rodrigues no Brasil e depois dele, pelos demais investigadores nas outras partes do Novo Mundo", ou seja, "o exame das suas características culturais e o seu cotejo com os padrões de cultura no país de origem". Conclui que: "foi da África Ocidental que proveio a maior parte dos Negros do Novo Mundo: dos povos do Gôlfo da Guiné (Costa do Ouro e Costa dos Escravos) e em proporção menor do Senegal e do Congo" (1:41).

Posteriormente apresenta Arthur Ramos, uma divisão das sobrevivências das culturas negras no Brasil, que Waldemar Valente resumiu no seguinte quadro:

1) Culturas sudanesas.

Os povos Ioruba, da Nigéria, os daomeanos e os Fanti-Achanti (da Costa do Ouro), além de outros grupos me-

nores, são os seus mais importantes representantes. Entre eles, destacam-se os seguintes grupos: nagô (Ioruba), jeje (de Daomé) e mina (de Fanti-Achanti).

2) Culturas guineano-sudanesas islamizadas.

São representadas principalmente pelos grupos Fula, Mandinga e Haussá.

3) Culturas bantos.

Representadas pelas inúmeras tribos do grupo Angola-Congolês e do grupo da Contra-Costa.

Ainda a respeito das culturas negras no Brasil, Waldemar Valente diz o seguinte:

“As sobrevivências africanas no Brasil não se mostram em estado de pureza. Aliás, desde os primeiros tempos da escravidão, as culturas negras se apresentam misturadas. Misturadas e deformadas pela influência da condição de escravo” (19: 5, 6) .

II. PRINCIPAIS ASPECTOS SOCIAIS DO ESCRAVO NEGRO NO BRASIL

A escravidão, como se processou no Brasil, é tida geralmente, como menos rígida que em outras partes. Alguns cronistas, principalmente estrangeiros que aqui estiveram e conheceram especialmente o ambiente acolhedor das casas — grandes, a mesa farta e trato senhorial reservado aos visitantes ilustres, exageram às vezes a humanidade, a brandura e a cordialidade existente nas relações entre senhores e escravos.

Esta tendência também aparece mesmo em trabalhos científicos, como se pode apreender do seguinte texto de Donald Pierson: “Embora existissem é claro, as asperezas de um sistema de

plantação e aqui, como em outros lugares, se dessem atrocidades, a escravidão envolvida nesse sistema era de ordinário, como veremos no capítulo seguinte, uma forma branda de servidão. Especialmente nas zonas agrícolas, a escravatura no Brasil caracterizou-se em geral pelo desenvolvimento gradativo e contínuo de relações pessoais entre senhor e escravo, relações que tenderam a humanizar a instituição e a solapar seu caráter formal” (8: 125).

Era na realidade um sistema áspero, êste que aqui se implantou baseado na monocultura e na escravidão, que mesmo na sua última fase de existência, quando caminhava gradativamente para a extinção, não assumiu aquela “forma branda de servidão”.

As “relações pessoais entre senhor e escravo” devem ser entendidas, principalmente, como se processando com o escravo empregado nos serviços da casa — grande — o escravo doméstico, que vivia, muitas vezes, em situação privilegiada — em relação ao negro empregado nos trabalhos da lavoura.

Inegável que a escravidão aqui instituída não chegou a degenerar em separações estanques de indivíduos e grupos raciais e exarcebção de preconceitos de cor e ódios entre raças.

Mas, em sua essência, a escravidão no Brasil, não foi muito diferente da instituída em outras partes e mesmo em outras épocas. O mal não estava apenas no senhor e muito menos no escravo — elemento passivo sobre o qual se exercia todos os malefícios da aviltante instituição, — mas na “capacidade imensa deste sistema para rebaixar moralmente senhores e escravos” (5: 536).

Tentaremos fornecer algumas noções da participação do escravo negro em aspectos importantes da nossa sociedade escravocrata.

1. SISTEMA DE TRABALHO

Emilia Viotti da Costa no seu livro "Da Senzala à Colonia" (9) descreve o trabalho do negro escravo nos ambientes urbano e rural. Esta sua obra diz respeito sobretudo aos escravos das zonas cafeeiras. Devido às semelhanças que a escravidão, como instituição, possui em todo lugar, nos arriscamos a tentar uma síntese dos sistemas de trabalho escravo descritos pela autora, que nos parece muito semelhantes aos de outras partes do país.

a) O TRABALHO ESCRAVO NAS CIDADES

Grande parte dos serviços das cidades eram executados por negros cativos. Eram os chamados "negros de ganho". "O senhor os taxava a tanto por dia ou semana". A importância que estava obrigado a entregar ao senhor, geralmente era proporcional a sua capacidade física, atividade ou inteligência, pouco dinheiro lhe sobrando, sendo difícil, mesmo através de subterfúgios, conseguir o suficiente para comprar a liberdade. Para o escravo mais habilidoso, aquele que possuía um ofício — marceneiro, barbeiro, sapateiro — havia maior facilidade em comprar alforria.

Havia também os "escravos de aluguel" e os jornais da época estão repletos de anúncios de aluguel e procura de cativos para serviços domésticos, mas também para o artesanato, pequenas indústrias, transporte de mercadorias e outros misteres. Estes tinham pior sorte e menores as possibilidades de adquirir a liberdade.

Logo cedo iniciava-se o trabalho dos escravos. Às seis horas a maioria deles já estava em atividade. Às dez horas voltavam à casa dos patrões para

almoçar, regressando em seguida ao trabalho, que se prolongava até às seis da tarde quando voltavam. Dificilmente tinham folga depois dessa hora.

A legislação impunha aos senhores a obrigação de vestirem os escravos com um mínimo de decência e aos escravos, a proibição de ajuntamentos, andar embriagados, perambular pelas ruas fora de hora e alugar casa ou quartos sem licença do senhor. Era proibido comprar ao escravo café, açúcar, aguardente, objetos de prata, ouro e qualquer traste caseiro, sem a licença escrita do senhor. A venda de pólvora e armas também era vedado aos escravos.

"O escravo urbano gozava inegavelmente de uma situação superior à do parceiro do campo. As possibilidades que tinha de conseguir a alforria eram maiores, melhores em geral suas condições de saúde, e mais suave o tratamento, que recebia, pois os olhos da Lei andavam mais perto" (9: 227 a 241) (vide tb. 18:509).

b) O TRABALHO ESCRAVO NAS ZONAS RURAIS

Na zona rural o trabalho escravo atingia, em média, de quinze a dezoito horas.

As atividades da fazenda se iniciavam com o nascer do sol, às vezes antes. Os trabalhadores eram divididos em grupos e distribuídos nas linhas de plantação (café), sempre sob as vistas do feitor, onde trabalhavam até às dez horas. Hora do almoço, quando cessava a labuta reiniciada meia hora depois, interrompida novamente à uma hora, para o café com rapadura, cachaça nos dias de chuva. Às quatro horas jantavam e o trabalho na lavoura prosseguia até ao anoitecer, quando voltavam.

Mas, o trabalho continuava pela noite adentro. Dedicavam-se ao fabrico de farinha, às fainas no terreiro ou paiol, preparo do alimento para o dia seguinte, cortar lenha e, na época da colheita, escolhiam o café apanhado. À luz de candeeiros, tochas de taquara, ou lamparinas de óleos de mamona, o serão se prolongava invariavelmente até às dez horas da noite.

Este horário com pequenas variações para mais ou para menos era o de todas as fazendas. Alguns fazendeiros, mais esclarecidos, “recomendavam que não se estendesse o serão além das nove da noite, pois o cansaco do escravo tornava-o pouco produtivo, des-servindo os interesses do senhor...”

Terminado o serão e após uma pequena ceia, os pretos eram recolhidos à senzala, onde permaneciam até o dia seguinte (9: 241 a 243).

O mesmo sistema agrícola, monocultor e latifundiário, que serviu juntamente com a escravidão de suporte às culturas da cana de açúcar e do algodão, sistema de “Plantations”, de “Plantage” tropical, segundo Leo Waibel, que tão bem o caracterizou (10: 31 a 50), nos autoriza a antever um regime de trabalho semelhante nas outras regiões escravocratas (vide tb. 18: 516 a 518).

A violação frequente do preceito cristão de guarda aos domingos e dias santos, ponto de conflito entre senhores de engenho e a Igreja, alegando sempre os primeiros o prejuízo econômico acarretado com a paralização dos serviços do campo nestes dias (5: 714), problema este também enfrentado pelas autoridades do Brasil holandês (11: 221), é bem uma mostra das condições de trabalho a que estavam subordinados os negros utilizados na cultura da cana de açúcar.

Quanto aos algodoads do Maranhão os “fazendeiros e senhores de engenho criaram fama de extremamente cruéis com os escravos” (5: 602).

c) O TRABALHO ESCRAVO NAS MINAS

Mais duro e estafante que o serviço nas grandes plantações de cana-de-açúcar, algodão e café, deve ter sido o trabalho das minas de ouro e diamante de Minas Gerais, Mato Grosso e Goiás.

A partir do século XVIII foi intensificada a lavra de ouro e diamantes. É o chamado “Ciclo do Ouro”, para o qual correu indivíduos de todos os lugares e procedências, movidos pelo espírito aventureiro da riqueza fácil. Grande número de escravos procedentes de todas as partes do país, principalmente das zonas rurais, cujas culturas entravam em decadência, foram vendidos para regiões auríferas e diamantíferas, cada vez mais a exigir braços para o fatigante trabalho da mineração e da pequena lavoura que servia de abastecimento alimentar para as levas humanas deslocadas bruscamente para regiões até então quase inexploradas. Intensificou-se o tráfico negreiro, que superou o do século anterior, afim de poder suprir as necessidades de trabalhadores na mineração.

A extração do ouro era feita pelos processos mais elementares e custosos. De início limitava-se aos rios e seus leitos. Depois escasseando o ouro na água, foi iniciada a sua procura na montanha. Roger Bastide descreve este tipo de trabalho: “Esta (a montanha) era muito dura: quartzo. E a picareta do negro nela se quebrava. O homem, num dia, fez o trabalho de séculos, transformando a montanha em cascalho, quebrando-a em pedregulhos,

provocando desmoronamentos por meio de água em cascata”, e mais adiante acrescenta: “As galerias cavadas não podiam penetrar muito fundo; logo faltava o ar e os negros sufocavam, meio asfiziados, devendo sair para fugir à morte” (12: 114, 115).

Von Eschwege, encarregado de estudar e incrementar a indústria de mineração no Brasil, onde esteve no período de 1803 a 1821, descreveu pormenorizadamente os diversos tipos de trabalho nas minas, dizendo a respeito da atividade do faiscador: “Este trabalho é dos mais fatigantes e penosos e muito prejudicial à saúde dos escravos pois, enquanto os membros superiores ficam expostos longas horas aos ardentes raios do sol, a parte inferior deve suportar a sensível frialdade das águas”. E acrescenta: “Poucos negros, por esta razão, prestam-se para o trabalho, que só os mais robustos podem suportar (13: 310 e 311).

O negro escravo nas minas, além das péssimas condições de trabalho a que estava sujeito, vivia sob constante vigilância — para evitar o roubo e contrabando do ouro e pedras preciosas; quase impossibilitado de constituir família — as estatísticas demonstram grande predomínio de indivíduos do sexo masculino e “a maioria dos agricultores e mineiros chegando mesmo a não tolerar sequer a presença de escravas em seus serviços” (13: 449); submetido a um regime alimentar deficiente — é conhecida a carência de alimentos nas regiões de mineração, chegando mesmo a ser proibido o plantio de certa cultura, entre outros motivos para não desviar o trabalho da atividade mineradora (14: 175).

Apesar do costume de se alforiar o escravo que achasse uma grande pepita de ouro ou um diamante de alto valor, era extramamente difícil para o es-

cravo das minas adquirir a liberdade. Em nenhuma outra atividade o trabalho escravo foi tão necessário: “... a mineração desaparecia, caso não existisse o escravo que fizesse todos esses serviços” (13: 445). E o homem livre teria que sustentar a si e a seus dependentes, desviando sua força de trabalho para outras atividades, abandonando logo que podia o estafante trabalho da mineração que somente o cativo era obrigado a suportar. “Em consequência o trabalho é escravizado, de maneira a evitar qualquer possibilidade de emancipação” (15: 361).

2. A ECONOMIA DO ESCRAVO

Submetido a um regime de trabalho todo dirigido aos interesses do senhor, bem precária era a condição econômica do escravo.

O escravo morava na senzala. Viotti da Costa descreve este tipo de moradia, nas zonas cafeeiras:

“Os edifícios, na grande maioria, eram alongados, de forma retangular, construídos de pau a pique e cobertos de sapé, sem janelas, tinham uma porta única, e aberturas de trinta a quarenta centímetros na parte superior, junto à coberta. Quando sucedia haver janelas, eram fechadas por grades, o que refletia a preocupação de impedir fugas. As senzalas localizavam-se, em geral nas proximidades da residência do fazendeiro, dada a necessidade de fiscalizar melhor a escravaria.

Homens e mulheres dormiam em casas separadas. As crianças tinham suas camas junto às mães. As divisões internas formavam pequenos cubículos, onde o mobiliário era escasso. Apenas uma tarimba

e um jirau. Aquelas feitas de madeira, dois e meio a três pés de largura, encimadas de esteiras ou cobertores, e um pequeno travesseiro de palha. No jirau, o escravo guardava seus pertences. Às vezes, a tarimba era mais alongada, de forma a permitir que se colocasse um baú na extremidade. Em algumas fazendas, encontravam-se, ao lado das senzalas, pequenas cabanas de pau-a-pique, cobertas de sapé ou folha de bananeira e sem aberturas. Esses casebres destinavam-se aos casais. (...). "No longo corredor das senzalas, eram construídos fogões primitivos, onde os negros preparavam, uma vez ou outra, algum prato simples: peixe, caças do mato, principalmente tatus, iguanas, pacas, cutias e capivaras. A noite, terminado o serão, quando fazia frio, amontoavam-se de cocoras em redor do fogo, fumando e conversando em grande algazarra.

Atrás das senzalas, ficavam as privadas, às vezes, substituídas por barricas com água até o meio e colocadas no corredor, onde eram diariamente, esvaziadas e limpas.

As senzalas ficavam abertas até às dez ou onze horas da noite, quando a um sinal do feitor recolhiam-se os escravos às suas habitações" (9: 243 a 245).

Nos engenhos de açúcar do Nordeste, principalmente nos maiores, era comum o uso de alvenaria e telhas nestas construções. Edificações deste tipo ainda existe em velhos engenhos, semelhantes às da planta do Engenho Noruega, anexa ao Vol. II de Casa-Grande & Senzala (6.a Edição) e Camara Cascudo ao definir o termo senzala, no seu Dicionário do Folclore Brasi-

leiro, diz: "... a casa de morada dos pretos escravos, ou casa semelhante, telhada, ou palhaça. Era o que Joaquim Nabuco dizia ser o grande pombo negro" (15: 692).

O vestuário do escravo era muito simples. Ao escravo do campo, davam-se, em geral, dois conjuntos por ano, um chapéu, às vezes casacos e cobertores. Tecidos ordinários, calça e camisa de algodão grosseiro, até mesmo de estopa. Aos domingos geralmente trocavam de roupa e lavavam as vestes usadas no trabalho. As peças de vestuário logo se convertiam em andrajões pelo uso constante, expostas ao sol e à chuva.

As escravas utilizadas no serviço doméstico eram, em geral, mais bem vestidas, visto este tipo de trabalho necessitar de uma melhor apresentação.

Nas cidades, leis procuravam impedir os escravos de andarem andrajosos e maltrapilhos, proibindo-os de se apresentarem quase nus e sujas e multando os senhores. Estas medidas frequentemente descumpridas nas cidades não tinham a menor eficácia nas fazendas, onde "O Senhor vestia o escravo como lhe convinha, reduzindo ao mínimo as despesas com a mão-de-obra (9: 246 e 247).

O escravo, sempre associado à monocultura, e ao latifúndio, "a plantação" — "grande estabelecimento agro-industrial, que, via de regra; sob a direção de europeus produz, com grande emprego de trabalho e de capital, produtos agrícolas valorizados para o mercado mundial" (10: 41), não podia deixar de ser vítima do mau regime alimentar decorrente deste tipo de plantação (5: 138 e 140), que predominou quase absoluto no cultivo da cana-de-açúcar, do algodão e do café.

Na mineração, embora a atividade não fosse agrícola, o tipo de trabalho também visando "produtos valorizados para o mercado mundial", tendia a subestimar e mesmo a escorraçar a pequena agricultura de subsistência que desviava a força de trabalho do seu objetivo primordial — o ouro.

Gilberto Freyre descreve as deficiências do regime alimentar da nossa sociedade colonial e diz que: "Quanto à quantidade, eram-no em geral os extremos: os brancos das casas-grandes e os negros das senzalas. Os grandes proprietários de terras e os pretos seus escravos. Estes porque precisavam de comida que desse para os fazer suportar o duro trabalho da bagaceira", (5: 139) acrescentando mais adiante: "Melhor alimentados, respeitamos, eram na sociedade escravocrata os extremos: os brancos das casas-grandes e os negros das senzalas (5: 141).

Viotte da Costa nos fornece uma descrição da alimentação diária do escravo dos cafezais:

"Às nove ou dez horas cessava a labuta. Era hora do almoço. As cozinheiras preparavam a refeição ao ar livre, em grandes caldeirões. Consistia, em geral, de feijão, angu, e farinha de mandioca, às vezes enriquecida de um pedaço de carne seca. 150g de charque, abóbora, inhame, etc. Em algumas propriedades maiores, o alimento era mais rico: angu, canjica, feijão preto, toicinho ou carne seca, farinha de mandioca e frutas: laranjas, mamão e goiabas. Nas fazendas mais pobres, reduzia-se a feijão, um pouco de farinha de mandioca umedecida, laranjas e bananas" (...). "O alimento era despejado em cuias. De cócoras,

os negros engoliam a comida, usando colher de pau ou servindo-se dos dedos, à guisa de talher". (...). "... serviço (era) interrompido à uma hora para o café com rapadura. Nos dias frios ou chuvosos, a cachaça substituiu o café. (...). "As quatro horas jantavam refeição semelhante à das nove..." (...). "Uma ceia ligeira encerrava o serão: ..." (9: 242 e 243).

A autora em apreço cita ainda o depoimento de Imbert, autor do "Manual do Fazendeiro", a respeito da insuficiência da alimentação dos negros em relação às suas necessidades, acrescentando em seguida: "Havia senhores que alimentavam os escravos unicamente com feijão, cozido, sem nenhum condimento e em uma só vez por dia. Em algumas fazendas, os escravos recebiam mais "bacalhau" nas costas do que no ventre" (9: 242) (vide tb. 18: 504; 517; 521).

Devemos acrescentar a possibilidade da alimentação do escravo ser melhorada pelas pequenas lavouras, permitidas por alguns senhores e pela caça e pesca exercida nas raras horas de folga.

As vezes também conseguiam acumular um pouco de dinheiro, vendendo o produto da sua pequena lavoura, ou algum presente do senhor.

Gastavam geralmente, estas economias em fumo, bebida, bugingangas e roupas.

Aos escravos das cidades, os "negros de ganho", era mais fácil juntar algumas economias que às vezes davam para comprar a liberdade — principalmente o escravo habilidoso, que possuísse um ofício.

No campo como na cidade eram também freqüentes os roubos feitos pelos escravos, tanto de produtos agrícolas, como objetos de uso doméstico e jóias (9: 231 e 247) (vide tb. 18: 495; 526).

3. A RELIGIÃO DO ESCRAVO

A religião sempre foi um dos recursos utilizados para justificar a escravidão e conter a população escrava.

Gomes Eanes de Azurara (1410 a 1474) já dizia na sua "Crônica do Descobrimento e Conquista da Guiné", escrita muito antes do início do tráfico negreiro para o Brasil:

"Posto que seus corpos estivesse em alguma sujeição, isto era pequena coisa em comparação das suas almas, que eternamente haviam de possuir verdadeira soltura" (17: 4).

Os jesuítas, apesar da reação contra a escravidão negra, esboçada pelo Pe. Manuel da Nóbrega, jamais ampararam esta raça com o ardor com que defenderam a causa dos índios.

Justificativa dos interesses econômicos através da religião, também a recomendação do Conselho dos XIX ao Conselho Político de Pernambuco, em 1635, durante a invasão holandesa, que depois de determinar aos ministros protestantes para instruir os escravos na doutrina cristã (proposito que não foi cumprido), terminava dizendo:

"... incutindo-se-lhe o verbo divino, procurar-se-ia, ao mesmo tempo, fazê-los aceitar "com boa vontade e paciência" a escravidão (11: 222).

D. José Joaquim da Cunha de Azeredo Coutinho, bispo de Pernambuco, espírito lúcido, um dos nossos pri-

meiros economistas, chegou em 1791 a escrever um livro — "A análise sobre a justiça do comércio do resgate dos escravos da costa d'África" — em que defendia a escravidão como tendo "existido desde o princípio do mundo e no seio de todas as religiões" (8: 132).

Houve, na realidade, diversos sacerdotes, inclusive o Pe. Vieira, que defenderam a causa dos escravos, mas a atuação do clero, em geral, era mais dirigida a tentativas de justificar a instituição, a exortar o escravo à submissão e apelar para a boa vontade do senhor, que devia tratar humanamente os cativos.

A própria condição de escravo impunha a religião que o negro devia seguir — a do seu amo. O batismo era compulsório e o sentimento religioso do dono fazia diligenciar no sentido de que o negro fosse batizado, pelo temor de possuir pagãos em seus domínios. E, "O próprio escravo deseja ser cristão porque os seus companheiros em cada rixa ou pequena discussão com ele, terminam seus insultos com oprobriosos epítetos, com o nome de "pagão"! O negro não batizado sente que é um ser inferior e mesmo não podendo calcular o valor que os brancos dão ao batismo, deseja que o estigma que o mancha seja levado, ansioso de ser igual aos camaradas" (18: 499).

Tanto nas cidades como nos campos proibia-se e eram reprimidas com rigor, qualquer tipo de manifestação das religiões africanas. Havia o cuidado dos senhores e autoridades de identificar e proibir qualquer indício de manifestações deste tipo, mesmo nos batuques — a dança do negro.

Alguns negros se submetiam docilmente aos preceitos da nova religião, dando mesmo para "puxadores de rezas", alguns chegando a dirigir os ofi-

cios religiosos nas fazendas e engenhos, sempre carentes de assistência mais efetiva dos capelães e vigários (9: 250 e 251). Gilberto Freyre escrevendo a respeito da "religião dominante", diz:

(O Escravo) "aproximou-se por intermédio dela (a religião) da cultura do senhor; dos seus padrões de moralidade. Alguns tornaram-se tão bons cristãos quanto os senhores; capazes de transmitir às crianças brancas um catolicismo tão puro quanto o que estas recebiam das próprias mães" (5: 594 e 595).

Mas, geralmente, a submissão do negro às práticas do cristianismo era apenas aparente. O negro sempre reagiu à assimilação religiosa e para disfarçar a sua religião utilizou-se de um processo já iniciado na África entre tribos diversas — o sincretismo religioso. Para não perder de todo sua religião, procurou fundi-la com a que lhe foi imposta, conseguindo deste modo a permanência de traços culturais que ainda hoje sobrevivem.

Segundo Waldemar Valente:

"O que parece certo, como tivemos a oportunidade de chamar a atenção, é que os negros recebiam a religião cristã como uma espécie de anteparo por trás do qual escondiam ou disfarçavam conscientemente os seus próprios conceitos religiosos. Adotaram as imagens católicas e as cultuaram. Mas na verdade, sob as invocações dos santos do Catolicismo adoravam os representantes da divina corte africana.

Assim, despistaram a vigilância religiosa dos seus senhores. E mais do que isso: iludiram a ingenuidade dos padres na obra apostólica

da catequese. Os negros se mostravam aos seus senhores e aos missionários, convertidos à religião cristã. Mas, apenas aparentemente. Na realidade conservavam vivo o seu apegado fetichismo" (19: 69).

Exemplo da "ingenuidade dos padres" em relação a práticas religiosas africanas podemos verificar no seguinte episódio observado durante a festa de Nossa Senhora dos Prazeres, nos montes Guararapes:

"Dançando, cantavam Ave Maria e Santa Maria traduzidos em seu idioma", continuava o frade na maior boa fé, quando na realidade o que deviam entoar eram as "louvações a Yansan — orisha africano identificado à Santa Católica" (4: 29).

Alguns negros chegaram mesmo a reagir violentamente à aceitação da religião que lhes era imposta. Os negros sudaneses islamizados, que foram importados principalmente para a Bahia. Referindo-se aos Haussá — negros daquela procedência — diz Donald Pierson:

"Esses negros tinham a reputação de trabalhadores hábeis e fortes. Quase todos os Haussá eram muçulmanos fervorosos e parece que na Bahia converteram ao seu credo muitos loruba, Gêge e outros africanos. Astutos e inteligentes, eram às vezes superiores aos seus patrões em equipamento cultural. Diz-se que muitos sabiam ler o arábico e alguns o escreviam corretamente" (8: 120).

Estes negros encabeçaram algumas revoltas, na Bahia, que segundo Nina Rodrigues e Arthur Ramos, estavam ligados às lutas religiosas que se processavam no Sudão.

A religião do branco também “sofreu profundamente a influência das culturas negras”. O negro não apenas recebeu do cristianismo mas também doou traços da sua religião, e “esse Cristianismo popular, já tocado das influências místicas que trouxe da própria Europa, salpicou-se de idéias supersticiosas, de crendices, de conceitos mágico — fetichistas” (19: 72 e 73).

4. CASAMENTO, FAMÍLIA E PROMISCUIDADE SEXUAL ENTRE OS ESCRAVOS

A família foi, talvez, a instituição mais deformada pela escravidão; principalmente a família do escravo. Família estável, permanente, segundo os princípios do cristianismo, constituía excessão entre os cativos. Ao contrário, prevalecia as uniões temporárias, livres de qualquer vínculo com os princípios da religião e do direito. E a promiscuidade sexual preponderava nas senzalas como imperativo da própria escravidão, tolerada e mesmo incentivada pelos senhores, que tinham no produto do ventre da escrava um dos seus maiores lucros.

O casamento permanente dificultava o remanejamento do rebanho negro. Era mais difícil separar para venda um casal estável e seus filhos. Preferível as uniões temporárias, negras que tinham filhos de diversos homens e às vezes não sabiam quais eram os pais.

Criou-se assim, como nos demais países escravocratas, uma verdadeira ojeriza pelo casamento de escravos.

O jesuita João Antônio Andreoni, mais conhecido como Antonil, já dizia no seu livro “Cultura e Opulência do Brasil”, cujo manuscrito é datado de 1711:

“Oppoem-se alguns senhores aos casamentos dos escravos, e não somente não fazem caso dos seus amancebamentos, mas quase claramente os consentem, e lhes dão princípio, dizendo: Tu fulano a seu tempo casarás com Fulano: e d’ahi por diante os deixão conversar entre si, como se já fossem recebidos por marido, e mulher (...) Outros depois de estarem casados os escravos, os apartão de tal sorte por annos, que ficão como se fossem solteiros: o que não podem fazer em consciência” (20: 93).

Viotti da Costa, depois de se referir ao descaso com que era encarado o casamento de escravos pelos próprios sacerdotes e senhores, diz:

“Evidentemente havia bons sacerdotes e bons senhores, mas a realidade da vida quotidiana criada pelo sistema escravista propiciava negligência dos senhores, no que se refere à legalização das uniões dos escravos. Por isso, o mais das vezes, fechavam os olhos à licenciosidade das senzalas, da qual não raro se beneficiavam. Os numerosos bastardos, os mulatos que aumentavam a população escrava ou fôrra eram a testemunha viva desse fato” (9: 270).

Eschwege ao se referir ao problema, quanto ao escravo das zonas de mineração, o estende a todo o país:

“Como, além disso, sempre dominou no Paiz o mau vêzo de não se favorecer o matrimônio entre os escravos, a maioria dos agricultores e dos mineiros chegando mesmo a não tolerar sequer a presença de escravas em seus serviços estabeleceu-se grande desproporção entre os dois sexos, . . .” (13: 449).

A “desproporção entre os dois sexos”, que atingia, dado o número reduzido de mulheres a proporção de quatro a cinco para um, — “situação típica de toda zona colonial, onde vigorava o sistema escravista” — e que somente diminuiu “quando passaram a predominar os escravos nascidos no Brasil” (9: 267), é geralmente, apontada como uma das causas que muito contribuiu para incentivar a promiscuidade sexual existente nas senzalas.

Esta falta de mulheres, que também existia entre os brancos, principalmente na região das minas, motivou a importação de negras africanas com esta finalidade.

Gilberto Freyre, cita Oliveira Vianna, que faz referência a Luiz Vahia Monteiro, governador do Rio de Janeiro em 1730, que dizia: “e pela mesma razão não há mineiro que possa viver sem nenhuma negra Mina, dizendo que só com ellas teem fortuna”. (5: 524) e acrescenta em seguida o autor de Casa Grande & Senzala:

“Foram essas Minas e as Fulas — africanas não só de pele mais clara, como mais próximas, em cultura e “domesticação” dos brancos — as mulheres preferidas em zonas como Minas Gerais, de colonização escoteira, para “amigas”, “mancebas” e “caseiras” dos brancos” (5: 524).

E até para “esposas legítimas”, poderíamos acrescentar, pois Julita Scarno no seu livro recentemente publicado “Devoção e Escravidão”, apresenta o seguinte documento:

“O concubinato de escravas era muito comum e Martinho de Mendonça, em suas “Reflexões” faz curioso comentário a respeito:

Os casamentos dos Senhores com suas negras q os RRPP tanto aprovão tem mil inconvenientes políticos; o Pe. Jeronimo q nunca aprovou semelhante mistura e posso segurar com elle q’ quazi nenhum cazou com negra por motivo Louvavel e pa sahir da ocazam de pecado mas só por motivos humanos e ordinariamente para viverem mais Licenciosamente”.

E acrescenta a autora:

“O comentador racista e desejoso de preservar vantagens para seus patrícios, mostra que se procurava pôr cobro à exploração das escravas, levando os brancos a se casarem com elas. Seria um meio de resolver o problema da falta de mulheres brancas de maneira legal e dentro da ordem estabelecida” (21: 62 e 63).

Gilberto Freyre na sua obra, principalmente em “Casa Grande & Senzala” estuda pormenorizadamente o problema sexual criado pela escravidão e, não pelo escravo, problema este que também atingia o senhor e toda a família escravocrata (vide 5: 621 e seguintes).

A escravidão, na realidade, degradou, deformou a família, criando as situações mais desumanas, somente possível durante a vigência da aviltante instituição.

A separação de conjuges escravos somente foi proibida por uma lei de 1869, que “proibia a separação de marido e mulher, bem como a dos filhos de escravos menores de quinze anos” (9: 271).

Era comum o filho de escrava com o senhor continuar cativo do próprio pai, ou irmão possuir outro irmão como cativo.

José Bonifácio em 1823 chegou a encaminhar um projeto de lei em que obrigava o senhor a dar liberdade ao seu filho nascido de escrava. Mas o projeto não chegou a ser discutido. "Um ato dessa natureza seria a confissão pública da imoralidade oculta nas senzalas. Preferiu-se a situação ambígua em que viveram muitos senhores mantendo no cativeiro os próprios filhos e irmãos".

Somente, "Meio século mais tarde, um acórdão proibia a venda dos filhos naturais com escravas e obrigava o senhor incurso nesta situação a continuar com ambos como seus escravos" (9: 272).

Houve caso em que a própria mãe foi escrava do filho, quando o pai em testamento reconheceu como seu o filho de uma escrava e o instituiu seu herdeiro (9: 272, 273).

Além do desinteresse do senhor pelo casamento do escravo, êste dependia inteiramente da vontade daquele para contrair matrimônio. Casava-se quando o senhor quisesse e com quem ele quisesse, conforme se pode depreender, e a própria condição de escravo justifica a acertiva, do seguinte texto de Koster, a respeito da propriedade dos monges beneditinos, que nos parece pode ser estendido para outras áreas escravocratas:

"Vi nessas propriedades muitos mulatos claros e quando se aproximavam demasiado da epiderme branca, tratam de casa-lo com pessoas de pele mais escura. Nenhum constrangimento é empregado para obrigar o escravo a casar e muito deles, contra a vontade dos amos, ficam solteiros. Os

monges permitem às mulheres escravas casar com pessoas livres mas os homens livres não podem desposar escravas. Muitas razões são expostas em favor dessa regra. Uma delas é que eles não desejam a diminuição da massa escrava da propriedade. Igualmente não querem famílias livres residindo entre a população cativa, por óbvias razões, como no caso em que o escravo case com mulher livre" (18: 512, 513).

Julita Scarano, falando a respeito de casamento de escravos, na região da mineração, diz:

"Quando escravos do mesmo senhor se casavam, a situação era de molde a criar menor problema, mas vai tornar-se bastante complexa quando se tratar de escravos de senhores diferentes. O próprio sistema tornava praticamente impossíveis esses casamentos" (21: 63).

A respeito da prostituição de negras em proveito dos seus senhores brancos, Gilberto Freyre diz o seguinte:

"Atribuem alguns cronistas da escravidão grande importância à prostituição das negras; mas das negras e mulatas exploradas pelos brancos. La Barbinais afirma que até senhoras se aproveitavam de tão nefando comércio. Enfeitavam as mulecas de correntes de ouro, pulseiras, anéis e rendas finas, participando depois dos proventos do dia. (...) Mas, admitida uma excessão ou outra, não foram senhoras de família, mas brancas desclassificadas, que assim exploraram as escravas" (5: 727, 728).

Joaquim Nabuco, com o seu ardor abolicionista foi mais incisivo ao escrever sobre o problema:

“...; nas nossas cidades há casas de comissões abertas, mercados e verdadeiros lupanares, sem que

a polícia tenha olhos para essa mácula asquerosa; ainda está recente na memória pública a oposição corajosa de um delegado de polícia da cidade do Rio ao tráfico de escravas para a prostituição”; ... (3: 38, 39).

CONTINUA NO PRÓXIMO NÚMERO

Leia

AO LONGO DA VIDA

de Alcides Carneiro

um lançamento da EDITORA UNIVERSITÁRIA/UFPB

Ensino Supletivo, O Novo Desafio

Prof. José Loureiro Lopes

1. CARACTERIZAÇÃO

Suprir a escolarização regular para os adolescentes e adultos que não a tenham seguido ou concluído na idade própria e proporcionar, mediante repetida volta à escola, estudos de aperfeiçoamento ou atualização para os que tenham seguido o ensino regular no todo ou em parte constituem os dois grandes objetivos do Ensino Supletivo, definidos no Art. 24, alíneas "a" e "b" da Lei 5.692/71. Para atingí-los, a Lei acrescenta que "O ensino supletivo abrangerá **cursos e exames** a serem organizados nos vários sistemas de acordo com as normas baixadas pelos respectivos Conselhos de Educação" (Art. 24, Parágrafo único).

Desta forma, em termos simples e claros, é oferecida uma oportunidade a quantos procuram completar ou suprir a escolarização regular e habilitar-se profissionalmente, facultando-se ainda o retorno sucessivo à escola, àqueles que desejam, não apenas uma habilitação profissional, mas também um enriquecimento cultural.

Simplem em sua conceituação básica, o ensino supletivo não se apresenta tão fácil quanto à sua implantação. Ele "... encerra, talvez, o maior desafio proposto aos educadores brasileiros pela

Lei n.º 5.692, de 11 de agosto de 1971". (1)

A riqueza e a flexibilidade de que passou a revestir-se o ensino supletivo, a partir de suas quatro funções básicas, asseguram, no entanto, o êxito reservado a esse tipo de ensino e sua oportunidade e urgência para a educação brasileira. Previstas no Parecer CFE n.º 699/72, essas funções são assim caracterizadas:

a) SUPLÊNCIA — tem por objetivo "suprir a escolarização regular para os adolescentes e adultos que não a tenham seguido ou concluído na idade própria". De qualquer forma, nela ainda se vislumbram os vestígios do antigo "madureza". A esta, porém, "já não se limita, quer em âmbito, quer na forma de realização". Está a suplência alicerçada nos exames que são o núcleo desse ensino. E os exames ora se realizam à base da parte de formação geral, visando apenas "ao prosseguimento de estudos em caráter regular", ora à base da parte de formação especial" para o exclusivo efeito de habilitação profissional", credenciando o candidato para o trabalho, sem direito a prosseguimento de estudos em nível superior. E pode revestir-se de ambas as formas e ensinar ao candidato adquirir um diploma de técnico. E os exames ficarão ou não

entregues a “estabelecimentos oficiais ou reconhecidos”, podendo ser unificados e centralizados.

Na suplência admitir-se-ão cursos de reforço, abrangendo formação geral e especial, para cuja matrícula não se exige nenhum grau de escolaridade.

b) **SUPRIMENTO** — destina-se a “proporcionar, mediante repetida volta à escola, estudos de aperfeiçoamento ou atualização para os que tenham seguido o ensino regular no todo ou em parte” (Lei 5.692/71, art. 24, letra “b”). A rubrica **suprimento** abrange as denominações como as de “reciclagem”, “educação continuada”, “educação permanente” e outras, todas muito em voga em nossos dias. E surgiu para atender a um imperativo que se torna premente no mundo moderno. “A complexidade sempre crescente que assumem as formas de vida e de trabalho, impondo mudanças que se verificam em rápidas sucessões, exige de todos uma crescente atualização em “repetida volta à escola”. Esta escola, porém, não deve ser a tradicional ou mesmo a que se denomina “regular”, mas algo inteiramente aberto, em que já se antevê a própria educação do futuro. Por isso, o suprimento aparece como a função mais característica do ensino supletivo, e como tal tende a ser a mais abrangente, posto que “vai desde o 1.º grau à pós-graduação universitária e da formação geral ao aperfeiçoamento profissional, num feliz encontro das “duas culturas” secularmente estanques”, como expressão eloquente da substancial unidade do processo educacional.

c) **APRENDIZAGEM** — é a “formação metódica no trabalho”, ou o “processo pelo qual os jovens . . . adquiram, em centros de formação profissional ou numa combinação de atividades em empresa e na escola, a prática metódica de execução das tarefas típicas

de determinada ocupação e os conhecimentos necessários para desempenhá-la com eficiência”. Fica a cargo das empresas ou de instituições por elas criadas e mantidas. A Lei 5.692 estabeleceu que os cursos de aprendizagem desenvolvam-se “ao nível de uma ou mais das quatro últimas séries do ensino de 1.º grau”, ministradas “a alunos de 14 a 18 anos, em complementação da escolarização regular, e, a esse nível ou ao de 2.º grau, cursos intensivos de qualificação profissional” (cf. art. 27).

Vê-se, claramente, que a lei veio valorizar ainda mais a aprendizagem, tornando-a equivalente ao ensino regular em toda sua extensão, podendo chegar à excelência de habilitação profissional, com todos os direitos e vantagens.

Em razão dessa prerrogativa é que a aprendizagem, ora muito mais abrangente, exige cursos e exames no processo.

d) **QUALIFICAÇÃO** — “é, de certo modo, o oposto da madureza tradicional: baseia-se obrigatoriamente em cursos, e não apenas em exames, e visa eletivamente à profissionalização, sem preocupações de educação geral” (cf. Parecer n.º 699/72).

Surgiu em decorrência de preceito constitucional e por isso a lei a regulamenta e inclui no seu capítulo IV. Pode também elevar-se ao nível de 1.º e 2.º graus, conforme ocorram as oportunidades. E torna-se um “recurso precioso para aumentar, diversificar e acelerar a formação de recursos humanos ajustados às peculiaridades das várias regiões do País”.

Os cursos de qualificação, visando a capacitar a pessoa para o trabalho, destinam-se a maiores de 14 anos, não caracterizados, sob o ponto de vista jurídico, como menores aprendizes.

Esta função constitui-se numa das maiores riquezas do ensino supletivo.

II. ASPECTOS NORMATIVOS E LEGAIS, A NÍVEL DE SISTEMA

Sob a inspiração da lei, o Egrégio Conselho Estadual de Educação da Paraíba baixou, inicialmente, a Resolução n.º 17/73, de 30-08-1973, que "Estabelece normas para o Ensino Supletivo no Sistema Estadual de Ensino, regulamentando cursos e exames". Neste dispositivo estão previstos cursos específicos para cada função e são disciplinados os Exames Supletivos de educação geral, unificando-os a nível de sistema, sob a responsabilidade de uma Comissão Executiva, vinculada ao Departamento de Ensino Supletivo do Estado. O Colegiado teve o cuidado de deixar explícito que "a aplicação das normas estabelecidas nesta Resolução será feita progressivamente, segundo as peculiaridades do ensino visado e as possibilidades do sistema" (art. 50).

Em maio de 1974, foi aprovado a Resolução n.º 24/74 que "dispõe sobre autorização para funcionamento de cursos supletivos e preparatórios em geral". É a regulamentação dos famosos "cursinhos", visando a coibir abusos e a proporcionar às pessoas que frequentam os preparatórios melhores condições em termos de professorado, instalações físicas, equipamentos etc... A Resolução n.º 24/74 se limita à autorização de cursos supletivos com avaliação fora do processo.

Somente com o advento da Resolução n.º 08/75, de 23-03-75, que "baixa normas complementares à Resolução n.º 24/74" é que o Conselho Estadual facultou a avaliação no processo, quando prevê "a aferição do rendimento escolar dos Cursos de Suplência, organizados de acordo com esta Resolução, bem como os de aprendizagem e qualificação, será feita no processo, de conformidade com as normas fixadas nos regimentos dos estabelecimentos de en-

sino ou planos de curso" (art. 8.º). Convém, no entanto, registrar que o Colegiado Estadual, até o presente, ainda não autorizou qualquer curso supletivo no sistema, com avaliação no processo".

Merece especial referência a Resolução n.º 37/74 que "aprova o Projeto Logos I — na área de ação deste Estado". Executado na Paraíba, em Convênio com o DSU/MEC, ano de 1974, o Logos I — qualificação de docentes a nível de 1.º grau — recebeu do Conselho, como atitude pioneira no País, aprovação total não somente "... na forma estabelecida pelo Projeto, a qualificação" como também "... em termos de suplência, para o exercício do magistério, até às 4 primeiras séries do Ensino de 1.º Grau" (art. 4.º). Esta atitude do Colegiado foi seguida por outras unidades da Federação, onde funcionou o Logos I.

Ao Logos I seguia-se o Projeto Logos II, com o objetivo de habilitar 10.000 professores leigos das redes de ensino Estadual e Municipal, na Paraíba, em 5 (cinco) etapas, com início em agosto de 1976.

A nova iniciativa do MEC, em convênio com a Secretaria de Educação e Cultura do Estado, recebeu integral apoio do Conselho de Educação, que aprovou por Resolução de n.º 34/75. Este ato do Colegiado, em seu art. 1.º esclarece que o Logos II tem por fim habilitar a nível de 2.º grau, para lecionar até 4.º série do 1.º Grau, com avaliação no processo, via ensino supletivo, professores não titulares, com exercício nas 4 (quatro) primeiras séries do ensino de 1.º grau.

Outras Resoluções baixadas pelo Conselho, atinentes ao Supletivo, se referem à indicação anual dos estabelecimentos onde se realizam os exames supletivos, nos termos do art. 26, § 2.º da Lei n.º 5.692/71.

Evolução ou Aberração

Prof. Carlos Ovídio Lopes de Mendonça

Uma das espécies mais curiosas e de configuração mais berrante, dentre os seres que habitam a nossa Plataforma Continental, é sem dúvida o **Ogcocephalus vespertilio**. Chamado vulgarmente de Peixe-morcego, Peixe-Sapo ou Peixe-cachimbo.

Pertencente ao grupo dos **Acontopterígeos**, **Lophiidae**, o **Ogconcephalus** é deveras interessante, não só por ser bentônico, mas pelas suas características singulares.

A literatura especializada é bastante carente de dados precisos sobre tão estranho animal.

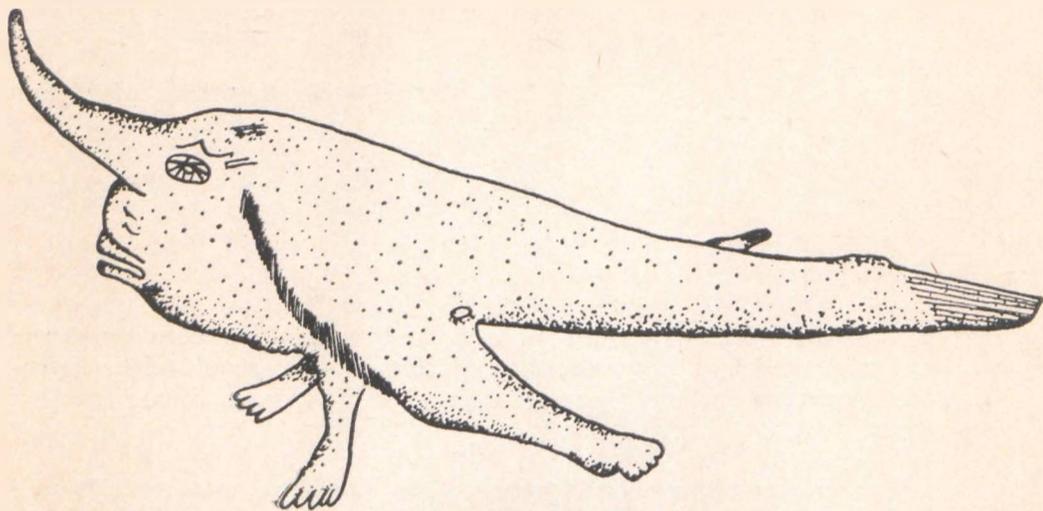
Encontramos com muito mais freqüência estudos sobre seu parente próximo, o **Lophius piscatorius** do que sobre aquele. Entretanto o **Lophius** é abissal.

Pelas referências sobre o mesmo, acreditamos seja cosmopolita.

No documentário cinematográfico "O Mundo Silencioso", tivemos a oportunidade de assistir à captura de um exemplar do **Ogcocephalus** a uma profundidade de trezentos pés, tendo na ocasião o narrador caracterizado-o de **peixe abissal**.

Sobre sua posição, relativa ao seu habitat, encontramos o seguinte, à página 73, do IV volume da Enciclopédia do Reino Animal de Maurice Burton: — "peixes abissais que vivem numa **obscuridade total** e nadam livremente.

Com a devida vênia dos ilustres pesquisadores internacionais, discordamos dos comentários, pois testemunhamos a presença, já por inúmeras vezes desse peixe em águas litorâneas, à pequena profundidade e com bastante iluminação.

**Ogocephalus vespertilio**

Não só testemunhamos a sua presença, como já logramos capturá-lo em várias ocasiões. Não só para observações mais detalhadas de sua morfo-fisiologia e de seu comportamento, como também para taxidermá-lo, cujos exemplares por nós preparados fazem parte de vários museus em alguns Estados da União, e ainda o possuo em minha coleção particular.

A profundidade média em que encontramos comumente o **Ogocephalus** é de 4 metros. O local onde o vemos com mais freqüência situa-se entre as praias de Camboinha e Ponta de Mato, no Município de Cabedelo, na Paraíba. A distância da praia varia de quinhentos a mil e quinhentos metros. Área onde se aglomeram os nossos arrecifes de barreira, nunca o encontrando sobre a massa coralínea e sim no lodo que se acumula na periferia dos bancos calcáreos.

Na realidade, pelo parentesco próximo ao **Lophius piscatorius**, suas características são de peixe abissal, mas sua presença, não muito rara em nosso litoral e a ausência de fotóforos deixam desconcertado o pesquisador. Como justificar?

Este trabalho não colima asseverar conclusões científicas sobre a ecologia do peixe em questão, mas tão somente suscitar problemas acerca de tão controvertida espécie.

Diria, como disse o grande evolucionista Charles Darwin — “quanto mais cedo levar na cabeça, melhor...” Somente assim chegaremos à luz da verdade.

O **Ogocephalus vespertilio** é um peixe de corpo deprimido dorso-ventralmente, de coloração violácea, quando em repouso, variando de cinza claro para o pardo, quando excitado. Pele nua, limiforme, com espículas de textura variável no dorso e de grã-fina no ventre. Nessa região a coloração tende para o vermelho pálido, acentuando-se em algumas partes, especialmente abaixo da mandíbula.

A cabeça, parte que se sobressai, pela discrepância apresentada, é desmesuradamente grande para o tamanho do corpo. Dela partem dois grandes arcos (cintura escapular), onde se inserem as duas nadadeiras peitorais, ficando as aberturas branquiais entre elas e a base do corpo.

Há uma proeminência cônica, na parte anterior da cabeça, que a nosso ver, outra função não teria, senão a de amedrontar os seus possíveis inimigos. Para compor o quadro terrífico há, sobre o dorso, na base de tal proeminência várias manchas oclares, agrupadas em vários conjuntos.

A referida expansão córnea, espiculada, inclina-se para a parte posterior da cabeça. Lembra, guardando-se as devidas proporções, à protuberância filamentosa cutânea do *Lophius*. Sendo que, enquanto esta serve para atrair peixes, dos quais se alimenta, aquela é rígida, não se prestando para esse mister.

A boca está provida de pequenos dentes, apenas perceptíveis ao tato, o que indica sua propriedade de triturar revestimentos calcáreos, silicosos ou quitinosos dos seres que consegue encontrar no lodo, o qual revolve com sua boca retrátil, à semelhança de uma sanfona.

Seus movimentos são lerdos ao caminhar, e esta é o termo. Esses peixes caminham, apoiados nas quatro nadadeiras. Duas peitorais e duas ventrais.

Observamos muitas vezes como se sentem à vontade, caminhando. Vê-lo é como se estivéssemos vivendo os tempos da aurora de nosso planeta. Quando das primeiras tentativas dos seres, em emergirem.

Facilmente o apanhamos à mão. Se o soltarmos no meio da massa líquida não esboça qualquer movimento de reação, próprio dos peixes. Não nada, como era de se esperar. Apenas equilibra-se na água, descrevendo logo a seguir uma parábola, até atingir o fundo submarino, passando a caminhar, em busca de um retiro seguro.

Se o molestarmos não reage ao toque com rapidez. Sutilmente aciona as nadadeiras peitorais se o apertarmos um pouco, na tentativa de se ver livre do curioso "Homo".

Colocado no meio de algas Clorofíceas, acelera seus movimentos, possivelmente na tentativa de encontrar local mais apropriado para sua proteção. Tal reação não é notada junto às algas feofíceas. Talvez pela semelhança de coloração.

Mas, o local apropriado, e mais condizente com sua camuflagem é sobre o lodo submarino.

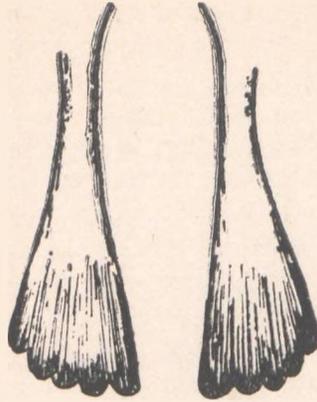
Acompanhamos várias vezes, exemplares diferentes, por muito tempo e atestamos em seu habitat, o seu movimento ambulacrário.

As patas, formadas pelas nadadeiras ventrais, estão perfeitamente adaptadas à sustentação da parte anterior do corpo e sua terminação, sob todos os aspectos, lembra os braços de um sapo.

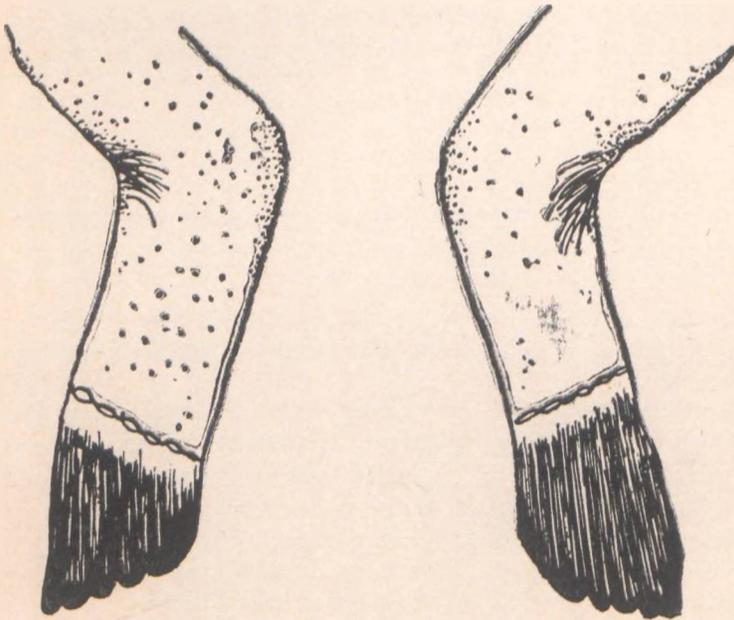
Cinco arcos espinhosos, revestidos de pele nua formam uma perfeita mão. Destacamos inclusive o isolamento dos cinco dedos.

Com as "mãos" o peixe se apoia e, auxiliados pelas nadadeiras peitorais, caminha em busca de alimentação.

ESTAMPA 2



Nadadeiras ventrais — vistas de frente



Nadadeiras peitorais — vistas de frente

As pernas, formadas pelas nadadeiras peitorais, o tornam quadrúpede.

Só temos a certeza de estarmos diante de verdadeiras nadadeiras, quando ao se equilibrar na água ele as abre, pois ao caminhar, o faz com as mesmas fechadas, dando a idéia de verdadeiras pernas, com pés.

Colocado num tanque, junto a um sapo comum, observamos o seu comportamento. Ao caminhar é semelhante em tudo, até no movimento desajeitado do sapo.

A experiência, repetidas vezes, consistiu em colocar o **Ogcocephalus** junto a um sapo, dentro de um tanque e incitá-los a andar, com o auxílio de toques com uma vareta.

Se não nos detivermos em uma observação mais cuidadosa, podemos, não resta a menor dúvida, considerá-lo um anfíbio em metamorfose. É semelhante a um Juin (**Batrachichtys**), batizado assim por não parecer com larva que é, do **Pseudis paradoxa**.

Sua capacidade de resistência é bastante grande.

Por várias vezes deixamos exemplares de **Ogcocephalus** na mesa de trabalho, à tarde e os encontramos no outro dia em estado de perfeita recuperação, quando recolocados em água do mar. E assim o fizemos e assim o constatamos.

Dada às várias vezes que repetimos a operação, calculamos sua resistência, em cerca de 20 horas, na ausência da água.

Veremos posteriormente se tal observação pode ser asseverada com maior margem de segurança. Dependerá naturalmente da oportunidade de encontrarmos maior número de animais, para confirmação.

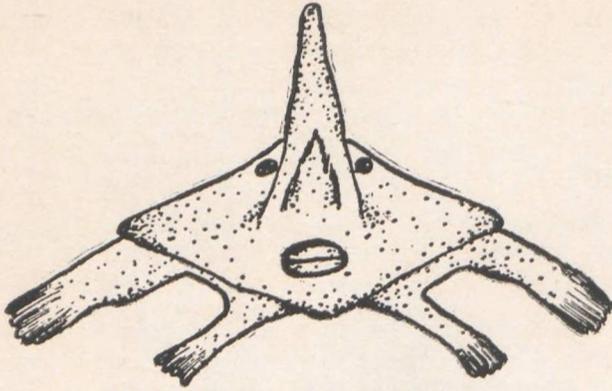
Essa resistência indica um grau de aproveitamento do oxigênio, não somente dissolvido na água, mas no próprio ar atmosférico, em contato com suas brânquias úmidas.

Quanto à organização interna, não encontramos dimorfismo exagerado, em relação a peixes protótipos. Apenas a disposição das brânquias, lembrando peixes heterossomatos, é que nos chama a atenção.

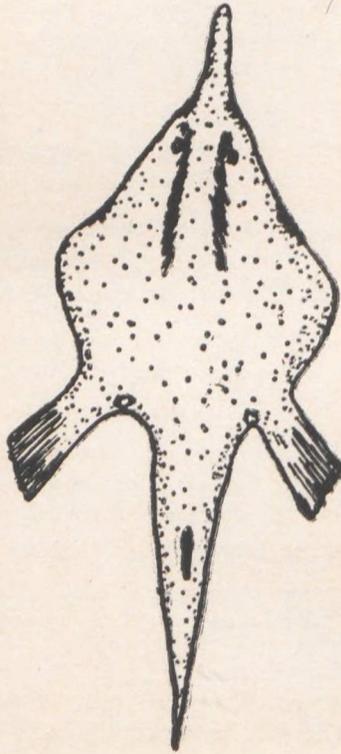
Sua disposição é laminar-horizontal, gerada naturalmente pela compressão cephalo-branquial e pela disposição dos arcos operculares, cujas câmaras são bem desenvolvidas, o que justifica, em parte, a sua resistência à asfixia.

Ao curto esôfago, segue-se um estômago musculoso, triturador e a seguir um curto intestino, onde não se percebe a zona de transição do intestino médio para o posterior. Isso indica suas características alimentares, com pobreza de celulose. O fígado, grande, em sua constituição e textura lembra o de um sapo. Ocupa grande parte da cavidade celomática.

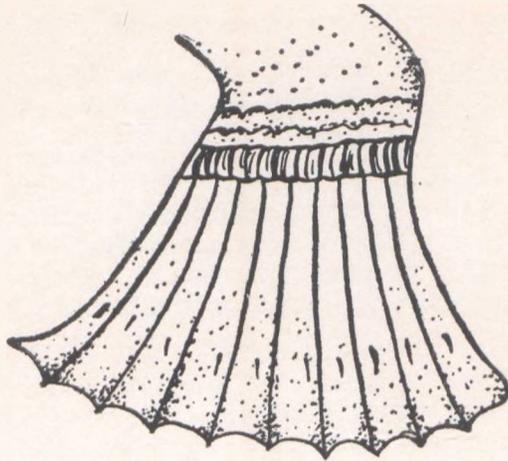
ESTAMPA 3



Ogcocephalus, visto de frente



Ogcocephalus, visto dorsalmente



Nadadeira peitoral distendida

A bexiga natatória é de espessa parede muscular, o que lhe permite atingir grandes profundidades. Não encontrando ligações do conduto pneumático, podemos considerá-lo como Fisoclisto.

A nadadeira dorsal, resume-se a quatro pequenos arcos espinhosos, interligados por uma lâmina delgada. Praticamente não tem função. A anal é simples, com três arcos espinhosos e uma pequena excrescência lateral. Toda ela recoberta pela pele.

O olho é de pupila parda, com iridescência amarelo-ouro, o que difere normalmente dos olhos dos peixes teleósteos.

Quanto à reprodução, não podemos adiantar grande coisa, só conjecturas.

Nunca encontramos um exemplar em época de reprodução, ou muito pequeno.

Isto nos leva a crer que sua reprodução seja efetuada em regiões abissais, longe dos predadores da Plataforma Continental, justificando suas incursões a locais afóticos. Sua presença na Plataforma, a níveis de profundidade tão desprezíveis talvez seja apenas para a obtenção de alimento abundante, para seu rápido desenvolvimento.

Ainda poderíamos pensar num dimorfismo sexual, que, a exemplo de um outro seu parente, o *Ceratias halboelli*, chega a tornar o macho parasita da fêmea, pelo seu diminuto tamanho. Se assim o for, é possível que ao coletarmos outros exemplares, possamos constatar tal fato.

Analisados os aspectos elementares anátomo-fisiológicos e ecológicos, resta-nos derivar o assunto para o plano evolutivo.

A análise, sem grandes pretensões, dos fatos observados relativos a tão equipático ser, permitem-nos divagar sobre aspectos evolutivos.

A princípio, o tipo de alimentação deve ter influenciado consideravelmente na seleção de indivíduos dotados de modificações genéticas favoráveis.

O estômago sempre locupletado, revela pelos exames que efetuamos, filamentos de algas feofídeas, pequenos gasterópodos pectinibranchiata, littonpina, em quantidade apreciável; minúsculos pelecípodes e crustáceos brachiuros do gênero Menippe. Todo esse material é ingerido juntamente com grande quantidade do lodo submarino, local onde comumente se encontra. Isto vem confirmar nossa observação citada anteriormente e justifica a forma/função da boca do **Ogcocephalus**.

Por ser bentônico reptante é natural que o dispêndio energético seja bastante reduzido em relação aos seres nectônicos, que mantém constante gasto de energia para seu equilíbrio. O armazenamento de energia é uma característica favorável à seleção natural.

A resistência à asfixia é outro fator favorável a uma futura modificação de habitat.

Essa resistência, aliada à forma dos membros locomotores, que o torna reptante, nos leva a crer na possibilidade futura do **Ogcocephalus** vir a se adaptar à vida semi-aquática ou mesmo terrestre; a exemplo de outros seres emersos.

Partindo pois da premissa de que “as espécies, ao contrário da crença quase universal, não são estáticas nem imutáveis, mas se alteram através dos tempos” — (DARWIN) — podemos supor que estamos na presença de um ser em franca transição.

Pelo menos é possível aceitar a idéia de que a modificação do seu “modus vivendi” é fruto de mutações cumulativas favoráveis a direcionais.

Há um objetivo determinado na Natureza. Distanciar as espécies cada vez mais do seu tipo primitivo a fim de possibilitar sua sobrevivência em função da competição gerada pelas alterações ecológicas que se manifestam permanente e inexoravelmente.

Esse mecanismo permite a manutenção da vida na Terra, sem solução de continuidade, possibilitando concomitantemente a evolução geológica e a biológica numa conjunção perfeita, harmônica e inquestionável.

Possivelmente para não fugir à regra, o destino do **Ogcocephalus vesperilio** obedecerá à seqüência: vida aquática; semi-aquática; terrestre.

Entretanto consignamos nossa indagação — EVOLUÇÃO OU ABERRAÇÃO?

BIBLIOGRAFIA

DICIONÁRIO DOS ANIMAIS DO BRASIL — Rodolpho von Ihering.
Ed. José Olympio — ICC — Brasília — Brasil.

HISTÓRIA NATURAL DE ORGANISMOS AQUÁTICOS DO BRASIL — F. E. VANZOLINI — Emp. Gráfica “Revista dos Tribunais” — S. Paulo — Brasil.

ZOOLOGIE II — VERTÉBRÉS — Pr. P. P. Grassé — Masson et Cie Editeurs — Paris — France.

ZOOLOGIA PINTORESCA — Angel Cabrera — Ed. Ramón Soiena S/A — Barcelona — Espanha.

DA VIDA DOS NOSSOS ANIMAIS — R. Von Ihering — Rotermund e Cia. — Rio Grande do Sul — Brasil.

ENCICLOPÉDIA DO REINO ANIMAL — Maurice Burton — 8 volumes — Verbo Juvenil — Gris Impressores — S.A.R.I. — Lisboa — Portugal.

ENCICLOPÉDIA GENERAL DEL MAR — José Maria Martinez e Teran e outros — Ediciones Garriga S/A — 6 volumes — Madrid — Barcelona — Espanha

ENCICLOPÉDIA LABOR — Pio Fonte Quer e outros — Ed. Labor S/A — Madrid — Espanha.

ORIGEM DAS ESPÉCIES — Charles Darwin — Lello e Irmão — Editores — Porto — Portugal.

Leia

**FESTA DO ROSÁRIO
DE POMBAL**

de Roberto Benjamin

uma edição EDITORA UNIVERSITÁRIA da UFPB.

O STF e a Revolução de 64 na Visão de Trigueiro do Vale

José Octávio

O belo estudo de Osvaldo Trigueiro do Vale sobre o Supremo Tribunal Federal, em face da Revolução de 1964, ora em vias de constituir o volume 97 da coleção Retratos do Brasil, da poderosa editora Civilização Brasileira, deve ser encarado sob uma dupla ótica de tese de mestrado e livro.

Como tese de concurso, é nítida sua filiação — nem sempre salutar — aos esquemas conceptuais da Fundação Getúlio Vargas, hoje francamente desnacionalizada, porque submetida aos estereótipos estrangeiros, derivados do excessivo tecnicismo que professa. Recordo, a propósito, que, numa das muitas conversas com que me brindou, em seu apartamento de Ipanema, no Rio de Janeiro, o professor José Honório Rodrigues chamou-me a atenção para o espírito anti-Vargas que hoje inspira a Fundação da praia de Botafogo.

Uma vez mais, não faltam sólidas razões ao severo juízo expendido pelo mestre das Aspirações Nacionais. É que, criada em plena efusão nacionalizadora do Estado Novo, a Fundação não deveria apenas representar um Centro de Estudos Administrativos do mais alto nível, como veio a ser, mas um laboratório das formulações políticas da so-

cidade brasileira, das quais o reaparelhamento administrativo é parte inseparável.

Em suas primeiras décadas, a FGV inclinou-se por essa orientação, da qual terão resultado excelentes estudos sobre Política e Administração, numa perspectiva de desenvolvimentismo nacionalista que culminou com a racionalização dos nossos serviços públicos, empreendida pelo DASP, que, então, não descurou a necessária base teórica e científica encimada, inclusive, pela participação de técnicos de visão abrangente, como o paraibano Cleanto de Paiva Leite.

Hoje, porém, as coisas mudaram na Getúlio Vargas, como, de resto, no país inteiro. Aferrada a exíguos critérios de tecnicismo administrativo e ciência pura (eu, de mim, prefiro a ciência **impura**), a FGV perdeu seu papel de formuladora do modelo de desenvolvimento brasileiro, que, exatamente por isso, transferiu-se para outras entidades, como o Grupo da Itatiaia, o ISEB da fase moderada presidida por Hélio Jaguaribe e Cândido Mendes, e, afinal, a Escola Superior de Guerra, dos experimentos do General Rodrigo Octávio para cá. Pior ainda resultou em a Fundação dissociar-se das matrizes nacionalistas que a animaram, para recair sob a influência de

formulações estrangeiristas nem sempre corretas e adaptadas à realidade nacional.

Sem embargo de seu alto nível e seriedade, o trabalho do professor Osvaldo Trigueiro do Vale não se aparta dessas categorias, que não constituem o que nele há de melhor. Propondo-se, como confessa logo na abertura, a “focalizar o comportamento do Supremo Tribunal Federal dentro de uma época ainda não estudada pela escassa literatura sobre a mais Alta Corte de Justiça brasileira a fase histórica 1964/1975” (página 13 da brochura original, texto de que aqui me valerei), é evidente que a análise de Trigueiro do Vale logo se depararia com o problema central da época: “A Revolução de março de 1964, como todo ato de força, se bastou a si mesma. Não quis, entretanto, aparentar um perfil antiliberal, implantando uma solução política *sui generis*: emoldurou um modelo político que não tem paralelo no direito comparado. Ao editar o AI n.º I, de conotação discricionária, admitiu a intocabilidade dos princípios da Federação e da República, e ainda, o funcionamento dos poderes desarmados, sob a égide concomitante da Carta Magna de 1946” (pág. 14). Dos impasses resultantes desse estranho hibridismo legalisto-revolucionário é que “O Supremo Tribunal Federal e a instabilidade político-institucional” irá largamente ocupar-se: “O Poder Executivo-Revolucionário não se armou legalmente para agir com desinibição. Viase acossado pelas leis que ele próprio admitira que sobrevivessem. Sua principal fonte de apoio eram os quartéis, interessados, obviamente, num estado de fato e não na hermenêutica dos tribunais. O Poder Judiciário mantinha-se fiel ao resíduo do texto constitucional de 1946, constituições estaduais e leis

ordinárias que a Revolução protestara ser a ordem legal do país” (pág. 16).

Perguntamos nós, todavia: essa “bilateralidade dicotômica” (a expressão pertence ao professor Trigueiro do Vale, pág. 43), teria de ser necessariamente associada a um tal modelo formalista de sociedade, delineado pelo tecnólogo norte-americano Riggs (pág. 14), do qual o livro *A Ecologia da Administração Pública* é citado tão abundantemente? — A não ser que Osvaldo estivesse mais de olho na banca examinadora constituída dos professores Cecílio Berndsen, Délio Maranhão e Wanderley Guilherme dos Santos, todos da FGV, do que numa perspectiva realística de apreensão da realidade brasileira, resultou imperdoável em que a questão de nítida contradição entre o país real e o país legal, para nos utilizarmos da clássica formulação de Oliveira Viana, lembrada, aliás, no texto do trabalho pelo ministro Osvaldo Trigueiro de Albuquerque Melo (págs. 40 e 203), não houvesse sido desenvolvida, à luz da sociologia brasileira, que terá, nesse ponto, cunhado algumas de suas indicações mais fecundas ao considerar o dissídio entre o poder e a sociedade (formulação também de Oliveira Viana retomada por Guerreiro Ramos), os antagonismos entre a Nação e o Anti-Nação (Gilberto Amado) e a distância entre o Estado e a Nação, que não escapara a Tobias Barreto bem antes de seu aperfeiçoamento por Alberto Tôrres.

Da mesma forma, em seu apaixonante e corajoso estudo, Trigueiro do Vale insiste bastante em associar o Brasil (págs. 19, 31 e 127) a uma concepção de sociedade prismática, também derivada de Riggs para o qual as sociedades podem ser desse tipo ou ainda concentradas e refratadas. Nada a discutir. Realmente, para quem, junto à Fundação Getúlio Vargas, aprendeu,

pelo menos, a abusar de expressões americanizadas do tipo "input" e "output", seria mais cômodo situar-se nessa linha de raciocínio do que aludir ao caráter pretoriano da estrutura brasileira, em que, a considerarmos as análises de Hélio Jaguaribe retomadas por Stepan — e a ambos Trigueiro do Vale cita na bibliografia sem utilizá-los adequadamente — as instituições do "underground" são altamente politizadas ao tempo em que as instituições políticas ponto bem considerado por do Vale com apoio em Skidmore (págs. 19/21), são fracas.

De tudo isso, terá resultado monografia em que a preocupação de comparar o Supremo Tribunal Federal com a Suprema Corte norte-americana, e o Brasil com os Estados Unidos, fez-se, no mínimo, exagerada. É bem certo e os estudos de D. Lêda Boechat, Alimmar Baleeiro e Osvaldo Trigueiro de Albuquerque Melo deixaram isso bem claro — que o STF procurou seguir, em sua estrutura de organização e autonomia, o modelo da Suprema Corte dos EEUU, numa época em que, entre nós, ressumavam vívidas as inspirações federalistas de Tavares Bastos e Ruy Barbosa. Se por esta via justifica-se comparar as tensões entre a Revolução de 64 e o Supremo, no Brasil, com os problemas experimentados por F. D. Roosevelt ante a Suprema Corte, nos Estados Unidos — e conforme lembra Trigueiro do Vale a questão está logo de possuir conotação acadêmica pelo conhecimento do presidente Castelo Branco em relação ao "Pachting the Court" rooseveltiano (pág. 138) — entre o Brasil e os Estados Unidos afirmam-se diferenças que Trigueiro do Vale não poderia ignorar, principalmente em razão da advertência do ministro Pedro Chaves a seu colega Victor Nunes Leal: "Vossa Excelência me perdoe

eu queria apenas fazer uma distinção, porque ouço sempre com grande pesar essas invocações que Vossa Excelência faz da cultura norte-americana, absolutamente diversa da nossa cultura, dos nossos meios e dos nossos hábitos" (pág. 54).

Este ranço de metodologia extra-brasileira projetado por "O Supremo Tribunal Federal e a Instabilidade Político-Institucional" lembra, um tanto, o que José Honório Rodrigues disse de "Bandeirantes e Pioneiros", livro realmente bem construído mas onde a fundamentação alienígena se faz tão evidente que JHR o contrapõe a "O Pagador de Promessas", peça de Dias Gomes em que a realidade brasileira é encarada de forma mais autêntica.

Como livro, porém — e o que escrevemos acima relacionou-se mais à tese de mestrado produzida por Trigueiro do Vale, que da edição da *Civilização Brasileira* eliminou até a fundamentação metodológica —, "O Supremo Tribunal Federal e a Instabilidade Político-Institucional" constitui-se no mais importante trabalho produzido por autor parai-bano, nos últimos dez anos.

Nele avulta nitidamente o encontro de dois mundos que se completam — o da pesquisadora-historiadora Lêda Boechat Rodrigues, responsável pelo prefácio e muitas das melhores sugestões recebidas pelo autor, e o do político do melhor quilate que o professor Osvaldo Trigueiro do Vale tem sabido ser. Se da dra. Lêda, dona de uma bagagem histórico-jurídica realmente admirável, que a converte na maior figura feminina da cultura brasileira dos nossos dias, proveio acertada visão de conjunto por meio da qual parte-se das decisões do Supremo para avaliação de todo processo histórico de uma determinada época, fácil é também lobrigar em Osvaldo Trigueiro do Vale

uma paixão pela dinâmica político-social, por certo proveniente de sua incorporação a uma geração que, centrada em torno da figura de Cláudio Santa Cruz Costa, soube testemunhar o seu preparo com Pádua Câmara, Nizi Marinho, Joaquim Ferreira Filho, Carlos Guerra e Sindulfo Santiago.

Com Osvaldo Trigueiro do Vale, desde 1966 fora da política partidária, o que perdeu a política eleitoral ganhou a Ciência Política que doravante contará, no tocante ao período 1964/75, com “esta obra (...) fonte indispensável para o estudo desta época” — para nos acostarmos ao juízo sempre sóbrio e definitivo da dra. Lêda Rodrigues.

Convenhamos que, à luz dos arquétipos de uma historiografia escrita com coragem e vigor, embora interpretada com equilíbrio, já era hora de aparecerem obras assim. Ultrapassada a época dos factuaisismos que nos transmitiu da Revolução de 1964 uma visão de relatos e reportagens, a última (e melhor) das quais subscrita por Hélio Silva em “1964. Golpe ou Contra-Golpe?”, os que enxergamos na História um compromisso com o presente e a realidade brasileira, temos o direito de exigir, dos que a ela se dedicam, caminho novo, identificado com aquela **abrangência** do social de que tão bem fala o humanista mineiro Francisco Iglésias.

Os tumultos e incertezas anteriores a 1964, bem como todo desdobramento de uma trama conspiratória já revelada por Carlos Castello Branco, constituem manancial de apreensão histórica já esgotado. O que se Pleiteia para exato entendimento do movimento de 1964 em nossa História, são novas linhas de interpretação como aquelas cunhadas por Antônio Calado ao desnudar o problema da terra na ambiência nordestina. Octávio Ianni ao analisar a substituição do populismo pela tecnocracia, Hélio

Jaguaribe ao considerar a troca do nacionalismo pela interdependência, Alfred Stepan, partindo do papel do Exército nas alterações políticas do país, Fiechter lançando as bases da análise do modelo modernizador, e Carlos Estevam Martins no estudo da dialética do relacionamento Brasil-Estados Unidos, no período 60/70.

O professor Osvaldo Trigueiro do Vale é, hoje, expressivo elo dessa corrente. Assim, partindo do entendimento firmado pelo ministro Hermes Lima (pág. 187), segundo o qual “O Supremo não é o anti-governo, porém uma peça do governo. Suas decisões compõem também a voz governamental”, — O Supremo Tribunal Federal e a Instabilidade Político-Institucional considera o fenômeno do poder como questão não apenas político-jurídica, mas sócio-institucional e “fixa-se mais dentro do campo da Ciência Política e referir-se-á a fatos, relações, tipos de presenças, de apoio, de solicitações que originam as deliberações, crises e reações do Supremo Tribunal Federal; enfim, a mecânica extrínseca e intrínseca de seu funcionamento, ao sabor do emaranhado de um sistema político, do qual faz parte, influenciando-o e sendo por ele influenciado” (pág. 13).

Essa visão global que tanto distancia os estudos de dona Lêda Boechat sobre o Supremo Tribunal Federal, daqueles copiosamente produzidos pelo ministro Edgard Costa, constitui o ponto mais saliente do extraordinário estudo do professor Trigueiro do Vale. Entre outras questões, e um tanto à maneira de Stepan em relação ao Exército no seu livro “Os Militares na Política”, o que a obra de Trigueiro do Vale permite ver-se é um perfeito entrosamento entre as grandes decisões tomadas pelo Supremo nos casos Plínio Coelho (pág. 66 e segs.) e Mauro Borges (pág. 72 e segs.), com

a opinião pública expressada pela imprensa, através de jornais da mais variada tendência político-ideológica como *Correio da Manhã* (pág. 76), *Jornal do Brasil* (pág. 82), e até *O Globo* (pág. 85) e *Última Hora* (pág. 128). Mais ainda, e dentro da concepção assacada por Trigueiro do Vale de que “a ótica de um ministro do Supremo deverá ser todavia não apenas jurídica, o que seria uma atrofia, mas também político-social” (pág. 17) —, o comportamento do STF, na polêmica sustentada pelo presidente Ribeiro da Costa com o então ministro Costa e Silva (págs. 102 e segs.), e também no pretendido aumento do número dos seus integrantes, concretizado pelo AI-2 (pág. 108 e segs.), harmonizou-se com as posições da imprensa e do Legislativo, este último através de incisivos pronunciamentos firmados pelos deputados Osvaldo Lima Filho, Andrade Lima e Paulo Coelho (págs. 118 e 115), ficando minoritário um dos poucos deputados favoráveis ao enquadramento do Supremo, pela punição de alguns dos seus membros, o sr. Jorge Cúri (pág. 63) imediatamente repellido por seu colega Henrique La Cocque (pág. 64 e segs.).

À margem a consciência cívica e sentimento libertário destilados pelo STF no período 1964/75, onde sua missão guarda íntimo relacionamento com a luta sustentada perante o florianismo avassalador, nos primórdios da República, luta esta sintetizada por dona Lêda Boechat Rodrigues no primeiro volume de sua “História do Supremo Tribunal Federal — Defesa das Liberdades Cívicas”, (pág. 23 e segs.) — duas figuras emergem em plano mais alto de O Supremo Tribunal Federal e a Instabilidade Político-Institucional, sendo elas o então presidente da República, Humberto de Alencar Castello Branco, e o

presidente do STF, ministro Álvaro Moutinho Ribeiro da Costa.

A Castello Branco tanto fazem justiça os ministro do Supremo, cujas respostas a questionário distribuído pelo professor Trigueiro do Vale, contidas no final do livro, constituem magníficas preleções de Direito Constitucional e Prática Democrática, quanto o próprio autor: “A benéfica teimosia de Castello Branco de governar como se estivesse governando numa sociedade de sólida estrutura industrial democrática, politicamente estável, quer pelos seus atos de resistência, retardou e minimizou uma incursão marcante na autonomia do Judiciário, que, só posteriormente, veio a se concretizar” (pág. 33). Do ministro Ribeiro da Costa, cujo temperamento fervente e tão semelhante ao do general Costa e Silva com quem terçou armas, o ministro Baleeiro não esquece de por em causa (pág. 175), ficou patente um espírito de resistência democrática que se evidenciou, sobretudo, em 1965. quando, em seguida às eleições que deram vitória a candidaturas da coligação PSD-PTB, na Guanabara e Minas Gerais, partiu o Governo para decretação do AI-2, com elevação do número de ministros de nossa mais alta corte de Justiça: “Em seguida o presidente do Supremo procura refutar ante-projeto de reforma daquela Corte dentro do aspecto de sua funcionalidade técnica. Este é um aspecto doutrinário e por isso polêmico da questão, mas o importante é que atrás dele se escondia a intenção política da Revolução de somar às conquistas a submissão do Supremo, intenção que seria sempre rechaçada pela Corte” (pág. 104).

Como, segundo o ministro Osvaldo Trigueiro de Albuquerque (pág. 205), nem o Executivo se encontrava interessado na subserviência do Supremo, nem

os novos ministros se prestariam a isso, até bem porque, conscientes da delicadeza do momento histórico revolucionário, os ministros do Supremo não extrapolavam de sua autonomia que os levava a votar pela concessão do habeas corpus ao Governador Mauro Borges, mas declarando-se defensores políticos da Revolução como foi o caso do ministro Pedro Chaves (pág. 92), não se pode — questão que o ministro Aliomor Baleeiro reconheceu medianamente em seu depoimento (pág. 175) — falar em “conflitos entre o Executivo e o Judiciário, nos primeiros anos da Revolução de 1964”.

O que ocorre, no bojo de insanável contradição entre o estado de fato e o de Direito, ambos singularmente perseguidos pela Revolução, era a aguda **circunstancialidade** de um momento histórico, que o professor Osvaldo Trigueiro do Vale soube precisar com mão de mestre:

“Escondia-se no forçado acoplamento jurídico-militar, a circunstância. (...) Eleito Presidente da República, o Marechal Castello Branco, iria viver em seu período governamental permanente constrangimento. De um lado, um homem de formação democrática, um soldado também da lei, o estado de Direito; de outro a sua circunstância, os quartéis, o poder militar, sua principal fonte de apoio no poder, o estado de fato. Teria de viver, ou melhor, conviver com os dois. Um no papel institucional, guia do comportamento das decisões judiciais, outro nas ‘guaritas’, orientadora do caminho militar, desta vez interessado também no controle político da nação, quando possível, com a lei. Viria a ser um malabarismo conciliador inatingível, pois, em geral, prevalecia a circunstância, a que estava preso o ex-Presidente” (pág. 32).

Convenhamos que nem tão inatingível assim. O que, em suas páginas candentes e longamente pesquisadas no Supremo, Congresso e Imprensa, “O Supremo Tribunal Federal e a Instabilidade Político-Institucional” se encarrega de demonstrar é que, a seu modo, o presidente Castello Branco terá conseguido equilibrar as coisas, sem violentar as decisões do Supremo, mas procurando outros caminhos, para não comprometer os postulados da revolução. Esta, em essência, a estratégia castelista nos casos de deposição do Governador Goiano Mauro Borges, em 1964, e respeito ao resultado das eleições governamentais de 1965, imediatamente sequenciadas pelo AI-2. Os que vieram depois é que não reuniram condições para fazer melhor, d’onde, em nossos dias, o clamor de certas áreas por uma reabertura que Trigueiro do Vale, com apoio em Carlos Castello Branco (pág. 145 e segs.), ferreteia duramente nos termos da “descompressão gradual” proposta pelo politicólogo americano Samuel Huntington.

Ao ex-Presidente Castello Branco já se fez justiça com o livro de Luiz Viana Filho, que comentei pelo Correio das Artes (número 13). Restava o STF. A ele, em sua bravura e defesa da liberdade de cátedra, Federação e direitos políticos, acaba de fazer justiça o professor Osvaldo Trigueiro do Vale em palavras exatas:

“A mancha do desrespeito constitucional jamais coube ao Supremo. A inocuidade de suas decisões era imanente aos poderes desarmados, como soe acontecer em países subdesenvolvidos” (pág. 21).

(Julho de 1976)

O Índio Paraibano Sob o Ponto de Vista de Horácio de Almeida

Maria das Dores Limeira Santos

O presente ensaio pretende mostrar o índio da Paraíba, baseando-se apenas no que escreveu o historiador paraibano Horácio de Almeida no seu livro "História da Paraíba", vol. I. A obra foi editada pela Imprensa Universitária; contém 320 páginas cheias de informações históricas, descritas com muito calor humano, as páginas deste livro não perdem, contudo, a perspectiva histórica a que se propõem, chegando em dados momentos a linguagem a ser verdadeiramente deliciosa. Denota grande esforço de pesquisa. Há apenas uma restrição que se impõe observar: Na elaboração e revisão do livro, nos pareceu o autor um tanto apressado no que se refere à organização e distribuição de assuntos, o que torna o livro difícil para consulta, já que o próprio autor deve ter sentido certa dificuldade de organizar o índice. A nossa preocupação aqui não é dar ordem aos acontecimentos e às reflexões na referida obra, mas mostrar a tal qual se apresenta: desarrumada, mal distribuída. Chamamos a atenção também para os trechos entre aspas neste trabalho: são citações do próprio autor.

Um dos primeiros assuntos abordados na obra é o referente ao lugar onde teria visto Américo Vespúcio o massacre de dois cristãos pelos índios. Bri-

gando com historiadores de outros Estados, Horácio termina por concluir ter sido a Baía da Traição o referido lugar. As cartas de Vespúcio, conhecidas como *Mundus Novus* e *Lettera*, narrando o ocorrido, são analisadas minuciosamente pelo autor, concluindo o mesmo que essas cartas contém injúrias ao capitão da armada e deturpam toda a maneira de se comportar dos índios, que não trucidavam um inimigo sem mais nem menos, e sem um ritual de praxe.

O autor tenta chegar a uma conclusão sobre como teria se originado o topônimo "Baía da Traição", mas não o consegue, dado à diversificação de opiniões que existem sobre o assunto.

Pareceu-nos o autor dar a entender que os portugueses, antes da tentativa bélica de conquista, viviam mais ou menos em boa paz com o gentio, como é o caso de Francisco Braga, "grande língua e amigo dos potiguaras, com os quais vivia acomodado". "João Gonçalves, administrador de Itamaracá, encontrou a capitania em lastimável estado, mas por suas qualidades pessoais, sobretudo pela confiança que nele tinham os índios, conseguiu construir na ilha a vila da Conceição..." Diz o autor que talvez tenha sido esta a melhor fase por que tenha passado a capitania, principalmente porque João Gonçalves contou

ALMIR E MARGARIDA 61

Avenida Vasco da Gama, 530 - Jaguaribe
CEP 58.000 - JOÃO PESSOA - PB

com a ajuda de muitos índios do interior que vinham para o litoral acossados pela seca. A escravização destes índios, portanto, não foi difícil, enquanto durou a seca e enquanto os índios confiaram nas boas intenções do colonizador. Mas, passada a seca, os índios não aceitaram o trabalho na enxada, e se rebelam, atacando Igarassu. Horácio de Almeida narra este acontecimento, baseando-se no que viu o alemão Hans Staden.

Um pouco adiante, o autor volta a nos fazer crer numa boa convivência luso-índigena, quando nos descreve a figura de Frutuoso Barbosa, rico mercador de Pernambuco que vinha sempre à capitania recolher Pau-brasil... "No exercício dessa atividade, era o mercador ajudado pelos índios que cortavam e transportavam para o local de embarque".

Sobre o retardamento da conquista da Paraíba, conclui Horácio de Almeida: "Os erros acumulados e a inércia do governo retardaram longamente a conquista da Paraíba. Só se pensou no assunto quando o germen da discórdia atirara os índios contra os portugueses, provocando uma guerra sanguinolenta que havia de durar 25 anos. Nessa guerra, levemente insuflada pelos franceses, sofreram os portugueses duros reveses, **embora acabassem por submeter a indiada hostil, já reduzida a uma terça parte de sua anterior população**".

Estabelece-se no livro a distinção entre o relacionamento luso-índigena e franco-índigena, relacionamentos estes que tinham que ser bem diferentes, já que as suas propostas eram distintas: um apenas explorador, o outro sobretudo colonizador.

São comparados os graus de miscibilidade dos: franceses com as índias, holandeses com as índias e portugueses com as índias. É nesta passagem que Horácio de Almeida foge à sua costu-

meira elegância de linguagem, ao escrever. "Deve-se por isso mesmo aos portugueses a ausência de racismo. porquanto acostumados a viverem misturados com as índias, acabaram se misturando com as negrinhas escravas", o que de certa maneira nos faz lembrar o linguajar grosso de Gylberto Freyre no seu "Casa Grande e Senzala".

Sem obedecer a esquemas, pulando de um assunto a outro, sem pedir licença, vai Horácio de Almeida narrando o massacre de Tracunhaém, falando sobre a falta de mulheres brancas e sobre a chegada de mulheres de vida fácil", encomendadas para os colonos do Brasil. Encerra o primeiro capítulo falando sobre o significado indígena do topônimo Paraíba.

As primeiras páginas do segundo capítulo nos contam sobre as primeiras tentativas de conquistas: suas dificuldades, suas lutas com o gentio, suas crises internas (conflitos de mando entre espanhóis e portugueses).

Os tabajara, na época da conquista, chegam à Paraíba e merecem do autor referências ao seu lugar de origem. Morava Piragibe às margens do S. Francisco, entre as fronteiras da Bahía e Pernambuco, onde vivia em paz com os portugueses. Mas a deslealdade destes compeliu-o às hostilidades de guerra, lembrado que estava de que "o preço da traição é a morte do traidor". O episódio de Francisco de Caldas e Gaspar de Ataíde, portanto, ficou na memória de Piragibe, fazendo-o procurar aliança com os potiguara, inimigos dos portugueses. Mesmo aliados, os potiguara desconfiavam muito de Piragibe, chamando-o muitas vezes de panema, porque Piragibe não tomava medidas mais violentas contra os portugueses. Tudo se agravou para os potiguara quando João Tavares e Piragibe assentaram as

pazes. As coisas caminhavam melhor para os portugueses. A fundação da cidade foi o marco histórico do sedentarismo definitivo da dominação portuguesa na Paraíba.

Ainda no mesmo capítulo, o autor volta a abordar o assunto da paz com Piragibe, desta vez detalhando um pouco mais. Aí fala o autor também sobre as controvérsias da data da fundação da cidade: 5 de agosto ou 4 de novembro? Logo abaixo, há uma descrição de como a notícia da paz chegou até Martim Leitão, a maneira como foram recebidos os emissários, a preocupação de Martim Leitão de mandar vesti-los cristãmente.

Mas a paz efetiva não era coisa fácil de se ganhar. Durante a construção da cidade, antes mesmo da construção do forte, Martim Leitão empreende uma jornada à Copaoba; isto é, manda empreender, mas resolve ir à Baía da Traição, onde sabe que ali estão ancoradas algumas naus francesas. As dificuldades dessa jornada são inúmeras: "E como os soldados iam de má vontade, imprecavam em altas vozes contra o ouvissor e mais arrenegaram dele quando entraram a caminhar na escuridão da noite, debaixo de chuva. Até os índios tabajara se mostravam moídos da jornada. Ao romper do dia pararam para fazer fogo com que se aquecessem e enxugassem os arcabuzes".

Quando esteve aqui o capitão espanhol Francisco Morales, a capitania volta a sofrer turbulências por parte dos índios, até mesmo dos tabajara. Naus francesas estiveram novamente na Baía da Traição, pondo a capitania quase num desmoronamento total. Esta situação só foi resolvida porque Martim Leitão empreendeu uma jornada àquele lugar, desbaratando os piratas.

Os índios voltam a aparecer no livro de Horácio de Almeida mais adiante, quando ele conta que em 1600 já havia 50 moradores casados e outros tantos solteiros, fixados na terra, segundo informa ao autor o padre Jerônimo Machado. "Os índios mansos trabalhavam no seu, mas davam grande ajuda nos engenhos que se montavam".

Escrevendo sobre a indolência do índio, Horácio justifica: "Que necessidade tinham de viverem curvados ao cabo da enxada se tinham os seus roçados de mantimentos e podiam suprir-se de mais com a caça e a pesca? Depois disso, havia o engodo do pagamento que muito os aborrecia. Procurava-se compensar o trabalho com cachaça, panos grosseiros e alguns instrumentos de uso doméstico. Nem mesmo os índios podiam admitir o trabalho sem salário, por que essas duas coisas sempre andam conjuntas em qualquer sociedade sufraganeamente organizada".

O autor volta a abordar a boa convivência que havia entre portugueses e índios antes da conquista. João Tavares, por exemplo, conseguiu construir um forte na Camboa. "Exatamente neste ano de 1579, quando os índios potiguaras estavam no maior furor de inquietação, é que se diz ter andado João Tavares perambulando da Camboa para o Sanhuaú, tolerado dos índios, por não fazer nada".

Já em 1590, Frutuoso Barbosa pedia socorros a Pernambuco e Itamaracá, porque os índios novamente se levantavam contra os colonizadores, aproveitando-se das desavenças entre Frutuoso e De La Cueva. Socorros partem de Pernambuco, sob o comando de João Tavares, que morreria em combate, deixando dois ilustres filhos: Frei Manoel

da Piedade e Frei Bernardino das Neves, "ambos muito versados na língua do gentio, aos quais a Paraíba e outras capitâneas do nordeste ficaram devendo assinalados serviços no serviço de sua missão religiosa". Horácio de Almeida prossegue na descrição da expedição em que perde a vida João Tavares, transcrevendo trechos de Frei Vicente do Salvador.

Sobre Frei Vicente do Salvador, Horácio de Almeida apenas se refere ao conhecimento que este franciscano tinha da língua tupí e ao fato de ter morado aqui na Paraíba.

Os jesuítas criaram sérios problemas para a colonização, desde a chegada dos franciscanos; o que no fundo os fazia entrar em conflito era a disputa do poder temporal sobre os índios. Métodos arcaicos e absurdos usaram os jesuítas na catequese, o que mais tarde iria irritar profundamente Feliciano Coelho de Carvalho e que iria mais tarde causar a expulsão dos jesuítas da Paraíba. Os franciscanos, apesar de mais amenos, também enfrentariam mais tarde problemas com Feliciano Coelho, por terem adotado quase os mesmos processos de catequese dos jesuítas; mas não chegaram a tal ponto de serem expulsos.

Em 1592, a paz ainda não tinha sido efetivamente conquistada, senão vejamos o que diz Horácio de Almeida: "Do governo provisório de André de Albuquerque (1591/1592), muito pouco se conhece. A coisa mais sabida é a destruição do forte de Cabedelo, construído por Frutuoso Barbosa. Os potiguaras, em represália aos constantes ataques ao seu reduto de Copaoba, investiram contra o forte, destruindo e matando toda a sua guarnição".

O segundo capítulo do livro em foco, tece considerações demoradas sobre o governo de Feliciano Coelho. Este assume o governo em 1592 e tem uma agi-

tada gestão, principalmente no que tange aos índios e às ordens religiosas aqui estabelecidas. Feliciano assumiu a capitania decidido a por fim à irrequietude de potiguara, jesuítas e franciscanos. "Para isso, informa Horácio, documentado em Fr. Vicente do Salvador, pediu auxílios a Pero Lopes capitão mor de Itamaracá, que o ajudou com 50 homens brancos e 300 índios guerreiros. A esse contingente juntou Feliciano o pessoal de peleja que pode reunir na Paraíba entre brancos e índios, e à frente desse numeroso exército, partiu em demanda de Copaoba".

Mas o principal trabalho de Feliciano Coelho foi celebrar a paz com os potiguaras, após "uma terrível e desumana matança de índios."

O que motivou a questão entre Feliciano e os jesuítas foi a ordem do capitão mor de transferência dos tabajaras dos arrebaldes da cidade para as fronteiras do interior; ora, esses índios estavam sob a catequese dos jesuítas, e os mesmos não acataram bem esta transferência, sob a alegação de que os tabajaras deviam ficar a salvo da exploração dos senhores de engenho. E fez mais Feliciano: dividiu os índios em duas aldeias: uma ficaria perto do Inho-bim e a outra no Livramento. E para garantir que sua ordem fosse obedecida mandou queimar a aldeia velha que ficava no Passeio Geral. Isso tudo porque o capitão mor não dava grande importância ao índio sob o ponto de vista catequético, mas sim do ponto de vista de segurança da capitania. Os jesuítas, em represália, responderam que não mais catequisariam os índios, apenas os visitariam de vez em quando; isso foi interpretado como uma atitude de rebeldia, o que mais ainda iria agravar o conflito. Os padres pedem ao governador geral idenização pela aldeia destruída, pois que aquela era obra da or-

dem jesuítica, e o governador responde: "Como pedem". Feliciano explode com o governador e contra os jesuitas, e exprime em forma de carta ao rei essa revolta, justificando sua atitude como capitão-mor e mostrando ao rei os métodos de catequese usados aqui na Paraíba pelos jesuitas. Finalmente, as aldeias indígenas são tiradas aos jesuitas e entregues aos franciscanos. Já se vê, portanto, que os jesuitas e os franciscanos não se deram muito bem aqui por aquela época. Mas os frades capuchos também sofreram a ira de Feliciano, também por causa de seus métodos de catequese; entretanto, permaneceram aqui entre os índios, a despeito do que anotam Varnhagen e Irineu Pinto; pois Frei Jaboatão comprova a continuidade da presença dos franciscanos aqui, através do seu Orbe Seráfico.

Prosegue o autor, relatando as investidas ao sertão de Copaoba, numa das quais saiu ferido Feliciano Coelho, que ficou aleijado de uma perna. Também por essa época, chegavam à Paraíba treze naus francesas com 350 homens, que lutaram contra 20 da Fortaleza de Cabedelo. Feliciano estava no sertão de Copaoba, quando soube deste ataque; reforçou a tropa e voltou para o litoral.

Dramática é a narrativa da conquista do Rio Grande, quando no caminho houve uma epidemia de varíola que dizimou muitas pessoas, sobretudo índios, completamente expostos à doença. De como se curaram disso, nada se sabe. O mais comum mesmo, provavelmente, seria deixar o doente morrer sozinho, isolado. Destaca o historiador Horácio de Almeida a importância da participação da Paraíba na conquista do Rio Grande do Norte, referindo-se ao fato, assim: "Informa Diogo de Campos Moreno que a ocupação do Rio Grande do Norte estava em risco de ser aban-

donada, não fosse o socorro da gente da Paraíba, levado a tempo por Feliciano Coelho de Carvalho. Tão logo Feliciano viu passado o mal das bexigas, mandou recado aos capitães de Pernambuco, e como nenhum viesse, partiu sozinho da Paraíba a 30 de março de 1598, à frente de 84 homens brancos e 350 índios de peleja, conduzidos por seus principais. A uma légua do forte em construção ocupou uma aldeia grande, que encontrou despejada. Ali veio visitá-lo no dia seguinte Manoel Mascarenhas, a tratar com ele sobre o modo de acabar o forte e enfrentar o inimigo". "Pouco tempo depois, chegava ao Rio Grande mais um barco com virtualhas, até galinhas e vitelos, que da Paraíba mandava a Feliciano Coelho o seu locotenente Pero Lopes Lobo".

A solenidade de paz com os potiguares mereceu do autor majestosa narrativa; ao mesmo tempo cita o autor as controvérsias sobre o local do assentamento de paz e a briga dos historiadores, reivindicando uns o local para a Paraíba, outros para o Rio Grande do Norte.

Há uma referência sobre a idade de Piragibe na época da paz assentada: o valoroso guerreiro já contava 100 anos, o que nos faz supor a longevidade do aborígene antes do contato com a civilização européia.

Da leitura de Horácio de Almeida, entende-se que a Inquisição condenou Baltazar de Lomba, que se ligava ao índio Acauí, segundo informa Francisco Barbosa. Não conclui o autor daí que tivesse o homossexualismo se originado no Brasil, como quer simploriamente Gylberto Freyre.

Falando sobre a atuação dos carmelitas junto à catequese dos índios, diz Horácio de Almeida: "Os carmelitas deram a sua contribuição à obra de catequese, mantendo uma aldeia de índios

à margem esquerda do Paraíba, num outeiro próximo da foz, onde construíram magnífica igreja, sob a invocação de Nossa Senhora da Guia. Essa igreja, por seu estilo e acabamento veio a ser tombada pelo Patrimônio Histórico Artístico, mas continua como dantes, um sossegado esconderijo de morcegos”.

Em regra geral, as três ordens religiosas desempenharam bem seu papel de cristianização do gentio, segundo diz o historiador: “Graças ao devotamento e alta compreensão das três ordens religiosas, responsáveis pela catequese, a obra das missões na Paraíba fez-se por modo racional. Aos meninos, todo cuidado. Quanto aos adultos, o mais que se podia fazer com eles era desbastar um pouco a casca grossa, disciplinando-os no trabalho das roças e dos engenhos, proibindo-lhes as bebedeiras, a poligamia e outros costumes selvagens, como o de comer carne humana”.

O autor insiste em que na Paraíba não houve cativo indígena, misturando-se o índio com o branco com facilidade, daí ter a população da Paraíba conservado certas características étnicas e culturais, mais do que em outras partes do Brasil.

Se crueldades foram perpetradas contra os índios paraibanos, isso só se verificou quando da penetração do interior, e contra o índio tapuia. Sobre o assunto, escreve o autor: “Mais tarde, quando houve a penetração para o interior, o índio sofreu maiores atrocidades, principalmente o infeliz tapuia, arcabuzado na Paraíba pelos Oliveira Ledo, no Rio Grande do Norte por Domingos Jorge Velho, no Ceará por Vital Maciel Parente. Todas as forças do governo nas cinco capitânicas do nordeste, Pernambuco, Itamaracá, Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará, foram arrematadas contra o tapuia, na chamada Confederação dos Cariri, cujo teatro de

guerra ia do Açú ao Cunhaú, no Rio Grande, tendo por centro o sertão do alto e do médio Piranhas. Só de uma vez Domingos Jorge Velho degolou 260 tapuias, e conquanto censurado pelo capitão-mor Agostinho Cesar de Andrade, governador do Rio Grande, recebeu os parabéns do Arcebispo D. Manoel da Ressurreição, governador do Brasil, conforme carta deste, publicada em Documentos Históricos. Infelizmente, ainda não foi contada a história da Confederação dos Cariri mas é possível que no segundo tomo desta história saia pelo menos um capítulo sobre o assunto”.

Sobre a conquista do Ceará, o autor tem uma descrição dramática, principalmente sobre a entrada de Pero Coelho de Sousa. Este homem assumiu a responsabilidade da empresa por sua conta e risco, segundo o auto publicado pelos Anais Pernambucanos, v. 2, p. 204. Eis um trecho da narrativa de Horácio: “Vendo-se assim abandonado, com apenas 18 soldados mancos, resolveu Pero Coelho passar o rio e tomar a direção do Rio Grande. À frente dos retirantes, caminhavam os seus cinco filhos, o mais velho com apenas dezoito anos, seguindo-se o troço de soldados e por fim o capitão-mor e sua mulher, todos a pé. O sol abrasava o carrasco árido, ninguém aguentava o pé na areia quente, e nesse cortejo fúnebre, os soldados se lastimavam, as crianças choravam e a pobre mãe, dona Tomásia, carpiava sua dor, pranteando sem cessar, como a mais desventurada de todas as criaturas. Só o capitão não soltava um lamento. Estropiados os filhos, o capitão tomou deles às costas, por não poderem mais andar, e assim sinistramente, caminhava a caravana, morta de fome e de sede”. Prossegue a narrativa, contando o desespero do capitão, ao ver morrer seu filho mais velho, e como

desta vez dona Tomásia é quem reage, consolando e comandando a expedição.

Horácio de Almeida justifica o des-caso em que ficou nossa região por muito tempo, assim dizendo: "O interesse econômico de Portugal, todo o mundo sabe, estava no chamado império do oriente, de onde se abastecia de produtos lídimos, em tal abundância, que exportava as sobras para o resto da Europa, enquanto do Brasil só tirava mesmo a ibirapitanga, famoso pau que dava tinta e deu também o nome ao país". O autor ressalta a atenção que o governo dispensava ao problema da escravidão do índio, através de alvarás de proteção ao índio, assim se referindo ao assunto o autor: "Fez mais do que isso, porque protegeu de alguma forma o selvagem da desumana especulação dos colonos, ao contrário do que faziam os espanhóis em todo o resto da América Latina, contra um nativo de cultura superior... De resto, manteve a unidade da colônia, que não se fragmentou em republiquetas, a exemplo do que acontecia nas vizinhanças. Por toda a parte, onde o colono se firmava como proprietário, dono de imensos tratos de terra, procurava reduzir o indígena à condição de escravo. E foi essa, além das doenças contagiosas, uma das causas da mortalidade infinita do natural, tido e havido como indolente, só porque não aprovava no serviço do eito. Para remediar o mal, andou atento o governo da metrópole, já baixando alvarás de proteção ao indígena, já mandando para cá missões de doutrinação, além de permitir o tráfico negroiro..."

Sobre a aculturação do índio paraibano, o autor fala que o índio paraibano, mais do que o de outras capitanias, foi absorvido pela sociedade. Diz também Horácio de Almeida que a mestiçagem sempre houve na Paraíba, mesmo na época da conquista, sabendo-se que as

índias se cruzavam tanto com franceses como com portugueses, pois orgulhavam-se de terem filhos brancos. E desse, saíram os pedreiros, carpinteiros, ferreiros, oleiros, tanoeiros, sapateiros, músicos, etc. E muitas famílias ilustres da Paraíba resultaram do cruzamento do branco com o índio. Diogo de Campos achava que o povo paraibano era de feição particular, referindo-se ao índio; tanto é que a feição do povo atual ainda conserva certos resquícios da antiga feição, na lealdade, na fidelidade, nos conceitos de honra que caracterizam o povo paraibano.

Dos povos que aqui estiveram, os que não se cruzaram com o índio foram somente os holandeses, tanto pelo seu puritanismo exagerado, como por sua própria segregação racial; cita Horácio de Almeida apenas três casos de amigação de holandeses com índias: Jacob Rabbi, Doncken e Kint, todos aliás condenados pelo governo holandês. Entretanto, continua o autor: "foram os holandeses muito mais hábeis no travar relações com os indígenas. Até os tapuias, os mais bárbaros dos selvagens brasileiros, encontrados nos sertões do interior, aliaram-se facilmente com eles". Isso porque os holandeses sabiam que não os fazendo escravos, estariam ganhando sua confiança. E quando do massacre da Baía da Traição, os holandeses levaram alguns índios consigo, inclusive o índio Pedro Potí, que depois lhes seria de grande valia nas guerras holandesas. Horácio de Almeida, então se reporta àquele fato ocorrido em 1625 na Paraíba: "Os portugueses, ao saber que os índios da Baía da Traição ajudavam os holandeses (aliás sem outras intenções), mandaram que todos os índios da redondeza pagassem com a morte. A esquadra holandesa, não podendo levar todos para a Holanda a salvo, levou alguns, entre os quais

Pedro Potí, por essa época ainda um rapazote. Na época das guerras aqui na Paraíba e em Pernambuco, Pedro Potí tenta levantar sua gente contra Filipe Camarão, da facção portuguesa. "E nominável do civilizado contra o indígena deu causa a uma grande mágoa da raça vencida e dominada. Pedro Potí, valoroso potiguar que escapou da sãna destruidora, jamais esqueceu a afronta e por toda a sua vida não perdeu vaza de combater os portugueses ao lado dos holandeses para desopressão de sua gente". Continua o historiador, falando da correspondência entre Pedro Potí e Felipe Camarão sobre a questão holandesa no Brasil. Glorifica o autor a figura de Pedro Potí, lamentando que este tivesse ficado no esquecimento histórico, apesar de sua bravura e boa vontade de ver sua gente vingada e feliz. "Em valor, Pedro Potí não foi menos notável que o seu primo Felipe Camarão, herói da guerra da Restauração, ambos tão ilustres como bravos, igualmente destros no manejar a pena e no empunhar o mosquete..." "Pedro Potí caiu no esquecimento por duas razões que escrupulizavam os historiadores contemporâneos e ainda entibiam muitos dos atuais: ter tomado partido contra os vencedores da guerra de ocupação e ter professado uma religião que os portugueses abominavam. De um lado e de outro, todos se batiam pelo Brasil, embora cada um dos contendores trabalhasse para um senhor diferente, Felipe Camarão para os portugueses, Pedro Potí para os holandeses." E conclui o autor com esta pontificação, que de tão correta, chega a impressionar: "Tivesse vingado a ocupação holandesa, o esquecido seria Camarão". Lamenta ainda o historiador o quão pouco se sabe sobre a figura de Pedro Potí, dizendo que o que se sabe se deve a um outro índio. Paraupaba, educado pelos holandeses,

que deixou memória escrita, que também era um apelo à ajuda dos Estados Gerais e das Províncias Unidas dos Países Baixos em favor de sua raça vencida aqui.

Mesmo os cariris tiveram a atenção dos holandeses, pois se sabe que dois filhos do rei Janduí acompanharam Nassau em seu regresso para a Holanda. A aliança índio-flamenga é um apaixonante assunto, mas por motivo de ter sido já assunto de um trabalho anterior nosso, deixará de ser detalhado neste.

Sobre o costume dos potiguara, o primeiro problema abordado pelo autor é o do homossexualismo, coisa muito rara entre os índios; e nisto faz uma crítica a Varnhagen, dizendo que o mesmo não ia muito com o nosso índio, já que insiste afirmar que era costume geral o homossexualismo entre os nativos.

Interessante notar que Horácio de Almeida se refere aos historiadores brasileiros em geral, dizendo que eles sempre têm o índio como causador de destruições, do retardamento da conquista lusa no Brasil; e nunca olham o índio como elemento que ajudou o conquistador quando tateava em busca de veredas, de água, de alimentos, etc. Como conhecedor da terra, o índio, certamente, foi de muita valia para o português acostumado a caminhos abertos.

Volta o autor a insistir na explicação da atitude hostil assumida pelos índios em certos momentos: quando eram tratados com lealdade, assim retribuía. mas quando tratado com traição ou com segundas intenções, também assim retribuía. Foi o caso da esquadra de Cabral que recebeu bem os índios nos navios e tiveram em troca presentes e todas as atenções. Mas quando notaram que estavam sendo roubados nas suas terras, nas suas mulheres, na sua liberdade, tiveram que reagir da maneira que

sabiam: com emboscadas, saques, violências. Novamente o autor faz referência ao relacionamento pacífico dos franceses com os índios, mostrando em paralelo a diferença do trato recebido pelos franceses e pelos holandeses.

O livro contém uma acusação contra os jesuitas, que tudo sabiam do índio, mas pouco anotaram e transmitiram aos seus coevos europeus e à posteridade; de fato, se foram catequistas, se convíviam tanto com os índios, na certa conheceram muita coisa sobre eles; mas, preocupados que estavam com o poder temporal e imbuídos de certo puritanismo religioso, esqueceram-se de observar documentalmente o índio, perdendo-se, portanto, fontes preciosíssimas de estudo, por simples omissão dos jesuitas. Acusa, ainda, Horácio de Almeida, os jesuitas, de se omitirem na integração dos índios na sociedade, quando escreve: "Arrebatados de zelo e fervor contra o espírito crítico da Reforma, toda a preocupação parecia estar na conversão dos catecúmenos com o objetivo principal de obter maior sementeira para o catolicismo. Descuidaram-se por isso da integração social do índio na estrutura colonial, e foi nesse ponto que os jesuitas falharam lamentavelmente em sua missão".

Passada a guerra holandesa, o que se sabe do índio já começa a ficar muito pouco, mesmo na obra de Horácio de Almeida. Poucos historiadores citam o fato indígena depois dessa fase; uma informação esparsa é o que resta. No livro de Horácio de Almeida, o assunto só volta a ser abordado com maiores detalhes, quando da Confederação dos Cariri.

Na fase de colonização perderam-se milhares de índios, diz Horácio, "em guerras justas e injustas". Ficaram os índios entre os interesses dos jesuitas

e dos colonos, principalmente na Bahia, ambos interessados em mão de obra para o trabalho. Transcreve trechos do protesto de Anchieta contra a invasão dos colonos entre "a seara que lhes era defesa". Da mesma maneira se manifestaram Nóbrega e o Jesuíta Pero Rodrigues contra a intervenção dos colonos junto ao gentio; conclui o autor, acusando os jesuitas de emuladores, pois "se as coisas se passavam deste modo, é de ver que os padres tinham sua culpa, pois sendo pobres de esmola, como se diziam, não precisavam se emparelhar em emulação com os colonos mais ambiciosos. Note-se que recebiam da Fazenda Real a dotação de 4500 cruzados por ano para meneio de suas fábricas na Bahía, colégio e igreja, como assevera Gabriel Soares, além do que tinham as esmolas que lhes davam os moradores da terra, porque nunca deixaram de ser pedintes. Mas não satisfeitos com estas migalhas, possuíam muitas terras de sesmarias, de onde tiravam a dotação e grangearias para as fábricas, quase tudo de graça, porque de soldadas pagavam somente a mão de obra de carpinteiros, pedreiros e serralheiros, sendo que para os demais ofícios tinham os obreiros de casa, que eram os índios aldeados e os escravos da Guiné". "Vendo esse próspero aumento de fortuna, animaram-se os colonos de ruim consciência a inflamar os ânimos e suscitar guerra de uma tribo contra outra, para que por via desta desgraça, não lhes faltasse mais escravo no mercado". Esta foi a situação social do índio brasileiro na fase da colonização.

Aproveitando o assunto da atuação do jesuíta na colonização, o autor volta a lembrar que na Paraíba, a situação do índio não foi de cativo, porque aqui

serviram outras ordens religiosas. É de se notar que depois de celebrada a paz em 1598, os próprios índios desciam de Copacoba para serem aldeados, porque carmelitas, franciscanos e beneditinos, usaram de outros processos de catequese, menos sectaristas, e em geral não concorriam com o colono na prosperidade econômica. Diz ainda o autor que apenas uma vez houve na Paraíba escravização de índios em 1526, por causa daquele episódio da Baía da Traição que envolveu holandeses e potiguara.

O autor faz a descrição do nosso índio, colocando-o no estágio de transição, entre o paleolítico e o neolítico; prossegue tentando desvendar a origem dos três grupos que aqui habitavam na época da conquista e os motivos de suas inimizades e lutas.

Há um sub-título dedicado somente aos potiguaras, suas origens, seus costumes, sua religião, etc. Os potiguara tinham agricultura, "e não era das mais atrasadas". Tratavam da mandioca, macaxeira, ananás, fumo e algodão. Mas a base encontravam na pesca, na caça e na farinha de mandioca. Usavam rede para dormir. As principais bebidas eram de caju e de milho. "Durante as festas que duravam dois e três dias, comiam pouco e bebiam muito. Das colheitas de roçado não consumiam todos os frutos, mas guardavam uma parte deles para a sementeira do ano seguinte. Na hora de comer, cada família da maloca se punha de cócoras ao redor de uma gamela, atirando bocados à boca com tal destreza que nem erravam o alvo nem perdiam um farelo de farinha".

Moravam em grandes ranchos, sem compartimentos, defendidos por cerca de pau a pique. Todos dormiam em redes, nós. Como os principais tinham várias mulheres, cada noite escolhiam uma

para lhe fazer companhia. Mesmo polígamos, não permitiam a prática do adultério; a mulher adúltera era condenada à morte.

A hospitalidade era coisa muito séria; chegando um hóspede, o chefe o favorecia com pródiga alimentação e com uma mulher para dormir. É tanto que os índios estranhavam a atitude dos religiosos que recusavam mulheres quando estas lhes eram oferecidas.

As mulheres casavam, mal apareciam os primeiros sinais de puberdade, mas os homens só casavam depois de homens feitos e depois de mostrarem sinais de coragem, para não se degenerar a raça de guerreiros.

Motivo de admiração dos europeus era o fato de os índios se banharem frequentemente, costume este que ficou até os dias atuais no Brasil. O contato com a natureza explica a saúde e a longevidade dos índios, onde a mortalidade infantil era mínima, apesar dos poucos cuidados.

Sobre a liberdade indígena, diz Horácio de Almeida: "A liberdade de viver estava acima de tudo, e tamanha era essa noção de liberdade que morriam de tristeza quando a perdiam. Os negros africanos depressa se acomodavam com o cativo, porque já eram vassalos no país de origem, onde tinham reis que eram sobras cruéis, não assim os índios, que nasceram livres e só trabalhavam impelidos pela necessidade do estômago. Tal diferença nunca submeram os portugueses compreender e primavam mesmo em ignorá-lo".

Para alimentar os bebês, eles imitavam os pássaros: mastigavam o alimento (grãos de milho), até reduzi-lo a papa e depois colocavam nas bocas dos filhos.

A mandioca teve uma interpretação jesuítica da sua origem: teria sido ensinada aos índios por S. Tomé. Essa deturpação da lenda vem do toponímico Sumé dos índios.

Quase todos os historiadores dizem que os índios não tinham religião sistematizada e sim divindades. Diz Horácio, em mas uma crítica aos jesuitas: "Depressa acharam os padres que eles adoravam o diabo..."

A escola dos índios era a vida e a tradição oral. "Aos moços contavam os anciãos como foram seus antepassados, tudo quanto de bom e de mau se passou nos tempos antigos, as lutas que tiveram e as glórias que conquistaram. Era a sua escola, os ensinamentos orais que passavam de pai para filho, desde que Sommay sou Sumé, o herói cultural, povoou a terra em Cabo Frio e ensinou a plantar mandioca e fazer farinha. Horácio de Almeida acrescenta a isto uma crítica aos jesuitas: "Deu-se porém, que os missionários, com a preocupação devota de instruir os índios nas rezas e cantigas ao divino, apagaram de sua memória todas as crenças e lendas do passado". Horácio de Almeida não é o primeiro a se queixar disso; outros, como Gonçalves Dias, já se preocuparam com o assunto.

Atualmente, os índios da Paraíba (Baía da Traição) se encontram num status social chamado pelos antropólogos de "deprivação", porque, segundo o autor aqui analisado, "afastados dos seus hábitos e lançados num estado que nem mais podiam recuar ao passado ou adaptar-se ao presente, perderam os indígenas a dignidade da raça e embruteceram-se vilipendiados pelo álcool e pelos maus tratos, antes de integrados na sociedade".

As doenças graves eram casos raros. A longevidade geral vem comprovar isto. Graves mesmo foram as doenças pega-

das dos europeus e dos africanos, como a bexiga, que matou tanto índio no tempo de Feliciano Coelho. Entre eles, nunca se registrou a presença de tortos ou aleijados ou qualquer anômalo físico. A dentadura perfeita, os sentidos em pleno gozo até idade avançada, os cabelos pretos e movimentos leves, eram algumas das características físicas do nosso nativo. Seus sentidos eram tão apurados, que de longe pressentiam a presença de feras, de inimigos ou de alimentação.

Sabiam contar até cinco, daí por diante eram ajudados pelos dedos dos pés e das mãos. Quando queriam designar quantidade grande, empregavam o sufixo **Tuba**. Daí existirem na Paraíba certas palavras com este sufixo, exemplo: Pirpirituba, que quer dizer lugar com grande quantidade de juncos.

A morte dos entes queridos era pranteado e seus sepultamentos obedeciam a um ritual fúnebre.

Chorar era sinal de fraqueza; os meninos faziam questão de terem seus lábios e orelhas furados sem soltar um gemido. E quanto mais cicatrizes possuísse no corpo, mais coragem mostrava possuir o homem.

Quando empreendiam longas viagens, era a mulher que ia mais carregada, pois os homens precisavam ter seus braços livres para defesa em caso de perigo. Prossegue Horácio de Almeida rebatendo as acusações que pesam sobre o índio de pusilanimidade e preguiça; ora, o índio se educava para a guerra; seu trabalho não era mercantilista e sim uma necessidade de se alimentar, sem nunca ter conhecido o cativoiro, trabalho sem ver nem pra que. "Ensinados, deram os índios bons soldados, bons artistas, bons agricultores e os melhores vaqueiros de todo o sertão".

Sobre atos de heroísmo praticados pelos índios na Paraíba, conta o autor: "Não somente ao norte da Paraíba a ação do índio paraibano se fez sentir, estendeu-se também para o sul, quando chegou a vez da guerra holandesa. Em lealdade, deu o gentio, igualmente, lição ao civilizado, nem sempre bem aproveitada. Southey cita o caso do índio Jaguarí, tio de Camarão, que oito anos jazera em ferros no Rio Grande, pelo crime de haver tomado o partido dos holandeses. Contra essa acusação, protestava o prisioneiro, alegando sua inocência, pois apenas se aproximara do inimigo a fim de salvar sua mulher e filhos que estavam em poder deles. Mas faltava aos que o julgavam virtude própria para acreditar na alheia, acrescenta Southey e, assim, o desgraçado só se livrou do cárcere quando os holandeses o puseram em liberdade". Conclui Horácio, expressando sua revolta contra os que abominam os franceses e holandeses no Brasil e glorificam a presença lusa aqui: "Por tais injustiças, a índia de todo o Brasil entendia-se melhor com os franceses e holandeses do que mesmo com os portugueses, donos da terra".

Por último, Horácio de Almeida tece algumas considerações a respeito dos carirí: "Primitivos habitantes do litoral, os carirís constituíam um ramo da nação tapuia. Esse grupo permanece desconhecido na nossa história paraibana até a época dos holandeses, quando então Elias Herckmans nos dá as primeiras notícias, ao fazer a Descrição Geral da Capitania da Paraíba. É quando os holandeses concertam uma aliança com esse povo, utilizando-o depois contra os portugueses. Identifica o autor, baseando-se em autoridades no assunto, o atraso dos carirís pela sua situação geográfica, pois "Ainda hoje entre o homem que nunca saiu do pé da serra e o da cidade é bem sensível a diferença de estrutura

moral, intelectual e até mesmo linguística".

Depois dos holandeses, começa a chacinha em massa dos carirí. Domingos Jorge Velho esteve aqui "matando índio como quem mata bicho do mato". Gente errante, não tinham pousada fixa, viviam sempre se mudando em função da caça e da pesca, geralmente não se preocupavam com o futuro, pois se contentavam apenas em sobreviver com o que a natureza lhes oferecesse de imediato. Havia uma diferença entre tupís e carirís: estes eram mais robustos, tinham mais agilidade no corpo, "capaz de emparelhar-se com um animal em disparada".

Eram numerosos os grupos carirí, e cada grupo tinha seu rei. Tinha esse rei (Janduí) cinquenta mulheres e mais de sessenta filhos, informação esta de Jacob Rabbi, o que não convence muito, pois pelos cálculos deveria ter esse rei muito mais numerosa prole. A longevidade foi notável antes do contato desse povo com a civilização. Janduí já tinha 100 anos na época da dominação holandesa. Distinguia-se um rei de um súdito, porque **aquele** deveria ter sempre os cabelos cortados em forma de coroa e a unha do polegar bem crescida.

A eutanásia era costume praticado entre os tapuias, matavam e comiam o enfermo desenganado.

As mulheres, quando pariam, costumavam engolir a placenta, coisa muito comum entre certos animais mamíferos.

Rezava a tradição tapuia que outrora os seus antepassados viviam de modo feliz, sem preocupação e sem trabalho, "mas caíram em desgraça e isso aconteceu porque os antigos provocaram a cólera de Setentrião. Não é demais ver nesta tradição um resíduo da tradição bíblica que lembra a perda do paraíso terrestre".

Repete o historiador que, depois dos holandeses, os tapuias foram vítimas da vingança dos portugueses, sofrendo massacres cruentos. Mas acrescenta que não foi tanto esse o caso da Paraíba, que teve seus índios salvos pela ação de ordens religiosas que não os jesuítas, que a esta altura "trocavam o apostolado das missões pela cobiça da riqueza e do poder, a ponto de tornarem tão poderosa a Companhia de Jesus, que em breve se constituiu um estado dentro do Estado".

Enfim, ressalta o historiador Horácio de Almeida a presença do índio como fator positivo na formação da civilização brasileira. "Aos índios, a civilização brasileira ficou devendo alguma coisa. O que mais sobreleva reconhecer nesse particular é a herança que tanto influiu para modificar os costumes do civilizado, consubstanciada em elementos culturais e tradicionais". Depois disso, o autor vai enumerando e explicando todas as coisas que dos índios herdamos:

Vem em primeiro lugar a mandioca, que era a principal substância na sua economia doméstica, com que faziam farinha, que os portugueses, a partir de Anchieta, denominavam farinha de pau.

Depois da mandioca, vem o fumo de tabaco, que, nativo, depois se espalhou pelos quatro cantos do mundo, sendo costume hoje generalizado.

A rede de dormir foi outra herança do gentio que o civilizado incorporou aos seus bens de cultura.

Dos selvagens, adotaram os colonos o cultivo da pacova, que é a nossa banana, do ananás, que chamavam nana, nosso saboroso abacaxi, que comiam assado ou cru; do milho, denominado abati,

que comiam assado, cozido e em pipoca; da batata doce; do jerimum e do algodão com que fiavam as suas redes e as cordas dos arcos.

Onde mais avulta a herança dos conhecimentos indígenas, é no campo da medicina, "por isto, nesse particular, o civilizado tirou grande proveito do seu convívio com o selvagem. Piso, o pai da medicina tropical, jacta-se de haver procurado apropriar-se de muitos segredos dos índios, principalmente nas aplicações terapêuticas, e acrescenta que praticavam a medicina por modo a impressionar os métodos mais ilustres da época".

A língua do Brasil Colonial era predominantemente tupí, já que a população índia superava em muito a população branca; a primeira providência daquele que chegasse da Europa era adaptar-se à língua comum dos índios. E mais: a conquista tinha que usar o índio como veículo; ele é quem conhecia a região, sabia onde havia melhor água, alimentos, conhecia até certo ponto as manhas climatológicas tropicais; é de se supor, portanto, que o índio antes facilitasse a conquista do que dificultasse, como se costuma comumente dizer nos compêndios de História do Brasil. . . Como dissemos anteriormente, este ensaio não obedeceu a uma ordem como seria de se esperar de um trabalho dessa natureza. Justifica-se: é uma crítica, ou antes, um comentário a um escritor tanto quanto historiador que escreveu sua obra sem obedecer a esquemas, de certa maneira desordenado, que tal qual ele, sentimos dificuldades de organizar capítulos e sub-títulos que dessem uma certa ordem ao trabalho.

Sobre atos de heroísmo praticados pelos índios na Paraíba, conta o autor: "Não somente ao norte da Paraíba a ação do índio paraibano se fez sentir, estendeu-se também para o sul, quando chegou a vez da guerra holandesa. Em Icaldade, deu o gentio, igualmente, lição ao civilizado, nem sempre bem aproveitada. Southey cita o caso do índio Jaguarí, tio de Camarão, que oito anos jazera em ferros no Rio Grande, pelo crime de haver tomado o partido dos holandeses. Contra essa acusação, protestava o prisioneiro, alegando sua inocência, pois apenas se aproximara do inimigo a fim de salvar sua mulher e filhos que estavam em poder deles. Mas faltava aos que o julgavam virtude própria para acreditar na alheia, acrescenta Southey e, assim, o desgraçado só se livrou do cárcere quando os holandeses o puseram em liberdade". Conclui Horácio, expressando sua revolta contra os que abominam os franceses e holandeses no Brasil e glorificam a presença lusa aqui: "Por tais injustiças, a indiada de todo o Brasil entendia-se melhor com os franceses e holandeses do que mesmo com os portugueses, donos da terra".

Por último, Horácio de Almeida tece algumas considerações a respeito dos carirí: "Primitivos habitantes do litoral, os carirí constituíam um ramo da nação tapuia. Esse grupo permanece desconhecido na nossa história paraibana até a época dos holandeses, quando então Elias Herckmans nos dá as primeiras notícias, ao fazer a Descrição Geral da Capitania da Paraíba. É quando os holandeses concertam uma aliança com esse povo, utilizando-o depois contra os portugueses. Identifica o autor, baseando-se em autoridades no assunto, o atraso dos carirí pela sua situação geográfica, pois "Ainda hoje entre o homem que nunca saiu do pé da serra e o da cidade é bem sensível a diferença de estrutura

moral, intelectual e até mesmo linguística".

Depois dos holandeses, começa a chacinha em massa dos carirí. Domingos Jorge Velho esteve aqui "matando índio como quem mata bicho do mato". Gente errante, não tinham pousada fixa, viviam sempre se mudando em função da caça e da pesca, geralmente não se preocupavam com o futuro, pois se contentavam apenas em sobreviver com o que a natureza lhes oferecesse de imediato. Havia uma diferença entre tupís e carirí: estes eram mais robustos, tinham mais agilidade no corpo, "capaz de emparelhar-se com um animal em disparada".

Eram numerosos os grupos carirí, e cada grupo tinha seu rei. Tinha esse rei (Janduí) cinquenta mulheres e mais de sessenta filhos, informação esta de Jacob Rabbi, o que não convence muito, pois pelos cálculos deveria ter esse rei muito mais numerosa prole. A longevidade foi notável antes do contato desse povo com a civilização. Janduí já tinha 100 anos na época da dominação holandesa. Distinguia-se um rei de um súdito, porque aquele deveria ter sempre os cabelos cortados em forma de coroa e a unha do polegar bem crescida.

A eutanásia era costume praticado entre os tapuias, matavam e comiam o enfermo desenganado.

As mulheres, quando pariam, costumavam engolir a placenta, coisa muito comum entre certos animais mamíferos.

Rezava a tradição tapuia que outrora os seus antepassados viviam de modo feliz, sem preocupação e sem trabalho, "mas caíram em desgraça e isso aconteceu porque os antigos provocaram a cólera de Setentrão. Não é demais ver nesta tradição um resíduo da tradição bíblica que lembra a perda do paraíso terrestre".

Repete o historiador que, depois dos holandeses, os tapuias foram vítimas da vingança dos portugueses, sofrendo massacres cruentos. Mas acrescenta que não foi tanto esse o caso da Paraíba, que teve seus índios salvos pela ação de ordens religiosas que não os jesuitas, que a esta altura "trocavam o apostolado das missões pela cobiça da riqueza e do poder, a ponto de tornarem tão poderosa a Companhia de Jesus, que em breve se constituiu um estado dentro do Estado".

Enfim, ressalta o historiador Horácio de Almeida a presença do índio como fator positivo na formação da civilização brasileira. "Aos índios, a civilização brasileira ficou devendo alguma coisa. O que mais sobreleva reconhecer nesse particular é a herança que tanto influenciou para modificar os costumes do civilizado, consubstanciada em elementos culturais e tradicionais". Depois disso, o autor vai enumerando e explicando todas as coisas que dos índios herdamos:

Vem em primeiro lugar a mandioca, que era a principal substância na sua economia doméstica, com que faziam farinha, que os portugueses, a partir de Anchieta, denominavam farinha de pau.

Depois da mandioca, vem o fumo de tabaco, que, nativo, depois se espalhou pelos quatro cantos do mundo, sendo costume hoje generalizado.

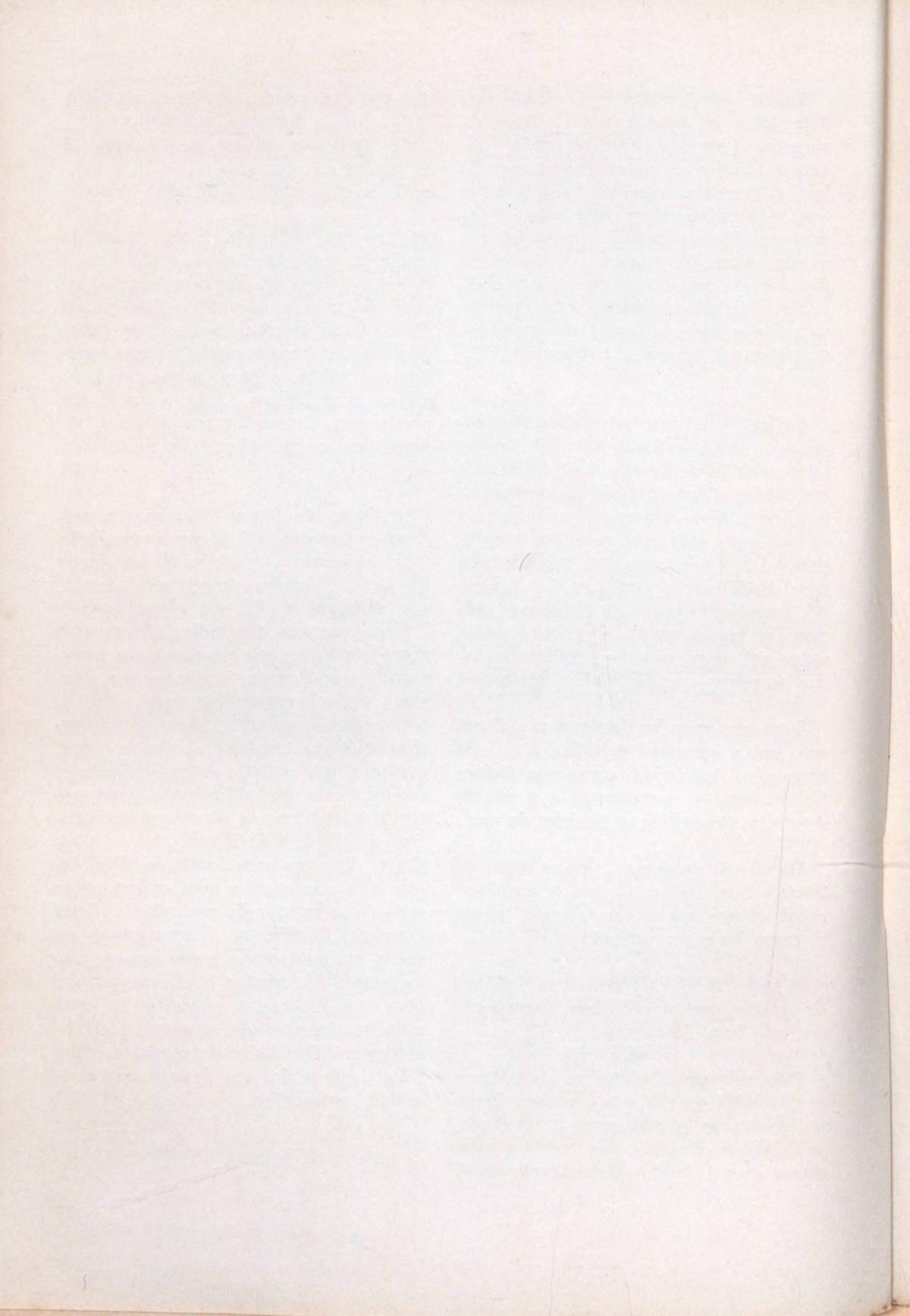
A rede de dormir foi outra herança do gentio que o civilizado incorporou aos seus bens de cultura.

Dos selvagens, adotaram os colonos o cultivo da pacova, que é a nossa banana, do ananás, que chamavam nana, nosso saboroso abacaxi, que comiam assado ou cru; do milho, denominado abati,

que comiam assado, cozido e em pipoca; da batata doce; do jerimum e do algodão com que fiavam as suas redes e as cordas dos arcos.

Onde mais avulta a herança dos conhecimentos indígenas, é no campo da medicina, "por isto, nesse particular, o civilizado tirou grande proveito do seu convívio com o selvagem. Piso, o pai da medicina tropical, jacta-se de haver procurado apropriar-se de muitos segredos dos índios, principalmente nas aplicações terapêuticas, e acrescenta que praticavam a medicina por modo a impressionar os métodos mais ilustres da época".

A língua do Brasil Colonial era predominantemente tupí, já que a população índia superava em muito a população branca; a primeira providência daquele que chegasse da Europa era adaptar-se à língua comum dos índios. E mais: a conquista tinha que usar o índio como veículo; ele é quem conhecia a região, sabia onde havia melhor água, alimentos, conhecia até certo ponto as manchas climatológicas tropicais; é de se supor, portanto, que o índio antes facilitasse a conquista do que dificultasse, como se costuma comumente dizer nos compêndios de História do Brasil. . . Como dissemos anteriormente, este ensaio não obedeceu a uma ordem como seria de se esperar de um trabalho dessa natureza. Justifica-se: é uma crítica, ou antes, um comentário a um escritor tanto quanto historiador que escreveu sua obra sem obedecer a esquemas, de certa maneira desordenado, que tal qual ele, sentimos dificuldades de organizar capítulos e sub-títulos que dessem uma certa ordem ao trabalho.



Fundamentos da Geopolítica e Geoeconomia no Brasil

Eduardo Pazera Junior

A Geopolítica

A palavra “Geopolítica” foi criada em 1899 por Rudolf Kjellén, professor universitário e estadista sueco. Kjellén, adepto de uma concepção organicista do Estado, influenciado pelos trabalhos do geógrafo alemão Ratzel, grande mestre do determinismo geográfico, considerava a geopolítica como um ramo da Política, a qual se incumbia de estudar “o Estado como um organismo geográfico, isto é, como fenômeno localizado em certo espaço da terra — logo, do Estado como país, como território, como região, ou mais caracteristicamente, como domínio político (Reich)” (Couto e Silva, 1967). Assim, o Estado seria um organismo vivo, “sendo espacialmente expansivo por força de sua evolução” (Carvalho, 1972).

Posteriormente, na Alemanha, com o general Karl Haushofer e seus discípulos, a Geopolítica recebe uma nova dimensão, deixando de ser um simples campo da Ciência Política; passa, dessa forma, a ser um sistema diferente de pensamento político, como o demonstra a definição “oficial” da Zeitschrift für Geopolitik, de Haushofer, citada por WEIGERT (1956): “Geopolítica es la ciencia que trata de la dependencia de

los hechos políticos con relación al suelo... La geopolítica aspira a proporcionar las armas de la acción política, y los principios que sirvan de guía en la vida política... La geopolítica debe convertirse en la conciencia geográfica del estado... Geopolítica es la base científica del arte de la actuación política en la lucha a vida o muerte de los organismos estatales por el espacio vital (Lebensraum)”.

Com a ascensão do nazismo, por um lado, a geopolítica será incorporada ao seu conteúdo doutrinário, e ao mesmo tempo, este regime determinará novos rumos para a geopolítica alemã. Assim, a geopolítica servirá para “racionalizar” (sic) as aspirações emocionais do racismo e do expansionismo da Alemanha hitlerista, bem como, irá transformar-se em decisivo instrumento para a mistificação das massas.

Tais fatos trouxeram... “lamentável descrédito para essa ciência... daí o intento de alguns estudiosos em eliminar essas deformações para aplicar a geopolítica como fundamento de liberdade e de humanidade na associação entre política e geografia” (Carvalho, 1972), a exemplo dos estudiosos franceses e anglo-saxões.

Na verdade, não existe uma Geopolítica que possa ser aceita por todas as organizações estatais. "Hay una Geopolitik Alemana y una Géopolitique francesa... cada nación tiene la geopolítica que se merece, como cada nación tiene el gobierno que se merece... Asi, pues, debemos considerar la geopolítica alemana como producto de un pueblo comprometido en una lucha por la dominación universal..." (Weigert, 1956).

Para nós outros, brasileiros, há um abismo profundo entre a nossa concepção de vida, em que a geografia é apenas uma base e uma condição para "la libre actuación de hombres libres dentro de los límites puestos por la naturaleza", e a Weltanschauung do "materialismo geográfico, segun la cual la masa de la tierra es la fuerza determinante" (Weigert, 1956).

Os fatos essenciais da Geopolítica e da Geoeconomia do Brasil

O espaço: um "Estado-Continente"

O Brasil, por sua extensão territorial, assemelha-se a um verdadeiro continente; "tal fato coloca-o entre os mais extensos países do Mundo em terras contínuas, a saber:

Países	Área de km ²
1. União Soviética	22.403.000
2. Canadá	9.974.375
3. China	9.761.012
4. Brasil	8.513.844
5. Estados Unidos	7.827.976
6. Austrália	7.704.159
7. Índia	3.288.876
8. Argentina	2.778.412

Todavia, tais cifras são bastante ilusórias" (Azevedo, 1964), porque escondem enormes extensões de terras não aproveitáveis pelo homem, sobretudo na URSS, Canadá e China. Já dizia DEFFONTAINES (1952), referindo-se ao Brasil: "Todos os quilômetros quadrados têm aqui um verdadeiro valor de futuro. O Brasil é, de todos os países do mundo, aquele que tem o mais considerável potencial de espaço..."

Esse espaço brasileiro corresponde à extensão de 15.800 km de fronteiras terrestres e 7.400 km de fronteiras marítimas.

Posição: país tropical do Atlântico sul.

Quanto à sua posição astronômica, o Brasil é, em sua maior parte, um país tropical. A tropicalidade do Brasil implica em importantes conseqüências do ponto de vista natural, sobretudo no que diz respeito a clima, vegetação e solos. Sua posição em relação ao Atlântico Sul, com o "saliente" nordestino projetando-se para a parte mais estreita do Atlântico, é de grande valor estratégico. Tal posição já foi devidamente valorizada durante a Segunda Guerra Mundial.

A população: grande, em termos absolutos; pequena, em termos relativos.

Os cento e dez milhões de habitantes do país colocam o Brasil entre os mais populosos países do Mundo; não obstante, tal cifra ganha outro significado, se comparada à imensa extensão territorial do país, que traz como resultado uma baixa densidade demográfica média. Na verdade, tal média abstrai extremos (há municípios com mais de 100 hab/km² e outros com menos de 1), embora, "o essencial do nosso efetivo demográfico (90%) habite uma faixa litorânea correspondente a 35% do território nacional" (Pazera Jr., 1968).

As regiões: um desenvolvimento desigual.

Com uma natureza tão variada e uma população ainda mal distribuída, o Brasil se caracteriza pela grande diversidade de seus aspectos geográficos.

Em consequência da evolução histórica verificada na economia de cada parte do País, contrastes importantes ocorrem entre as diversas regiões.

Cerca de três quartas partes do Brasil se caracterizam como regiões subdesenvolvidas. Estas contrastam com a Região Centro-Sul do País, que está em franco desenvolvimento e, onde, a economia evolui e se moderniza; ali, as populações, de um modo geral, gozam de razoáveis condições de vida.

Torna-se necessário destacar, dentre as regiões subdesenvolvidas, duas grandes áreas: “numa, a ocupação é ainda muito rarefeita (a Amazônia e a maior parte do Brasil Central); noutra, a população é relativamente densa, o que agrava as consequências do reduzido desenvolvimento econômico (Nordeste)” (Bernardes, s/d).

Uma Geopolítica para o Brasil

Visando ao bem estar coletivo do povo e à segurança da Nação, nossa Geopolítica deverá, para ser brasileira, estar baseada na realidade nacional. Nesse sentido, a Geopolítica que for nitidamente brasileira, não poderá se restringir a um estreito determinismo geográfico, mas, sim, deverá adequar as sugestões e limitações do nosso quadro geográfico aos mais altos interesses da Nação.

Cumpra encerrar, citando o autor de “Geopolítica do Brasil” (Couto e Silva, 1967):

“A Geopolítica Brasileira deve caracterizar-se, sobretudo, como de:

- a) integração e valorização espaciais;
- b) expansionismo para o interior e, também, de projeção pacífica no exterior;
- c) contenção, ao longo das linhas fronteiriças;
- d) participação na defesa da Civilização Ocidental;
- e) colaboração continental;
- f) colaboração com o mundo subdesenvolvido de aquém e além-mar;
- g) segurança, em face da dinâmica própria dos grandes centros externos do poder”.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AZEVEDO, Aroldo de — “O Continente Brasileiro” in Brasil a terra e o homem, vol. I (vários autores) p. 4. Cia. Editora Nacional, 584 pp. S. Paulo, 1964.

BERNARDES, Nilo — Geografia, vol. 2, Ed. Liceu, 228 pp., Rio, s/d.

CARVALHO, Ferdinando (Cel) — “Características Gerais da Geopolítica e Geoeconomia Nacional”, in Brasil. Realidade e Desenvolvimento. (vários autores) p. 22 — Ed. Sugestões Literárias S/A, 558 pp. S. Paulo, 1972.

COUTO E SILVA, Golbery do (Gen.) — Geopolítica do Brasil — Livraria José Olympio, 275 pp., Rio, 1967.

DEFFONTAINES, Pierre — Geografia Humana do Brasil 2.^a ed. — Liv. Ed. Casa do Estudante do Brasil, 260 pp., Rio, 1952.

PAZERA JR., Eduardo (c) KANIS, Reinout — Síntese da Geografia do Brasil, 199 pp., Ed. Equipe Vestibulares, S. Paulo, 1968.

WEIGERT, Hans W. — Geopolítica Generales y Geógrafos — Editorial Huella, 196 pp., Buenos Aires, 1956.

Adquira seus livros na
COOPERATIVA CULTURAL da UFPb

**Livros e periódicos nacionais
e estrangeiros**

Vendas a vista e a prazo

Endereço: Campus Universitário da UFPB

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
EDITORA UNIVERSITÁRIA
CAMPUS UNIVERSITÁRIO — 58.000 — João Pessoa - Pb

CATÁLOGO DE PUBLICAÇÕES

Código	TÍTULO	Preço
001 —	ALEXADRINO OLAVO BILAC (0) Virgínius da Gama e Melo	Cr\$ 15,00
002 —	AMAZÔNIA — UMA ESTRATÉGIA PARA A SUA PRESERVAÇÃO (A) Gal. Rodrigo Octávio J. Ramos	Cr\$ 10,00
003 —	APRECIÇÃO PELO PODER JUDICIÁRIO DO MÉRITO DOS INQUERITOS ADMINISTRATIVOS Osias Gomes	Cr\$ 10,00
004 —	ARRITMIAS Quintiliano H. de Mesquita	Cr\$ 50,00

005	—	ATLAS GEOGRÁFICO DA PARAÍBA	Cr\$ 50,00
006	—	COMUNICABILIDADE DA LINGUAGEM LITE- RÁRIA DE JOSÉ AMÉRICO (A) José Ferreira Ramos	Cr\$ 5,00
007	—	CONTRIBUIÇÃO AO ESTUDO DO CANCER NO ESTADO DA PARAÍBA Dr. Ely Chaves	Cr\$ 10,00
008	—	CONTRIBUIÇÃO HISTORIOGRÁFICA DE FREI VICENTE DO SALVADOR (A) José Nicodemos	Cr\$ 30,00
009	—	DISCURSOS ESCOLHIDOS Alcides Carneiro	Cr\$ 10,00
010	—	ESTADISTA DO IMPÉRIO E DA REPÚBLICA (UM) Joacil de Brito Pereira	Cr\$ 15,00
011	—	ESTATUTO, REGIMENTO GERAL E REGIMEN- TO DA REITORIA	Cr\$ 10,00
012	—	ESTERTOR Osias Gomes	Cr\$ 20,00
013	—	ESTUDO CITOLÓGICO EM BRASSICA José Correia de Vasconcelos	Cr\$ 15,00
014	—	ESTUDO BIOMICROSCÓPICO E IMUNOLÓGICO DA CERATOPLASTIA EXPERIMENTAL EM COELHOS, COM CÓRNEAS AUTÓLOGAS E HO- MÓLOGAS FRESCAS E CONSERVADAS EM CÂ- MARA ÚMIDA Oswaldo Travassos de Medeiros	Cr\$ 20,00
015	—	FESTA DO ROSÁRIO DE POMBAL Roberto Benjamim	Cr\$ 25,00
016	—	FLAGRANTES MÉDICO-LEGAIS Genival Veloso de França	Cr\$ 25,00
017	—	HISTÓRIA DA ARMA DE ENGENHARIA — CA- PÍTULO DA F. E. B. Gal. A. de Lyra Tavares	Cr\$ 25,00

018	— HISTÓRIA DA FORTALEZA DE SANTA CATARINA	Cr\$ 30,00
	Vilma dos Santos Cardoso	
019	— HOMEM GORDO DO TAUÁ (O)	Cr\$ 10,00
	Otacílio Nóbrega de Queiroz	
020	— HOMEM PÚBLICO AFONSO CAMPOS (O)	Cr\$ 15,00
	Joacil de Brito Pereira	
021	— INTRODUÇÃO AOS PROBLEMAS DOS ÍNDIOS NO BRASIL — Vol. 1	Cr\$ 5,00
	Francisco Moonen	
022	— INTRODUÇÃO AOS PROBLEMAS DOS ÍNDIOS NO BRASIL — Vol. 2	Cr\$ 5,00
023	— INTRODUÇÃO AOS PROBLEMAS DOS ÍNDIOS NO BRASIL — Vol. 3	Cr\$ 5,00
024	— INTRODUÇÃO AOS PROBLEMAS DOS ÍNDIOS NO BRASIL — Vol. 4	Cr\$ 5,00
025	— INTRODUÇÃO AOS PROBLEMAS DOS ÍNDIOS NO BRASIL — Vol. 5	Cr\$ 7,00
026	— INCIDÊNCIA DE CÂNCER NO MUNICÍPIO DE JOÃO PESSOA NO ANO DE 1975	Cr\$ 10,00
	Pedro Madeira de Melo	
027	— LIVRO PRETO E BRANCO	Cr\$ 25,00
	Sydney Cook e Garth Lean	
028	— LONGO DA VIDA (AO)	Cr\$ 35,00
	Alcides Carneiro	
029	— MILAGRE DE ANCHIETA (O)	Cr\$ 5,00
	Carlos Romero	
030	— NOÇÕES DE JURISPRUDÊNCIA MÉDICA	Cr\$ 30,00
	Genival Veloso	
031	— POSSE DO REITOR LYNALDO CAVALCANTI DE ALBUQUERQUE — Discursos	Cr\$ 5,00
032	— RETINOBLASTOMA — UM ESTUDO ANATOMO CLÍNICO DE 25 CASOS	Cr\$ 35,00
	Ely Chaves, Roberto Granville e Asdrubal Oliveira	
033	— REVISTA HORIZONTE N.º 1	Cr\$ 20,00
034	— REVISTA HORIZONTE N.º 2	Cr\$ 20,00
035	— RODRIGUES DE CARVALHO	Cr\$ 15,00
	Academia Paraibana de Letras	
036	— ROTEIRO DE INFORMAÇÃO PROFISSIONAL	Cr\$ 5,00
037	— UFPB — EXPANSÃO E CONSOLIDAÇÃO	Cr\$ 5,00
	Reitor Humberto C. da Cunha Nóbrega	
038	— UNIVERSIDADE E REFORMA HOJE	Cr\$ 5,00
	Hélio Pontes	

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
 EDITORA UNIVERSITÁRIA
 CAMPUS UNIVERSITÁRIO — 58.000 — João Pessoa - Pb

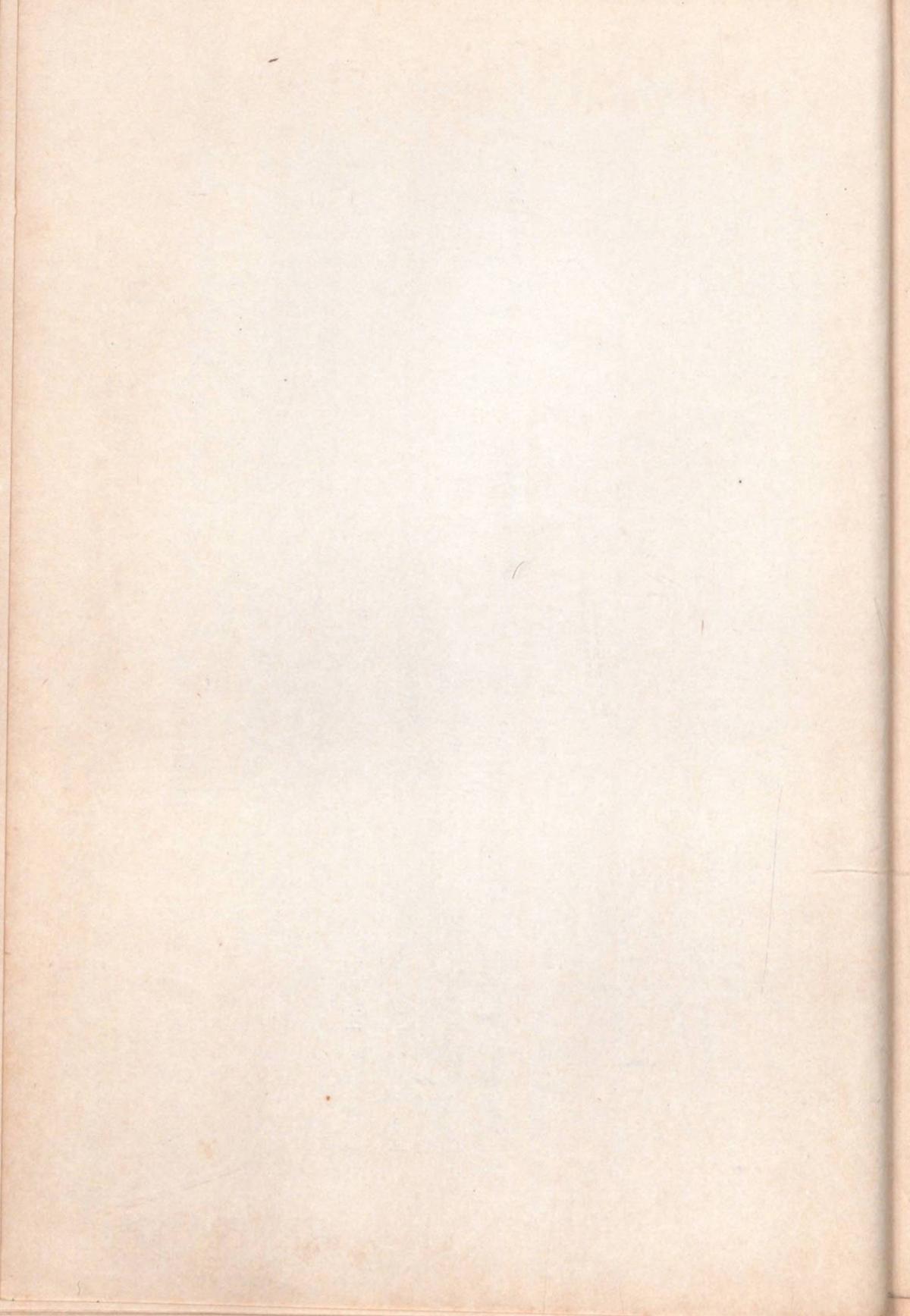
Quantidade	Código da publicação	Valor unitário	Valor total
_____	_____	_____	_____
_____	_____	_____	_____
_____	_____	_____	_____
_____	_____	_____	_____

— Encaminho pagamento correspondente, em nome da UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA

- por cheque nominal n.º do Banco
- por ordem de pagamento n.º do Banco
- por vale postal n.º

Nome: _____
 Endereço: _____
 Bairro: _____
 CEP: _____
 Cidade _____
 Caixa Postal _____
 Telefone: _____
 Estado _____

Data: / / _____
 Assinatura _____



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAIBA

EDITORA UNIVERSITÁRIA

CAMPUS UNIVERSITÁRIO — 58.000 — João Pessoa - Pb

Desejo assinatura(s) da Revista Horizonte para 1977 (n.ºs 3 a 6)

— Encaminho pagamento correspondente, em nome da UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAIBA

- por cheque nominal n.º do Banco
- por ordem de pagamento n.º do Banco
- por vale postal n.º

Nome:

Endereço:

Bairro:

CEP:

Caixa Postal

Cidade

Telefone:

Estado

Data: / /

Assinatura

(Assinatura anual: Cr\$ 80,00)



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
EDITORA UNIVERSITÁRIA

CAMPUS UNIVERSITÁRIO — 58.000 — João Pessoa - Pb

Desejo assinatura(s) da Revista Horizonte para 1977 (n.ºs 3 a 6)

— Encaminho pagamento correspondente, em nome da UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA

- por cheque nominal n.º do Banco
- por ordem de pagamento n.º do Banco
- por vale postal n.º

Nome:

Endereço:

Bairro:

CEP:

Caixa Postal

Telefone:

Cidade

Estado

Data: / /

Assinatura

(Assinatura anual: Cr\$ 80,00)

ALMIR E MARGARIDA

Avenida Vasco da Gama, 530 - Jaguaribe

CEP 58.000 - JOÃO PESSOA - PB

ALMIR E MARGARIDA

Avenida Vasco da Gama, 530 - João Pessoa
CEP 58.000 - JOÃO PESSOA - PB



Esta revista foi composta e impressa nas
oficinas Gráficas da Editora Universi-
tária/UFPB, no mês de outubro de 1976.

ALMIR E MARGARIDA

Avenida Vasco da Gama, 530 - João Pessoa
CEP 58.000 - JOÃO PESSOA - PB

ALMIR E MARGARIDA
Avenida Vasco da Gama, 530 - Jaguaribe
CEP 58.000 - JOÃO PESSOA - PB

ALMIR E MARGARIDA

Avenida Vasco da Gama, 530 - Jaguaribe
CEP 58.000 - JOÃO PESSOA - PB

AOS COLABORADORES

Os trabalhos encaminhados para publicação devem obedecer às seguintes normas:

- Ser inédito e destinar-se exclusivamente à Revista HORIZONTE.
- Ser escrito em língua portuguesa, inglesa, francesa ou espanhola.
- Limitar-se ao mínimo de 4 e a um máximo de 25 folhas datilografadas com espaço duplo, em papel tamanho ofício em um só lado. Todas as folhas devem ser numeradas consecutivamente, com algarismos arábicos, no canto superior direito.
- O trabalho deve ter uma fo'ha de rosto com o título, nome(s) do(s) autor(es) e instituição a qual está(ão) vinculado(s).
- Desenhos e gráficos devem ser feitos à tinta nanquim em papel vegetal com letras normografadas.
- Fotografias devem ser coladas em folha à parte, numeradas com algarismos arábicos e identificadas com legendas e indicação da página do texto onde deverão constar.
- Referências bibliográficas devem ser citadas conforme normas da ABNT.